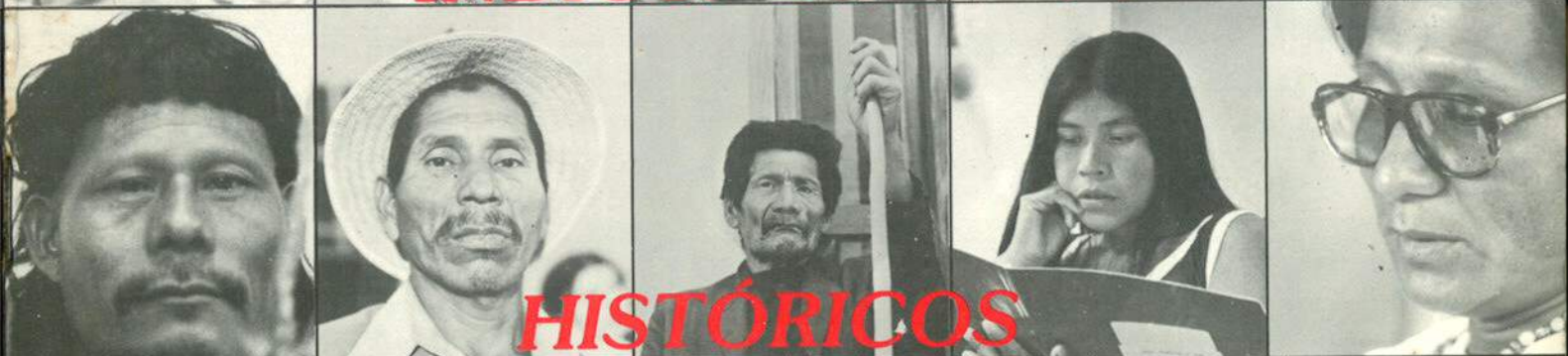




ÍNDIOS: DIREITOS



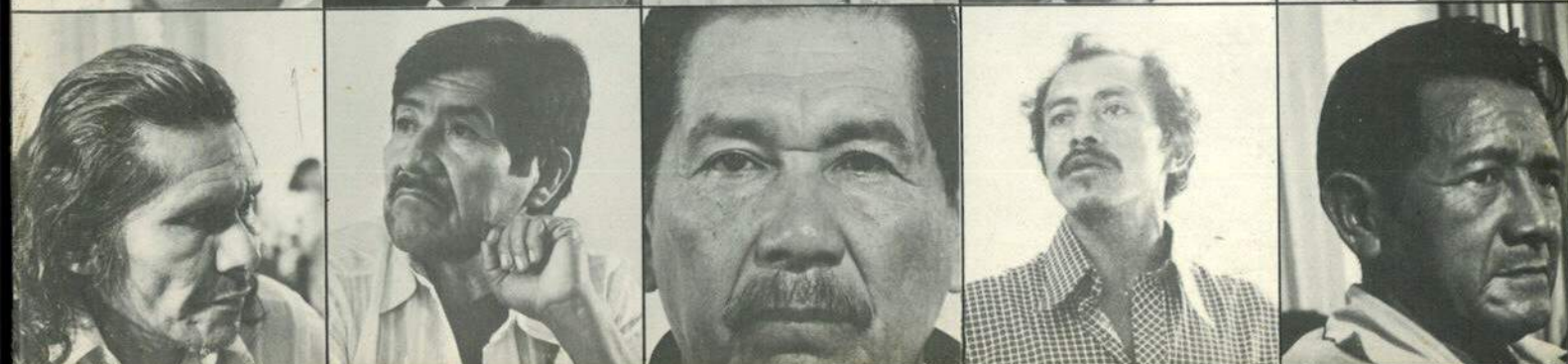
HISTÓRICOS



Cadernos da Comissão



Pró-Índio n.º III



ÍNDIOS:

Direitos Históricos

Cadernos da
Comissão Pró-Índio
N.º III
São Paulo

Penso que uma reunião do quilate apresentado pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, assegurando o encontro dos maiores líderes existentes no País, das mais variadas tribos, jamais poderá ser efetuada nas mesmas proporções.

O pensamento organizador desse encontro, a princípio se baseava em reunir as entidades de apoio e os índios passíveis desse apoio. Entretanto, dada a forma como se conduzia a Fundação Nacional do Índio, sob a orientação do Coronel Nobre da Veiga, os índios se sentiram ultrajados em vários de seus direitos e se identificaram nos problemas, sintomas estes que os levaram a se sentir solidários uns com os outros: questões de saúde, de educação e principalmente as questões de demarcação de terras. Assim sendo, nada mais natural que este encontro se transformasse da noite para o dia em uma forma de organização indígena, dirigida e organizada pelos próprios índios, o que veio a acontecer dando mais ênfase e força ao pensamento de união, dando assim um verdadeiro sentido à organização até então existente no coração de todos os que ali se encontravam, a União das Nações Indígenas — UNIND.

Após várias horas de discussões, o bom senso veio a prevalecer e, com isso, reforçar o sintoma de solidariedade quando todos, quase que unânimes, resolveram escolher para orientar e presidir a sua associação, três jovens. Julgar, talvez, o pensamento jovial como o mais viável, capaz de proporcionar confiança e esperança de que algo de novo fosse feito ao longo do tempo.

Creio que uma reunião nos mesmos moldes desse Encontro, jamais será vista. O homem índio, hoje, sabe que é preciso caminhar objetivamente buscando, com o uso de todas as armas disponíveis, se preciso for, aquilo que sempre lhe foi negado, a sua autodeterminação e o reconhecimento, pela sociedade maior, de seus reais valores e capacidades.

Quando pudermos considerar o passado dos povos indígenas com seus métodos de sobrevivência e suas experiências como orientação para melhorar o futuro do índio, saberemos então que os caminhos traçados de acordo com o pensamento do índio também estão voltados para o sentimento de brasilidade e expressam preocupação com as coisas do Brasil.

*Brasília, 17 de novembro de 1981
M. MARCOS TERENA
União das Nações Indígenas*

Direitos reservados:

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO/SP.
'ÍNDIOS: DIREITOS HISTÓRICOS'
CADERNOS DA COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO/SP. n.º III
1982

Conselho Editorial:

LÚCIA M. M. DE ANDRADE
LUX VIDAL
MARA L. MANZONI LUZ
ALBA FIGUEROA
ANDRÉ AMARAL DE TORAL
ANDRÉ CARAMURU TEIXEIRA AUBERT
ARACY LOPES DA SILVA

Créditos Fotográficos:

CLAUDIA ANDUJAR

(fotos: 1 - 11 - 33)

SÔNIA DA SILVA LORENZ

(fotos: 2 - 3 - 4 - 8 - 9 - 10 - 12 - 13 - 16 - 17 - 19 - 20
21 - 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 30 - 31 - 32)

VINCENT CARELLI

(fotos: 5 - 6 - 7 - 14 - 15 - 18 - 28 - 29)

Capa:

VINCENT CARELLI (edição e fotos)

CLAUDIA ANDUJAR (fotos)

SÔNIA DA SILVA LORENZ (fotos)

Planejamento Gráfico/Produção Editorial:

MARA MOHMARI

Revisão:

CÉLIO FRANCO DE GODOY JR.

JÚLIO DIAS GASPARI

Composição:

LIÑOTIPADORA LIBERDADE LTDA.

Fotolitos:

RM FOTOLITOS

Impressão e Acabamento:

'O ESTADO DE SÃO PAULO'

Agradecimentos:

GLOBAL EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
ÍNDIOS: DIREITOS HISTÓRICOS	11

Programação

ENCONTRO DE LIDERANÇAS INDÍGENAS E ENTIDADES DE APOIO	12
--	----

Debate

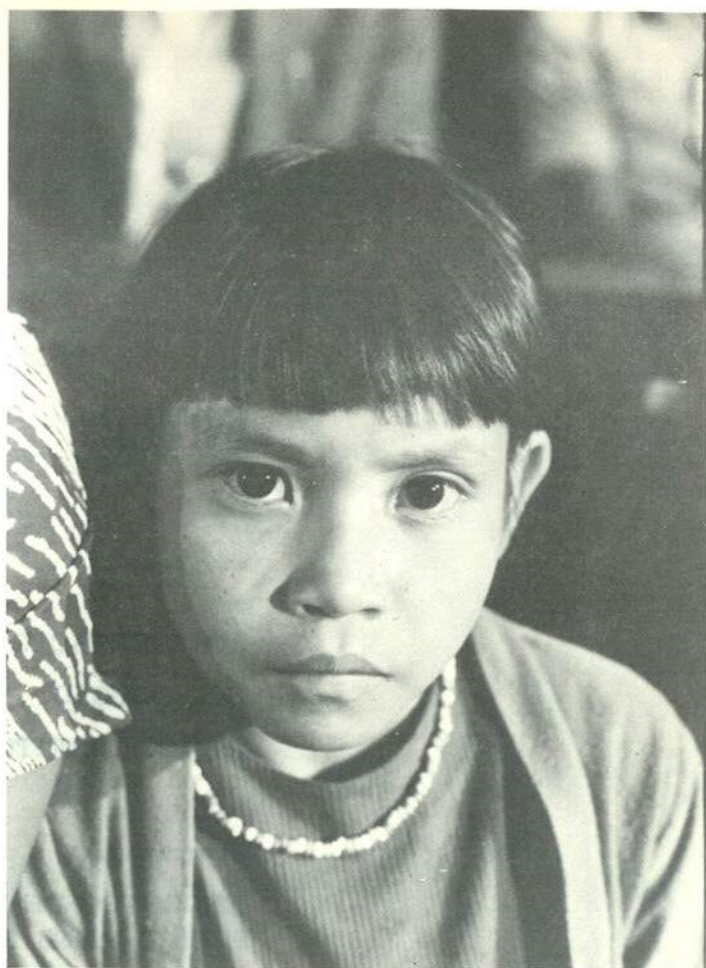
ÍNDIOS: DIREITOS HISTÓRICOS	16
A UNIAO DAS NAÇÕES INDÍGENAS	41
PLENÁRIA FINAL	50

Documento

A HORA DO ÍNDIO	69
-----------------------	----

Apêndice / Documento Especial

RELATÓRIO MANGUEIRINHA	75
------------------------------	----



ASPECTOS GERAIS DO ENCONTRO

Apresentação

De 26 a 30 de Abril reuniram-se em São Paulo 250 pessoas, e discutiram a questão indígena. A notícia é esta, e parece semelhante à de outras tantas reuniões anuais em grandes cidades, com especialistas discorrendo e alertando o grande público, com alguns índios decorativos esteticamente distribuídos.

Acho que esta reunião foi, ao contrário, uma novidade total. De saída a proposta, nascida na 2.^a reunião de entidades de apoio em Brasília, em Setembro de 1980, englobava uma nova reunião de entidades, a 3.^a, e uma reunião de representantes indígenas. Algo meio híbrido, de que uma comissão composta de representantes da Comissão Pró-Índio de São Paulo, do CIMI e da Secretaria Executiva ficaria encarregada.

Em março de 1981 vazou o documento Golbery, parecer elaborado por advogados do SNI, contrário à incipiente União das Nações Indígenas, encaminhado pelo chefe do Gabinete Civil ao Ministro do Interior. O documento, produzido logo após o memorável julgamento do habeas-corpus de Mário Juruna, em que o Tribunal Federal de Recursos sancionava a interpretação óbvia da lei, de que tutela não é coerção, anunciava já a retaliação prevista pela Funai que se tentaria levantar a tutela. As regras, no Brasil, são coisas curiosas: ficam em vigor enquanto é possível infringi-las sem muitos embaraços. Se começam realmente a atrapalhar, mudam-se as regras no meio da partida. O documento vazado recomendava exatamente isso: já que uma organização indígena nacional aparentemente não contrariava a lei vigente, que se mudasse a lei.

Claramente, definiam-se dois novos terrenos de enfrentamento, simples transformações, aliás, de anteriores. Tratava-se de ser reconhecido como índio e de ter direito a se organizar.

A primeira questão é bastante intrincada. Estabeleceu-se desde o começo deste século, a idéia falsa e perigosa de que os índios têm privilégios porque são incapazes de se moverem na sociedade brasileira e devem portanto ser protegidos. Isto significaria que, se conseguissem se mover, não necessitariam de proteção. A tutela é vista como essa proteção, geralmente pela Funai, como poder de coerção. Tudo isto está colocado em falsos pressupostos. Os índios não têm privilégios, e sim direitos específicos, que sempre lhes foram reconhecidos, na medida em que eram senhores das terras que ocupavam. Aliás, é isso que fica claro na Constituição, que coloca a União como **guardiã das terras indígenas**. A tutela é na verdade uma tutela sobre as terras indígenas. Esta garantia do Estado é independente de qualquer consideração sobre a convivência e conhecimento de que as comunidades indígenas têm da sociedade brasileira.

Posto em duas palavras: as terras indígenas são cobiçadas e os índios organizados incomodam. Uma maneira expeditiva de resolver tais questões é declarar emancipados (isto é, não legalmente índios) os indivíduos que incomodam. A partir daí pode-se até pensar em impedir os líderes de voltarem a suas comunidades. Outra medida complementar é dizer que muitos grupos, por exemplo os do Leste e Nordeste, não são índios e portanto não têm direito a terra.

É com este pano de fundo e estas ameaças pairando que se desenrolou a reunião de Abril. Essa reunião não pode ser subestimada. Sua grande novidade decorreu precisamente da mudança nos termos em que se coloca, hoje, a questão indígena no Brasil: não se tratava só dos direitos indígenas como havia sido proposto, mas da participação dos índios na afirmação e defesa destes direitos. Ou seja, foi a primeira reunião urbana em que os índios ocuparam todo o espaço. Tanto ocuparam, aliás, que a reunião de entidades de apoio acabou não sendo concluída, o que levou a declarar que não se havia realmente realizado a 3.^a reunião de entidades de apoio.

A reunião de abril foi essencialmente um espaço de debate dos índios de todas as regiões do Brasil. É difícil prever as direções que serão agora tomadas. As articulações locais e regionais têm certamente ritmos e razões diferentes das nacionais. Resta defender o princípio já firmado da legitimidade da organização indígena. Paralelamente, é o papel das organizações de apoio tais como a nossa que tem de ser repensado.

Manuela Carneiro da Cunha

Introdução

Neste caderno foram reunidos os depoimentos apresentados durante o Encontro "Índios: Direitos Históricos". Os textos aqui publicados são a transcrição direta desses depoimentos que foram selecionados com os objetivos de:

- (1) Permitir a apresentação mais ampla possível dos participantes e da diversidade e importância dos temas debatidos.
- (2) Apresentar uma seleção dos diferentes momentos do Encontro: o debate público, os grupos de trabalho por região, a eleição da nova diretoria da União das Nações Indígenas e as resoluções finais do Encontro.
- (3) Levar aos índios os temas e problemas discutidos durante a reunião para reflexão e futuros debates. Esse caderno seria então, uma oportunidade para um maior entrosamento entre os índios através do conhecimento de problemas enfrentados por comunidades indígenas em todo o território brasileiro. Pensamos especialmente naqueles que não puderam assistir ao Encontro, esperando, através deste caderno, a mais ampla divulgação possível. *

Índios: Direitos Históricos

A idéia do Encontro surgiu durante a segunda reunião de entidades de apoio à causa indígena de 1980, em Brasília, por sugestão de D. Tomás Balduino, Bispo de Goiás Velho e vice-presidente do CIMI.

O Encontro, organizado pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, realizou-se nos dias 26, 27, 28 e 29 de abril de 1981, com a participação de representantes de trinta e duas nações indígenas e trinta entidades de apoio.*

Os propósitos da reunião eram vários:

- (1.º) Sensibilizar a opinião pública para a ameaça de alteração da legislação vigente (Estatuto do Índio) que permitiria a emancipação compulsória de índios.
- (2.º) Retomar, após cinquenta anos de esquecimento, uma visão não paternalista da política indigenista, enfatizando que os índios têm direitos específicos que se prendem à sua condição histórica, assim como direitos comuns aos dos outros brasileiros, a saber o direito à organização e representação.
- (3.º) Ouvir e divulgar as reivindicações específicas de cada grupo indígena. E proporcionar a troca de informações entre os próprios índios.
- (4.º) Realizar um encontro nacional de entidades de apoio à causa indígena.

Foram realizadas três atividades públicas, um debate jurídico e duas apresentações coordenadas pelos índios.

As sessões de trabalho foram muito importantes. Divididos regionalmente, os índios expuseram os problemas específicos de suas comunidades. Em sessões plenárias, foi reafirmada a necessidade e a legitimidade de uma organização indígena. Embora não estivesse programado para o Encontro de São Paulo, os líderes indígenas presentes decidiram realizar eleições para renovação da diretoria da União das Nações Indígenas.

Na sua grande maioria, os representantes indígenas se manifestaram entusiasmados com o Encontro. Na assembléia final, coordenada paritariamente (índios e entidades de apoio) foram decididos pontos importantes, sempre com ampla discussão. O sucesso dessa reunião deveu-se ao fato de ter fortalecido a legitimidade das organizações indígenas e chamado a atenção sobre as ameaças de uma emancipação compulsória.

* Reunião realizada com o apoio financeiro da CEBEMO e MISEREOR e com a valiosa colaboração dos Dominicanos que cederam as instalações onde se realizou o Encontro.

PROGRAMAÇÃO

Encontro de Lideranças Indígenas e Entidades de Apoio

Líderes de 32 nações indígenas reuniram-se em São Paulo, nos dias 26, 27, 28 e 29 de abril, para marcar um importante passo na sua luta conjunta em defesa de seus direitos.

Auspiciados por entidades de apoio ao índio e várias outras entidades, sediados no Convento Dominicano, os líderes indígenas relataram seus graves problemas, reivindicaram seus direitos, apresentaram soluções e encaminharam propostas de organização própria, delineando assim novos caminhos de luta.

Paralelamente, 33 entidades que trabalham pela defesa dos direitos indígenas reuniram-se em apoio a esse encontro, na certeza de estarem presenciando um marco inédito na história das relações entre índios e brancos e na história da formação de uma consciência pan-indígena.

O Encontro, denominado "Índios: Direitos Históricos", foi organizado em forma de depoimentos, debates, seminários e assembleias, em alguns casos de caráter privado, em outros com a participação aberta ao público.

Abertura: Domingo, 26 de abril

A abertura desse encontro foi feita no dia 26 de abril, domingo, às 20:00 horas, no saguão do Estádio do Pacaembu, pela antropóloga Maria Manuela Carneiro da Cunha, presidente da Comissão Pró-Índio de São Paulo. Todos os líderes indígenas em seguida se apresentaram, confraternizando-se por essa ocasião.

Segunda-feira: 27 de abril

Neste primeiro dia de trabalho ficou organizada a forma desse encontro. Pela manhã constituíram-se quatro grupos de trabalho, compostos por representantes indígenas e associados à causa indígena, que ficaram encarregados de levantar os problemas e as reivindicações de cada região, nação indígena e entidades compreendidas nos grupos.

Os quatro grupos de trabalho foram assim constituídos e representados:

Grupo Sul

KAINGANG (Rio Grande do Sul e Paraná)
GUARANI (M'Boi Mirim - São Paulo)
ANAÍ (Porto Alegre)
Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (RS)
ANAÍ-Ijuí

ANAÍ-Paraná
CESINA
CPI-São Paulo
CTI-São Paulo
CIMI-Porantim
CIMI-São Paulo
GTME-Piracicaba
CEDOPI-Campinas

Grupo Nordeste-Leste

XOCÓ (Sergipe)
POTIGUARA (Paraíba)
PATAXÓ (Bahia)
PANKARARÉ (Bahia)
KIRIRI (Bahia)
XUCURU-KARIRI (Alagoas)
TINGUI-BOTÓ (Alagoas)
WASSU (Alagoas)
XERENTE (Fazenda

Guarani-MG)

KRENAK (Minas Gerais)
ANAÍ-Bahia
ABA-Rio de Janeiro
CPI-Sergipe
CIMI-Nordeste
CPI-Alagoas
CPI-Rio de Janeiro
ANAÍ-Rio de Janeiro
GREQUI
Museu Nacional-RJ
Associação Mineira de Defesa
do Meio Ambiente

Grupo Centro-Oeste

BAKAIRI (Mato Grosso)
CARAJÁ (Goiás)
IRANTXE (Mato Grosso)

KRAHÓ (Goiás)

TERENA (Mato Grosso do Sul)
TAPIRAPÉ (Goiás)
XAVANTE (Mato Grosso)
PARECI (Mato Grosso)
SUIÁ (Xingu)
Secretaria Executiva
CPI-SP
CTI-SP

Grupo Norte

GALIBI (Amapá)
APURINÁ (Acre)
MIRANHA (Amazonas)
TIRIÓ (Pará)
TIKUNA (Amazonas)
TUKANO (Amazonas)
WAPIXANA (Roraima)
MAKUXI (Roraima)
CIMI-Norte I
CIMI-Norte II
CIMI-Porantim
CPI-Acre
OXFAM
Grupo Kukuro
GAI-Belém
CPI-Maranhão
CIMI-MA/GO

De manhã, esses grupos se reuniram para tomar conhecimento e analisar a situação de cada povo representado. Essa atividade teve prosseguimento nas manhãs seguintes.

À tarde, houve um debate sobre o tema: "Índios: Direitos Históricos", com a participação de representantes indígenas, advogados, antropólogos e missionários.

À noite, foi exibido um documentário sobre os contatos da frente de atração da Funai com os índios Arara que denunciava os interesses político-econômicos que motivam tais expedições. Em seguida, apresentou-se a cantora Marlui Miranda e Paulo Acácio dos Santos, que cantou músicas de seu povo, os Xocó de Sergipe.

Terça-feira: 28 de abril

A parte da manhã foi dedicada às conclusões dos encontros por região, tendo em vista a elaboração de relatório sobre as diversas nações indígenas presentes e suas principais reivindicações.

À noite, em sessão aberta ao público idealizada e realizada pelos índios, foram divulgadas denúncias e prestados depoimentos. Alguns grupos apresentaram cantos e danças característicos de cada povo.

Quarta-feira: 29 de abril

A parte da manhã foi ocupada por debates das entidades e dos índios, separadamente.

A tarde foi realizada a assembléia final e nesta noite realizou-se outra apresentação pública, nos moldes da noite anterior.

Filmagem:

Foi realizado um filme para a documentação visual do seminário. A equipe de filmagem foi formada por: Hermano Penna, Alba Figueroa, José Luiz Penna, Katia Coelho, Ricardo Mendes, André Luiz de Oliveira e Francisco Jorge Melo.

PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO

“ÍNDIOS: DIREITOS HISTÓRICOS”

Representantes indígenas:

José Oliveira de Araujo — Apurinã
Manoel de Oliveira — Apurinã
Terencio Luis Silva — Makuxi
Antonio Tiriós — Tirió
Paulo Honorato — Tikuna
Pedro Inácio Pinheiro — Tikuna
Roberto Mossambite — Tikuna
Alvaro F. Sampaio — Tukano
Clovis Ambrósio — Wapixana
Casimiro M. Cadete — Wapixana
Arlindo Paula — Kaingang
Durvalino Lopes — Kaingang
Domingos Ribeiro — Kaingang
Francisco Luiz dos Santos — Kaingang
Manoel Werá — Guarani
Anísio Tupã Mirim — Guarani
Paulo Tapirapé — Tapirapé
Awatekântoi José Miguel — Tapirapé
Ivo Woué — Xavante
Renato Xavante — Xavante
Lourenço Wa'aué Dubtuwe — Xavante
Aniceto Tsudzaweré — Xavante
Lino Tsere'ubidzi — Xavante
Manuel Tsáriô — Xavante
Segundo Xavante — Xavante
Celestino Tserob'ô — Xavante
Mário Juruna — Xavante
Lino Cordeiro — Miranha
Felizardo dos Santos — Galibi
Domingos V. Marcos — Terena
Mariano Marcos Terena — Terena
Regina Miguel — Terena

Zilda Miguel — Terena
Ilza Moreira — Terena
Elias Terena — Terena
Calixto — Terena
Pahöri — Xavante
Sipriano — Xavante
Macedonio Maiavai — Bakairi
Atamósio — Irantxe
Carlos Waxi-Mauri — Carajá
Wetague — Suiá
José A. dos Santos — Xocó
José A. da Silva — Potiguara
José F. do Nascimento — Pataxó
Antonio Branco — Guarani
Maurício Txidju — Guarani
Pedro — Xavante
Simão Butsé — Xavante
Cecília — Guarani
Joventina — Guarani
Benedito F. Braz — Pataxó
Menezes Celestino — Pankararé
Manoel P. Xavier — Pankararé
Lázaro G. de Souza — Kiriri
Silvino Pereira — Kaimbé
Milton Celestino — Xucuru Kariri
Manoel Celestino — Xucuru Kariri
Antonio Celestino — Xokó
Adalberto da Silva — Tingui
Paulo Acácio dos Santos — Xocó
Hibes Menino de Freitas — Wassu
Manuel Pataxó — Pataxó
Bibiano Xerente — Xerente

Augusto Paulino — Krenak
Adão Luis Viana — Krenak
Francisco Queiroz — Kariri-Xokó
Matias Atômowe — Xavante
João Tiarawá Carajá — Carajá
José Pio — Tapirapé

Paulo Carajá — Carajá
Aleixo Rodrigue S. — Krahó
Milton Krahó — Krahó
Olair Carajá — Carajá
Acelino Alves — Pareci
Jaime — Pareci

Entidades:

Conselho Indigenista Missionário
CIMI Maranhão
CIMI Nordeste
CIMI Norte-I
CIMI Norte-II
CIMI Porantim
CIMI São Paulo
Associação Nacional de Apoio ao Índio
ANAI-Bahia
ANAI-Ijuí
ANAI-Paraná
ANAI-Porto Alegre
ANAI-Rio de Janeiro
Comissão Pró-Índio
CPI-Acre
CPI-Alagoas
CPI-Maranhão
CPI-São Paulo
CPI-Sergipe
CPI-Rio de Janeiro
Igreja Evangélica de Confissão Luterana do

Brasil-IECLB
Associação Mineira de Defesa do Meio
Ambiente — AMDA
Secretaria Executiva das Entidades de Apoio
Grupo de Apoio ao Índio - Belém
Grupo de Estudos sobre a Questão Indígena-
GREQUI
CEDOPI-Campinas
GTME-Piracicaba
Museu Nacional - Rio de Janeiro
OXFAM
GTME - Santa Catarina
CESINA
UNB
Associação Brasileira de Antropologia-ABA
Comissão Especial para Assuntos Indígenas
— CEAI/ABA
Centro de Trabalho Indigenista-CTI
Comissão pela Criação do Parque Yanomami-
CCPY
Grupo Kukuro de Apoio à Causa Indígena

Voluntários que colaboraram na organização do Seminário:

M. A. Rudge do Amaral
André Caramurú Teixeira Aubert
Paulo J. Almeida Neto
Alexandre Gonçalves Mello
Noêmia dos Santos Garrido
Annete Serber
Beatriz H. M. Penna
João Villa Real
M. Lígia Trucco

Marta do Amaral de Souza Aranha
Eduardo Soares da Silva
Luiz Antonio Francisquetti
Ione Soares da Silva
Françoise Andriollo Vilela
Aurea Dulce Lagoz
Jennifer S. Stuart
Ewaldo Dantas Ferreira

Índios: Direitos Históricos

TEMARIO PROPOSTO

- 1 — Direitos dos índios enquanto um grupo diferenciado — justificativas — paternalismo ou reconhecimento de direitos históricos?
 - a) Indigenato, enquanto **título congênito**, por oposição à ocupação, que é **título adquirido** — reconhecimento dos índios como “primários e naturais senhores das terras” (Alvará de 1-4-1680, ratificado pelo Decr. 1318, de 30-01-1854).
- 2 — Consequências e extensões do reconhecimento de direitos históricos:
 - a) Território
 - b) Autodeterminação (autonomia)
- 3 — Origem da tutela
- 4 — A tutela face aos direitos históricos: restrição aos direitos históricos ou mecanismo auxiliar de defesa dos índios?
- 5 — Legislação atual e o reconhecimento de direitos históricos:
 - a) CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA
 - b) CÓDIGO CIVIL
 - c) ESTATUTO DO ÍNDIO
- 6 — Posição da política indigenista oficial — paternalismo — sujeição da Funai ao Ministério do Interior — visão do problema do índio dentro do contexto maior da situação política brasileira — caráter fechado e burocrático da Funai — Estadualização não é solução.
 - a) Posição da Funai — tentativa de modificação do Estatuto do Índio — recentes pressões do Poder Executivo — tutela como mecanismo de coação — emancipação compulsória.
 - b) Denúncias de abusos: Judiciário x Executivo x Estado
Parques
Fundações
 - c) Propósito da política indigenista: integração x assimilação
- 7 — Reivindicações concretas:
 - a) Direitos individuais (Juruna)
 - b) Direitos coletivos (Terras)
 - c) Autodeterminação/Organização (UNI)
(pessoas relativamente incapazes podem constituir uma pessoa jurídica?)
- 8 — Formas de reivindicação política:
 - a) Cidadania
 - b) Organização
 - c) Representação
 - d) Alianças
- 9 — Quem fala pelo índio?

— participantes:

Francisco dos Santos, Kaingang de Manguueirinha
José Augusto da Silva, Potiguara da Paraíba
Hibes Menino, Wassu de Alagoas
Alvaro Sampaio, Tukano do Amazonas
Mário Juruna, Xavante de MT
Domingos Veríssimo, Terena de MT
Mariano Marcos, Terena de Brasília
Caio Lustosa, ANAÍ-RS

Alain Moreau
Maria Helena Pimentel, CPI-SP
João Pacheco, CPI-RJ
Olympio Serra, ANAÍ-Brasília
Pedro Agostinho, Comissão de Assuntos
Indígenas da ABA
Eunice Durham, presidente da ABA
Dom Tomás Balduino, vice-presidente do CIMI
Silvio Coelho dos Santos, antropólogo da UFSCAR
Manuela Carneiro da Cunha, CPI-SP



5 — MESA DE DEBATES

Manuela: Nos últimos 40 anos os índios têm sido tratados de forma paternalista. O que é isso? É o seguinte: em vez de reconhecer os direitos dos índios, se os trata como privilegiados, como pessoas que estão com regalias, ou seja, se concedem coisas, se outorgam benefícios, mas não se respeitam os direitos, não se ouvem os índios. Se há uma coisa importante aqui, é que estão aqui presentes as lideranças que estão se constituindo ultimamente e que querem ter voz neste país.

Até cerca de 50 anos atrás se reconhecia que os direitos dos índios derivavam do fato deles estarem aqui antes dos colonizadores. O fundador do Direito Internacional, Frei Francisco de Vitória, dizia que não só os índios eram senhores destas ter-

ras mas que o Papa não tinha autoridade para atribuir os territórios da América aos portugueses ou aos espanhóis. Mais tarde, em várias leis se reconhecia que os índios eram os naturais senhores desta terra, tanto assim que eles não precisavam pagar tributo ou imposto nenhum, porque se reconhecia que eles eram os verdadeiros senhores de suas terras e que seu título era um título de indigenato, não necessitando assim de legitimação. Dentro desta perspectiva é que deveríamos também pensar o atual artigo 198 da Constituição que garante as terras indígenas. Assim, parece-me que a tutela deveria ser entendida como um mecanismo auxiliar desse direito principal e histórico dos índios que é o direito de suas terras.

Maria Helena: A questão é reconhecer que os índios têm direito a essas terras, que essas terras são deles, o que aliás a própria Constituição, que é a lei maior do país, reconhece. Mas na prática, embora exista toda uma legislação que garanta esses direitos, temos assistido a um desrespeito regular, cotidiano desses direitos dos índios, quer por parte de grupos econômicos, quer por parte do próprio órgão tutor.

A questão da tutela deve ser vista como um mecanismo auxiliar que não pode ser transformado num meio de coação; ela só tem sentido enquanto sirva à manutenção dos direitos dos índios. A origem da tutela é a substituição do papel do pai, é o mecanismo pelo qual há maior ligação, maior vontade de proteger, isto é, o tutor substituiria o pai e, portanto, os interesses de tutor e tutelado deviam ser sempre coincidentes.

Caio Lustosa: Eu gostaria de acrescentar ao debate, que o direito que se fez e se faz neste país é obviamente um direito feito da sociedade dominante sobre aqueles que no processo de colonização foram dominados. No entrechoque de interesses que é a sociedade brasileira, o índio padece sempre das mazelas desse direito na sua aplicação concreta. Vemos claramente isso, no exemplo da responsabilidade civil. Quando é para a sociedade agir contra um índio assaltante, ela age com todo o rigor. Neste caso, o Estatuto do Índio é totalmente esquecido, apesar de dizer que os grupos indígenas têm direito a aplicar suas próprias sanções. Quando se trata de aplicar a lei penal, que é uma lei de repressão, de punição, as garantias que o Estatuto daria, não são aceitas. Mas, quando se trata de beneficiar as comunidades indígenas e seus membros, em caso de litígios, em casos de direitos pessoais como o da tutela — o caso Mário Juruna e o Tribunal Russel, manipula-se a lei de todas as formas possíveis para evitar que as comunidades e seus membros se beneficiem de direitos que estão claramente consagrados, quer no Estatuto do Índio, quer numa Convenção Internacional como a 107.

O importante hoje é dar ao índio as condições de crescer, de exercer os direitos de reunião, de participação no seu destino. Eu acho que somente a partir desse enfoque poderemos falar num direito dos índios e não um direito sobre ou contra os índios.

Hibes Menino de Freitas: Bem, meu nome é Hibes Menino de Freitas. Sou vice-cacique da tribo

Wassu em Cocar, Joaquim Gomes, uma tribo do Nordeste, que por si só em falar Nordeste, já fala marginalização. Mas eu não vim falar do Nordeste, vim falar da família indígena do Nordeste, que são exatamente 22 mil índios marginalizados, e atrofiados os seus direitos. Hoje, como os senhores vêem, a gente olha com alegria, cheguei na grande cidade São Paulo, pela primeira vez vejo uma coisa tão bonita, mas bonita mesmo. Eu nunca pensei vir aqui, principalmente para um encontro desse. Porque o índio é visto pela sociedade em determinados setores como bicho do mato. O leigo, o tolo, a pessoa capaz de aceitar a doutrina imposta por outros, sem poder gritar, exigir os seus direitos, se é que existe um direito, o Estatuto de proteção ao índio, como nos estão falando aqui, os senhores que entendem de leis, porque eu sou leigo para leis. Eu sou mais ou menos vivido pra realidade do meu povo, pra realidade do índio. O índio nordestino que hoje está em extinção. E não só o índio nordestino. Se, de uma maneira ou de outra, não se mudar essa política indigenista que se implanta no Brasil atualmente, não será só o índio do Nordeste que vai à extinção, mas, sim, todos os índios do Brasil, do Amazonas a todo o território brasileiro, o índio daqui a 10 anos vai ser simples peça de museu. E a nossa finalidade não é essa. A nossa finalidade é reunir as lideranças dos remanescentes, pra gente vir com as próprias palavras da gente aqui, dizer as dificuldades, as ameaças que a gente sofre, as humilhações que a gente tem. Os senhores devem ter observado, há pouco tempo, a minha tribo teve um grande problema com os grileiros. A gente tem, tinha 4 léguas de terra doada por Dom Pedro II aos meus antepassados, pela luta deles na guerra do Paraguai. Esta área de terra já foi toda tomada pelos grileiros em benefício do Pró-Alcool, em benefício dos grandes latifundiários do Nordeste que querem a terra para status... O índio, do nordeste e de todo o Brasil, quer a sobrevivência, porque pra gente interessa a sobrevivência do dia-a-dia, dos nossos filhos e dos que irão nascer. A comunidade indígena no Brasil não foi criada por decreto. Não foi criada por simples atos de assinatura, foi criada pela natureza, pelo nosso Deus. E essa comunidade indígena do Brasil poderá ser extinta por decreto? O nosso povo indefeso não tem nem mesmo alimento para sobreviver ao dia-a-dia, porque suas terras já foram usurpadas pelos grandes e poderosos fazendeiros e grileiros. Agora mesmo, na invasão que teve na minha aldeia na 2.^a feira passada, os grileiros ameaçaram que iriam lá cercar a aldeia de qualquer jeito, cer-

car armado de jagunço pra matar todo o mundo. Eu, como vice-cacique, o cacique, o pajé e o representante do conselho tribal nos reunimos para combater. Mas não temos nada, só temos pedaço de pau, enxada e foice, e a coragem que foi dada por Deus, que não foi comprada não. Existe uma ponte de acesso à aldeia, vamos derrubar a ponte. Derubamos a ponte. Agora, vocês façam vigília dentro da aldeia e aqui na ponte, porque eu vou à cidade pedir socorro. Telefonei para Polícia Federal: por favor mande pelo menos um agente na nossa área pra verificar as condições, o que está acontecendo agora na área. O delegado disse pra mim: "Eu só poderia entrar na sua área, se eu recebesse uma autorização da Funai, porque vocês são de menor". Eu digo: muito bem, se amanhã os grileiros entram na nossa área e matam os nossos filhos, matam os nossos parentes, os senhores não vão poder ficar omissos, dizer que não foram avisados, eu avisei com antecedência. E eles não foram. Eu procurei a imprensa, a imprensa foi de imediato, notificou as barricadas, conversou com o pessoal, fizemos entrevista. 5.^a feira a polícia bateu na área, a Polícia Federal. A Polícia Militar foi na 2.^a feira acompanhada pelo prefeito de Joaquim Gomes, Gendivaldo Cícero dos Santos; chegou lá na aldeia, a ponte estava derrubada pra não dar acesso, porque os jagunços entrariam de caminhão, armados, e matariam o pessoal na aldeia, mas a pé eles não entravam porque eles não são doidos. Podem ser doidos, mas não são bestas. Aí o que é que o delegado e o prefeito fazem — dizem: "Não, vamos levantar a ponte, porque essa ponte aqui dá acesso a interesse de A e B e lá vai. E vocês não se mexem, vocês não vão ajudar?" E o meu povo disse: "Nós não ajuda, nós derrubamos ela, e se tiver necessidade, a hora que o senhor der as costas nós derrubamos de novo". Ele disse assim: "Se vocês se meterem a doidos, lembrem-se que uma rajada de metralhadora mata vocês todinhos". Quer dizer, premeditou a morte de uma comunidade indígena, e não bastando, no outro dia, procurou a imprensa e me denunciou como agitador. Eu sou agitador?! O cara entra na minha casa, leva meus móveis, dá na minha família, meus pais, eu vou defender os meus direitos, sou agitador. Eu lhe pergunto: por que isso? Será que a Constituição, a lei dos brancos manda que isso seja imposto à uma comunidade indefesa, que não sabe nem ler nem escrever? Existe uma série de erros em toda administração do Governo para com os índios. Nós somos índios. Eu repeti essa frase no Congresso e repito aqui — NÓS SOMOS ÍNDIOS — e só nós

é quem devemos dizer o que queremos! Não é fazer como há pouco a Funai fez com a tribo dos Potiguara: invadiu a aldeia, fez um projeto mal bolado aproveitando-se da cumplicidade do governo do Estado, implantou um projeto que não satisfaz o interesse daquela comunidade e quer que o pessoal fique caladinho, agradeça a Deus, porque a Funai está fazendo alguma coisa. Não é bem isso não. A gente está aqui para isso, para, diante dos senhores, denunciar a mão de ferro dos grileiros e do poder dos grandes latifundiários do Nordeste e em todo o Brasil, massacrando e marginalizando o índio cada vez mais. E olhe, que se eu fosse falar de toda a problemática do índio do Nordeste aqui, eu ia tomar muito tempo, porque existem dezenas de tribos que estão tendo os seus direitos atrofiados pela justiça que a Funai diz implantar. Mas eu não vou me alongar. Pois o que interessa é que a gente saia daqui com um resultado positivo. Eu prefiro que os senhores depois me procurem para eu dar mais uma informação correta. Agora, façam um apelo a quem é de direito. Se é uma política humana, como a própria declaração dos direitos humanos diz que a família é a base da sociedade, e como tem o direito e proteção do governo. A comunidade do índio é uma sociedade. É uma família. Não queremos ser tratados como esmoléos, não queremos ser tratados como bicho, não queremos ser tratados como pessoa de outro planeta, não queremos ser tratados como leprosos. Queremos ser tratados como gente, com nossos direitos, queremos que as autoridades olhem para a gente da melhor maneira possível e digam: "Vocês têm o direito, vamos dar o direito de vocês". Porque os direitos têm que ser conseguidos através daquelas pessoas que sabem. Eu não posso dizer quais são os meus direitos todos. Mas não é isso que estamos querendo, não é luta. Queremos os nossos direitos. O índio luta pelas terras, mata e morre. Porque geralmente, até um tempo atrás, principalmente a imprensa que era controlada pelo Governo, quando havia um massacre de índio e branco, ela nunca dizia "branco entrou armado e tentou matar índio, índio se defendeu"; ela dizia "índio violento mata branco" e aí metia no jornal desse tamanho! Aí o pessoal dizia: "São bicho mesmo, não vai não, são bicho mesmo, são bicho, morde..." Mas somos humanos igual a vocês. Queremos fazer um apelo aqui que, por favor, não deixem uma tradição, não deixem uma comunidade que há tantos anos lutou pelo engrandecimento dessa pátria, e que de fato e de direito, o índio é o verdadeiro dono da Nação. Porque nenhuma pessoa chegou aqui para desco-

brir o Brasil. Isso aí é só história feita na gráfica do Governo. O português, ou quer que seja, chegou aqui, já encontrou a gente nessa terra abençoada por Deus, e encontrou os nossos antepassados aqui; mas o que a gente vê aqui é que aquelas pessoas que se propõem a lutar em defesa dos índios, são tratados de agitadores, de tal e tal. Eu não entendo porque. O que entendo é o seguinte: a minha comunidade está em dificuldades. A comunidade, a família indígena no Brasil está em séria dificuldade, está num processo elevado de extinção. Eu apelo para que se faça alguma coisa, senhores que têm a lei, que sabem das leis, por favor.

Pedro Agostinho: Para fazer valer os direitos históricos dos índios às suas terras e à proteção garantida por lei, a questão central é saber exatamente o que é o índio. Gostaria, para isso, de conceituar três termos que considero importantes: **integração, assimilação e indianidade**. Para os antropólogos, a palavra integração não é um processo que leva o índio ao não-índio; é um processo durante o qual as minorias etnicamente diferentes se articulam com o sistema da sociedade nacional, mas continuam a ser, dentro desse sistema, entidades perfeitamente distintas e claramente definidas que, mesmo transformadas culturalmente, não deixam de ser índios. O que vemos no discurso político oficial é a anulação de qualquer tipo de distinção entre índios e não-índios, o que pressupõe a assimilação. A própria lei diz: não é por terem sido reconhecidos como plenamente capazes do ponto de vista do Direito Civil, que os índios deixam de ser índios e, nesta medida, continuam a ter pleno direito às suas terras e à proteção mediante o instituto da tutela. Neste sentido, para se poder definir se alguém é ou não índio, não é por meio de critérios como a Funai, revelando mais uma vez a incompetência que lhe é característica, está tentando aplicar. Isto não é possível fazer do ponto de vista científico. Essa indianidade que persiste só pode ser reconhecida através da própria afirmação ritual, cultural e linguística do grupo; portanto, impossível por meio de critérios de indianidade. De qualquer forma, a aplicação desses critérios parece ser dirigida a poder manipular a classificação de pessoas como índios e não-índios, de modo a submetê-los aos interesses da sociedade dominante para negar-lhes o direito às terras. Deixo aqui a denúncia que isto já está sendo feito com índios do Nordeste, especificamente os **Pankararé**, cuja identidade étnica está sendo negada pela Funai, apesar de serem mais de mil pessoas. Por-

tanto, temos que estar muito alertas para essa tentativa de negar que alguém seja índio; mesmo que o índio seja um dia emancipado, num ato de violência, quer queiram ou não, ele continuará índio.

Marcos Terena: Tem-se comentado muito ultimamente, tem-se falado bastante no índio, o problema da terra, questão da emancipação e integração; enfim, diversos assuntos que muitas pessoas que não entendem o que seja isso se confundem. E justamente esse tem sido o trabalho da Fundação Nacional do Índio ultimamente. Não digo da Funai, em si, porque a Funai é um corpo, é um organismo federal que foi criado principalmente para dar uma assistência adequada e necessária ao índio no Brasil. Creio que o ponto falho nesse esquema é o humano. Temos também a legislação, a lei 6001, que fala dos diversos direitos e deveres do índio brasileiro e também da Funai como órgão tutor. No entanto, essa lei está aí, ele acabou de explicar um ponto de vista da lei. No entanto, a interpretação aqui é uma, se você lê o Estatuto do Índio você pode ter uma interpretação também. E se você for ouvir o corpo jurídico da Funai, vai notar que ela também tem uma outra interpretação. Então, dessa forma eu acho que o tempo está andando muito rápido e o índio tem que acordar o quanto antes porque ele está em fase final de vida. De todas as formas, ultimamente, se tem debatido os diversos caminhos que a Funai está utilizando, usando o próprio Estatuto do Índio contra o índio. Como é que vou explicar isso para vocês? Eu não sou jurista, eu não sou antropólogo. Eu sou um índio, e gostaria de explicar para vocês alguma coisa prática e concreta do que tem sido realmente esse grande drama para nós, os índios do Brasil.

Eu sou estudante lá em Brasília e, há pouco tempo atrás, a Funai, usando argumentos do Estatuto do Índio, disse que o índio não poderia estudar em Brasília porque era anti-cultural para o índio estudar em Brasília, porque Brasília era a capital do país e o centro político do país também. Ora, o próprio Estatuto do Índio diz que a Funai tem que dar subsídios, condições para que o índio adentre a sociedade brasileira, gradualmente e harmoniosamente; então, o que eu entendo por harmonia, é buscar o bem comum, o interesse do índio, o interesse do branco, para que o índio se ajuste, se adapte à sociedade brasileira. Então veja que a própria Funai utilizou o Estatuto do Índio para usá-lo contra o próprio índio. Eles se esqueceram, porém, que o índio também é

brasileiro e que o índio também é gente, e, como gente, como vocês, como qualquer um aqui presente, o índio também sente dor no coração, sente amor no coração, sente alegrias, sente tristezas e sente vontade de alcançar um ideal também. Tudo isso foi exposto a eles, mas jamais ouvimos uma palavra de apoio, uma palavra de consideração da parte daquela direção; palavras essas que anteriormente, em outras gestões, tínhamos ouvido: palavras de incentivo para que adentrássemos a sociedade envolvente e que um dia nos tornássemos nós mesmos os dirigentes de nossos destinos. Por isso eu disse no início que a Funai é um organismo, mas que na verdade o trabalho da equipe humana não tem sido adequado para o humano que é o índio.

Outro ponto, a questão de indianidade. Ultimamente temos ouvido muito falar que o índio, do ponto de vista jurídico, deixa de ser índio, e conseqüentemente deixa de ter os direitos de índio. Se por exemplo eu fosse um índio emancipado, eu não poderia me colocar aqui na condição de índio. Então, quando é que o índio poderia atingir uma autodeterminação, se ele é tolhido pela emancipação? Lógico, nós buscamos uma integração à sociedade. Uma autodeterminação, como um povo que possui uma cultura diferente, uma língua diferente, mas que também quer compartilhar da sociedade brasileira, como brasileiros que somos.

A Funai está pensando em criar critérios de indianidade, está pensando em mudar o Estatuto do Índio, está pensando em fazer projetos ou elaborando projeto de emancipação ex-offício, ou seja, a critério da Funai. O mais interessante de tudo isso é que a Funai usou o serviço secreto brasileiro para trabalhar nesse sentido. Conseqüentemente, o índio passou a ser olhado, a ser visto como um elemento nocivo às questões de segurança nacional; interessante como é o critério do que seja segurança nacional aqui no Brasil. No entanto, eu penso que se eu fosse estrangeiro, eu teria as portas do Brasil à minha disposição. É lamentável isso, e é profundo esse pensamento, porque, enquanto possuímos um Brasil rico em todos os setores, quer no subsolo, no mar, na terra, possuímos, entretanto, uma nação muito pobre. Assim sendo, o índio também como minoria racial tem passado por esses vexames. Isso já faz 500 anos e o índio tem diminuído a sua população. E o que nós estamos procurando agora, nesse Encontro, nessas oportunidades? Eu penso que o tempo é curto e não podemos ficar discutindo pontos de vista, como se a gente estivesse atirando uma pedra na Funai, a Funai atira uma pedra na gente e assim aquela guerrinha que não leva a nada... Nós temos que sentar, discutir e agir. Agir, não em sessões secretas, como eles têm agido, mas abertas ao público, ao povo



6 — ALVARO TUKANO, MARIANO MARCOS TERENA E MARIO JURUNA

brasileiro que está buscando essa liberdade dentro de si mesmo, essa liberdade de pensamento, de ambições, de ideais que também o índio possui. Nós gostaríamos que fôssemos mais objetivos, porque se a gente começa a atacar, atacar, a gente está dando subsídios para eles se prepararem; e vocês sabem que uma doença que é recolhida, quando ela volta, ela volta mais forte. Então, não podemos perder tempo, não podemos ficar discutindo pontos de vista técnicos; eu acho que nós devemos ser mais objetivos, eu apresentei aqui assuntos concretos que ocorreram comigo, com outros índios e que têm ocorrido quase diariamente. Ouvimos agora algumas denúncias, algumas... e quantas não temos sabido delas? Eu acho que vocês que estão aqui podem, de alguma forma, dar a sua participação, para que o índio, mais do que nunca, busque o cumprimento dos seus direitos. Vamos ver como é possível fazer cumprir o Estatuto do Índio.

Domingos Veríssimo: Desde a época da colônia os índios estão sofrendo, mas a luta continua, porque não está atingindo apenas as terras dos índios, mas também sua cultura, que é o principal na existência dos indígenas. Os índios estão sendo destruídos, dizimados, desaparecendo. Então, é muito importante estarmos aqui reunidos para que possamos lutar e conseguir alguma coisa. Os índios estão sendo perseguidos por todos os lados, inclusive não pode mais falar, está proibido de se organizar. Há pouco tempo saiu no jornal que os índios estão proibidos de se organizar. Por que? Será que não é um direito nosso, como brasileiros? Ou somos estrangeiros? Então está nas mãos dos senhores uma orientação que nós precisamos, para levar à frente a nossa luta.

D. Tomás: O objetivo deste Seminário é político, um instrumento que criamos para ouvirmos isso, que é o clamor dos índios, que está abafado e eles estão cada vez mais encurralados e, como disse Marcos Terena, numa posição pior que os estrangeiros. Estrangeiros grandes têm as portas abertas; o Projeto Jica está atraindo milhares de japoneses e os índios nesta condição de pessoas consideradas perigosas para a segurança nacional. Em contrapartida, existe uma força que é a nossa consciência, juntamente com a consciência dos índios... eles estão pedindo aqui apoio dos antropólogos, dos juristas e vemos que está começando-se a fazer um pouco de luz nesta história dos direitos históricos dos índios.

Nós já nos beneficiamos um pouco com o ganho de causa por ocasião da saída de Mário Juruna para a Holanda. Agora nós temos essa lei número 6001 que, embora feita por não-índio para índio, colocando o índio como ausente, tem algo de positivo e nós temos que ver o que essa lei pode servir para a libertação do índio.

Para o índio não é só a sua sobrevivência, mas a sua condição de outro, de comunidade que tem a sua identidade própria. Neste ponto acho que a participação da Igreja também tem a sua história. Antes da década de setenta era uma pastoral mais genérica, de catequese. Depois, vem vindo a nossa Pastoral Indigenista, tomando um cunho diferente. Neste sentido, o documento "A Igreja e os problemas da Terra" (Itaici-1980) é o mais explícito e diz: "apesar da vigência do Estatuto do Índio, os conflitos em áreas indígenas se tornam cada vez mais violentos e generalizados". Eu acho importante citar isto porque a consciência da Igreja é um aliado a mais.

Tais conflitos se ligam aos seguintes fatores: não demarcação oficial de suas terras; invasão de territórios já demarcados; comercialização e apropriação pela Funai dos recursos de suas terras; desconhecimento das exigências específicas do relacionamento do índio com a terra, segundo sua cultura. Para concluir, lei nós temos, o que falta é a sua aplicação, pois o Governo, sabendo que a lei é favorável ao índio, tem investido em diversas oportunidades contra o Estatuto do Índio, procurando sua modificação. Do tempo da falsa Emancipação, agora com os critérios de indianidade, a esse documento meio conhecido de todos nós que impede a organização das nações indígenas. Então, na minha opinião, nós temos que acreditar na força da consciência pública, no nosso povo junto com a consciência dos nossos irmãos índios.

Manuela: Quero apenas lembrar que a lei existe e é fazer com que ela seja cumprida. O próprio Estatuto do Índio, quando trata da tutela, diz que o índio tutelado precisa da presença da Funai, seu tutor. Mas a própria lei prevê que naqueles casos que o índio revela consciência do ato praticado, e não sendo prejudicial aos interesses dos índios, essa obrigação de ser tutelado não existe; a própria lei quando fala da tutela não diz que o índio não pode se manifestar. Toda a idéia da tutela é que ela sirva de proteção. Portanto, é muito claro que essa lei existe e nós precisamos encontrar todos os mecanismos para aplicá-la.

Mário Juruna: Nós somos chamados de tutelado, nós somos chamados de menor. A FUNAI NÃO VÊ O ÍNDIO COMO PESSOA, como adulto. Ninguém entende o índio como adulto. A Funai pode cumprir a sua obrigação aplicando melhor o Estatuto do Índio e não passar por cima e fazer ameaça ao índio com o Estatuto. Por que a Funai chama de agitador quem quer defender o índio? Então nós podemos chamar a Funai de traidora. O próprio Estado tem que reconhecer o índio como brasileiro porque ninguém tem mais direito do que nós.

O Governo está tomando terra de índio, branco procurando índio para matar, roubando a terra do índio. Se a gente não existisse aqui no Brasil, como que o branco faria para proteger o país? Ainda bem que tem muito índio esparramado junto às divisas do país. Se existisse só branco, o que eles fariam? Eu acredito que o estrangeiro já teria tomado a nossa terra. O próprio governo brasileiro é como empregado do estrangeiro e nós empregados do governo brasileiro. Parece que nós índios brasileiros, somos escravos do branco. E nós não somos escravos de ninguém. Índio é pessoa, o índio quer ser ouvido e respeitado.

Francisco dos Santos: Muito obrigado a todos que estão interessados por este povo pobre e humilde, mas que é o verdadeiro dono deste Brasil. Toda essa luta de sacrifício para a defesa de nossas terras, para a educação, a saúde, é para que o índio tenha sua sobrevivência, sua terra legalizada, porque a terra é a nossa vida. Tudo que eu quero para os índios, também quero para os caboclos e posseiros que vivem quase na mesma situação que nós, dominados pelas multinacionais e pelo capitalismo. E os nossos tutores não querem que a gente venha a esses encontros, para não aprender a conhecer nossas dificuldades. Espero que vocês sempre permaneçam com essa coragem de lutar por um povo sofrido. Muito obrigado.

Olímpio Serra: Nós estamos buscando aqui o reconhecimento dos direitos dos povos tribais enquanto nações, enquanto povos. É um direito que não se vislumbra na História. Que eu me lembre, só em duas oportunidades o Estado reconheceu os povos indígenas enquanto povos: no final do século XVIII quando foi assinado um tratado com os Guaicuru-Kadiwéu para a defesa das fronteiras com o Paraguai; e outra, uma declaração formal de guerra de Dom João VI aos Botocudos de Minas Gerais. De resto os índios foram tratados, como defi-



7 — FRANCISCO DOS SANTOS KAIGANG E MANUELA CARNEIRO DA CUNHA/PRESIDENTE-CPI/SP.

niu muito bem Mário Juruna: brasileiros escravos dos brancos. Nesses 400 anos de História os índios passaram mais ou menos 300 como escravos. Com isso podemos concluir que o pensamento do Estado brasileiro, em relação aos índios, sempre foi buscar que eles se transformassem em não-índios. Fosse pela morte étnica, para servirem de força de trabalho, como escravos ou trabalhadores assalariados, fosse a morte biológica. Não podemos perder de vista as tentativas de assassinato étnico, como essa da emancipação e a do não-reconhecimento dos povos indígenas enquanto povos.

Durante todo este mês de abril eu fui levado a viver a tragédia de uma família indígena que perdia seu filho nos hospitais de Brasília, com uma participação mínima dos órgãos que lhes deviam prestar um mínimo de conforto. A Funai só apareceu em duas ocasiões: uma para assinar a guia de internação, outra para fornecer a documentação de óbito. Em 1981, faz dez anos que a Funai lançou

seu primeiro programa de saúde. Busquei informações na Funai e fui informado de que esse programa de saúde não existe mais. Meu desespero aumentou, uma vez que nesses dez anos, quando a Funai tinha esse programa, nós assistimos em 73 os Kreen-Akarore com 360 pessoas e quando chegaram ao Parque do Xingu, em 1975, eram apenas 70. Outro exemplo é o dos Yanomami, que, após a passagem da Perimetral Norte, algumas aldeias sumiram. Eu percebo que nesta mesa não há nenhum médico. Não estamos preocupados com o assassinato biológico dos índios, e deve ser uma preocupação constante. Daí minha proposta: que se avalie os 10 anos de programa de saúde da Funai.

Quanto ao assassinato étnico, as lideranças indígenas levantam mais uma vez a necessidade de se reconhecer os povos indígenas enquanto nações. Vamos iniciar uma campanha pelo menos para que os índios tenham o direito de se organizarem. A União das Nações Indígenas é hoje uma iniciativa das lideranças indígenas, mal vista e perseguida pelo governo. Portanto, é importante que tomemos essa bandeira, talvez a mais importante de toda a história do indigenismo brasileiro: o direito dos índios a se organizarem.

Hibes Menino de Freitas: Não adianta a Funai dizer: "Não, eu não tenho culpa, eu apenas cumprio a lei". Ela própria burocratiza o negócio. Nós vemos que realmente estamos querendo chegar a uma organização com lideranças autenticamente indígenas. Para isso temos capacidade, temos material humano para resolver nossos problemas. Aqui vocês podem contar dezenas de lideranças indígenas que têm condições de sentar numa mesa ou numa tenda, numa palhoça à beira da fogueira, e dizer: "o que é que a gente quer?" Eu garanto que ninguém vai dizer: "desejamos fazer uma bomba atômica ou roubar a fórmula da bomba de nêutron"; a gente deseja uma fórmula para discutir os nossos meios de vida, pra que a gente continue sobrevivendo. E sem medo de Segurança Nacional, grileiros e Polícia Federal. Porque só digo uma coisa: todos aqueles que hoje tentam ignorar o direito sagrado do índio, um dia a justiça pairará sobre os oprimidos e mostrará a realidade.

João Pacheco: Em primeiro lugar, parece bastante importante nós nos perguntarmos em que medida as entidades de apoio têm tido a capacidade efetiva de contribuir para a aplicação desses direitos históricos. Os movimentos de defesa do

índio surgiram principalmente a partir da campanha contra a emancipação do índio e a minha pergunta é até que ponto nós conseguimos arquivar esse projeto. Porque o que temos visto é que esse projeto de emancipação foi efetivamente conduzido à prática nos mais variados aspectos. A própria militarização da Funai, através de coronéis sem qualquer contato com sociedades tribais, que nunca viram índio na vida, mas no entanto são pessoas eficazes enquanto técnicos da Segurança Nacional e outros organismos. No entanto, me parece que não devemos partir para uma visão negativa da questão; precisamos, sim, ver que o movimento de apoio à causa indígena deve ser integrado a um processo muito mais amplo, de real democratização da sociedade. O próprio objetivo deste seminário é fazer com que os oprimidos se manifestem, que as populações vítimas de políticas elaboradas nos Gabinetes de Brasília ou no Conselho de Segurança Nacional partam realmente para serem ouvidos por toda a população brasileira.

Caio Lustosa: A meu ver, com o surgimento dessa nova manobra da Funai, de estabelecer os chamados critérios de indianidade, há uma exigência da nossa parte que é levar esse projeto a público e mostrar a nível de opinião pública, o que ele realmente representa: mais um atentado contra os direitos dos índios. Eu sugeriria que saísse dessa reunião um apelo, no sentido que antropólogos, advogados, as entidades pró-índio e a União das Nações Indígenas instituíssem um tribunal interno de efeito moral como o Tribunal Russel. Eu tenho a impressão que seria mais uma força moral para nós ganharmos espaço e chegarmos ao ponto fundamental que é a autodeterminação dos povos indígenas.

Alvaro Sampaio: Senhores, eu sou Tukano do alto Rio Negro. Em novembro do ano passado eu e Juruna estávamos na Holanda a defender os nossos direitos humanos, direitos indígenas. Foi um fato que marcou a História. Foi uma viagem longa e difícil onde todo o povo brasileiro acompanhou a grande batalha do Mário Juruna enquanto que eu, Alvaro Tukano, considerado brasileiro não sei porque, já que Juruna também nasceu dentro do Brasil, tive a facilidade de sair do Brasil. Mas sou indígena para minha nação e puríssimo; sou Tukano e falo minha língua.

Levamos uma mensagem ao povo europeu, aos homens que conseguiram entender o nosso direito. Não fomos falar da vida alheia, nem fazer propa-

ganda comercial, e sim falar de uma vida que sentimos, que vocês brancos não sentiram. Falamos sobre as nossas derrotas, as perdas de vida, os nossos planos, o que queríamos fazer, mas não foi suficiente. Chegando lá na Holanda eu soube que a Funai não reconheceria a minha pessoa como entidade indígena, mas disseram que eu era um filho de noruegueses. Será que eu nasci naquela terra fria? Sei, pelo contrário, que nasci numa pequena aldeia chamada São Francisco, que fica nos confins do Brasil, no Amazonas... Na verdade, eu confesso a vocês aqui, que nasci no norte do Brasil, isto é, no noroeste da Amazônia, onde existem cerca de 33 grupos indígenas, cada qual mantendo a sua função mitológica e o direito de sobreviver na terra em que nasceu. Mas esta questão de terra não é questão somente do índio; se o índio é conhecido pelo povo brasileiro, por descendentes de estrangeiros, é porque é o nosso problema comum.

Uma vez em Manaus eu estava assistindo a uma reunião com vários líderes indígenas, quando, no final da reunião, só porque sabia ler, assim fui obrigado a ler uma frase que marcou toda a história de minha vida: "A Amazônia só será nossa quando for habitada por brasileiros convictos, não por índios que não têm nacionalidade". Seria esta a definição de grandes homens brancos? Os brancos que se dizem benfeitores nossos? Será assim? Creio que não, meus irmãos. Na Amazônia vocês sabem como é a história. Índios que morrem, índios que vão morrer como aqueles que já morreram. Porque no tempo da colonização calcula-se cerca de um milhão de índios e hoje nós somos menos de 200.000 (duzentos mil).

Morremos, digo, morreremos todos se continuarmos ainda a mexer com o Estatuto do Índio. É a pior coisa que conhecemos na nossa história. Vocês cresceram. Vocês fizeram grandes cidades como essa aqui, não sei quantos milhões existem. Eu na minha aldeia de São Francisco, nós somos menos de 90 pessoas, e onde que foram os outros? Os outros aprenderam a falar a língua de vocês, os costumes de vocês, aprenderam e não souberam mais viver dentro das aldeias. Aprenderam a religião de vocês, e a nossa que deveria ficar com a gente, morreu; é por isso que o nosso povo brasileiro não sente mais coragem de ficar na tribo para unificar toda a idéia indígena. Essa é a oportunidade única que nós tivemos, em toda a História brasileira. Dentro de São Paulo, e de todo o Brasil, conseguimos amigos brancos que nos proporcionaram esse encontro.

Como todo índio oportunista que somos pe-

rante vocês, eu peço em nome de muitos líderes indígenas que não puderam vir aqui, vocês brancos levem para casa de vocês, digam que nós somos brasileiros também, nós somos com sangue diferente de pessoas estrangeiras, quer dizer, puríssimos brasileiros. Temos direito de viver em nossa terra. Como povo temos o nosso direito de nos organizarmos, fazer nossas reivindicações. Porque somos nós que sentimos. Não são vocês brancos que sentem a nossa responsabilidade, porque vocês são outros para nós. Isso em sentido indígena, mas todos nós devemos caminhar. É por isso que nós chegamos aqui, viemos pregar uma democracia, uma democracia de bem-estar comum, defender a terra. Essa é a nossa palavra. Vocês devem defender o índio, escondê-lo das leis que levam a população indígena ao genocídio. Leis que matam o pobre, que matam o menor, e devem também corrigir esses grandes homens que armam o menor para matar o inferior ainda. O índio nunca faz uma palestra assim na tribo minha. Uma reunião camuflada onde só duas ou três pessoas fazem leis, como acontece ultimamente. Como D. Tomás Balduino falou, eles fazem isso porque eles pensam que nós somos bestas ainda. Segundo ele disse também, o escondido é sempre o primeiro que nós vemos. Nós nunca vamos fazer dos filhos de vocês, escravos. Vamos primeiro educar vossos filhos, educar no sentido de amar a nossa Pátria, procurar defender cada qual os seus direitos coletivos também. Eis a minha palavra a vocês presentes.

Manuel Celestino: Senhores presentes, aqui me apresento como cacique da tribo Xucuru-Kariri em Palmeira dos Índios, Alagoas, chefiando 900 índios na minha aldeia e presidente do Conselho Indígena das tribos de Alagoas. A luta em Palmeira dos Índios é a reivindicação de uma légua de terra demarcada antigamente, em 1822. Esta luta vem nos trazendo uma vitória de 170 anos, numa retomada de uma mata cafurna, o terreiro sagrado de nossos antepassados. Foi feita a demarcação, mas apenas de 389 tarefas de terra, quando lá é uma légua em quadra. Isto foi uma reivindicação, naquela época, feita pelos nossos antepassados que lutaram na guerra do Paraguai, saindo de Palmeira dos Índios 100 guerreiros, quando voltou somente um índio. Então, com toda luta, com toda briga, com todo sangue, assim mesmo conseguimos com a nossa coragem entrar numa mata, que era denominada "mata da prefeitura"; foi preciso mesmo muita coragem, quando alguém dizia: "Vocês entram mas vão sair pelo cansaço da fome". Então eu en-

trando em contato, graças à Legião Brasileira de Assistência que nos ajudou, e a Ordem dos Advogados do Brasil, e os direitos humanos, foi quem nos favoreceu, quando os índios, até crianças novas, doentes, chegaram a ser operadas em Maceió. Com tudo isso, a Funai chegou, assinou um documento junto comigo e o prefeito para fazer esta legislação dentro de 60 dias. Quando passou 11 meses para chegar em nossas mãos essa legalização. Então a luta não acabou-se, a luta continua junto com os parentes, junto com os irmãos, junto com os estudantes, antropólogos e universitários. Cada vez mais pedimos apoio à nossa Federação indígena porque achamos que será necessário para agirmos nos nossos problemas entre os nossos parentes e os nossos irmãos índios.

Em Alagoas represento e grito não só pelo direito de Palmeira dos Índios, como também dos Tingui-Botó. Os Tingui de Terras Novas não estão sendo reconhecidos como acabou de apresentar o nosso amigo Hibes, que é Wassu de Joaquim Gomes. Então, somos cinco tribos alagoanas que estão reivindicando os seus direitos. Temos dois postos de atração em Alagoas, Palmeira dos Índios e Kariri-Xokó, mas os outros precisam também. Nós estivemos em audiência nos dias 12 e 13 no Recife, junto à própria Funai que nos reuniu para uma assembléia. Quando no Recife eu pedia documentos das nossas palestras, nossas palavras, para que chegassem ao mundo, ao país, para conhecer o que foi que o índio falou diante de nossos dirigentes do órgão tutelar, saiu ao mundo, na televisão, mas só saiu o começo, a entrada da reunião. O que eu falei diante de nossos dirigentes não saiu. Todos os grupos gritavam, cantavam as necessidades que passavam, necessidades que passavam aflição. Não estamos brigando não, estamos reivindicando o que é nosso. Não estamos também pedindo esmola, não senhor. O índio não pede esmola, o índio cobra o que é nosso, o que é de direito, o que é da gente.

Manuela: O Manuel Celestino trouxe aqui a situação geral de todos os grupos do Nordeste e Leste, que é uma espécie de morte no papel, decretada pela Funai como um não reconhecimento de um grande número de grupos indígenas. A Funai quer se arrogar o direito de decidir quem é e quem não é índio, esquecendo que o único critério para saber quem é e quem não é índio é o reconhecimento da própria comunidade que tem a consciência histórica de sua indianidade. Isto tem implicações evidentes, pois esses direitos dos índios só

serão legalmente aceitos na medida em que o índio é legalmente entendido como índio, de forma que negar essa identidade, como a Funai está pretendendo, tem como consequência a negação desses direitos.

Augusto Paulino — Adão Luis Viana — Krenak — Caríssimos irmãos, estou aqui para apresentar essa fraca figura, que vem sofrendo há muitos anos. Há 22 anos que vem sofrendo. Vou contar pra vocês a historinha do Krenak, o que vem acontecendo faz 22 anos. Lá no nosso território, desde a época do SPI, o Chefe lá do Posto começou... Nós tinha muito gado, era bem organizado, nós tinha 900 cabeças de boi, 600 cabeças de carneiro, 300 cabeças de animal, tínhamos de tudo, aí começaram a vender, a vender, e foi acabando, tiraram-nos de lá e levaram pra Maxacalis. Não gostamos, voltamos de volta, tudo a pé, 92 dias de volta. Chegamos, ficamos acampados numa ilha; aí chega o Capitão Pinheiro e disse que ia liberar outra vez a nossa sede. Começou a nossa liberação outra vez, levou-nos pra lá e começamos a trabalhar, trabalhamos plantando roça e juntando gado, nós já estava começando outra vez. Construiu cadeia, enfim, liberou tudo. Começamos a organizar o terreno outra vez. Naquela organização, os fazendeiros desconfiaram que iam ocupar a terra toda, o território todo. Aí começaram andar daqui pra ali, tornaram a tirar nós para levar pra Fazenda Guarani. Enfim, levaram-nos pra Fazenda Guarani, lá em Crenaque; nessa época, construiu cadeia, construiu tudo, aí trazia índio do Amazonas, índio de tudo quanto é canto, lá prendia, batia, espancava. Lá, nessa época que foi tirar-nos, foi em 68, tiraram-nos e levaram pra Fazenda Guarani. Os índios que não queriam ir, eles amarravam, prendiam na cadeia, deixavam lá, dois, três dias com fome. Aí conduziram nós pra Fazenda Guarani. Ficamos lá sete anos. Em sete anos começamos a descobrir a lei, tornamos a voltar. Estamos acampados no nosso território outra vez, chegamos lá, também já tinham destruído tudo. Tinha acabado tudo o que nós tinha deixado. Nós acampamos, acampamos e aí começaram a querer tirar-nos outra vez. Mas aí começamos a reconhecer a lei, andar para aqui, andar para ali. Deixaram-nos quietos. Estamos lá acampados em 13 alqueires. Nós queremos organizar o território para frente. Aí foram lá, juntaram, foram lá, perguntaram a nós quantos alqueires nós queria para organizar nosso território, que nosso território lá é 1.950 alqueires. Para nos organizar, pra nós trabalhar,

Reunião do Centro-Oeste 27-04-81

MÁRIO JURUNA

Devemos nos ajudar

É hoje. Estamos em 81 e estamos começando o debate, estamos procurando uma semente mais e melhor e procuramos a nossa cultura e nossa semente para levar a cada casa e a cada um. Eu quero pedir o apoio de vocês porque existem 180 tribos no Brasil, e todo chefe de comunidade que entende o problema tem que defender o problema de seu local. Eu sei o que a Funai pensa: que temos pouca liderança para nos defender. Nós somos poucos os que defendem a tribo. Então hoje nós devemos amarrar, nós vamos amarrar a nossa força à coluna da casa.

Demarcação nós temos que conseguir no peito, na luta. Devemos ajudar o companheiro, nós somos a raça e somos donos de nossa terra e nós que nascemos no mesmo país somos obrigados a ajudar o nosso companheiro. E depois do debate vamos falar muita coisa e nós vamos apresentar mentira e apresentar verdade, porque a mentira tem o pé muito curto e a verdade não acaba.

MARCOS TERENA

Precisamos formar um conselho

Vamos ver o que podemos fazer, o que é possível fazer. A Funai foi criada para assistir o índio, mas ela não está fazendo isso. Pelo menos é o que todos disseram aqui. Vamos pensar o que fazer para apressar a demarcação da terra, para que a Funai dê mais assistência na educação e saúde. Vamos pensar na realidade, não vamos pensar em sonhos porque, como o Mário falou, tem que ser palavra firme. Não podemos mais ficar de reunião em reunião. Vamos ver se é possível fazer um CONSELHO de índios, por exemplo. Vamos pensar qual é a solução que a gente vai dar. Primeira coisa, o que fazer com a Funai para ela andar direito, porque o pessoal que está lá, está ganhando dinheiro em nosso nome. Vamos pensar a realidade de agora porque amanhã não sabemos o que vai acontecer: projeto de emancipação, mudança de Estatuto. Isso vai prejudicar a gente, então a gente vai ter que pensar rápido, à frente do branco.

nós somos em 80 pessoas só, éramos 600. Foi morrendo tudo, aquilo... os mais velhos ia apaixonando com o local do lugar, querendo voltar, não podia voltar. Falava em voltar, eles prendia, batia, e aí foram morrendo. Tornamos em 80 só. Estamos acampados lá nesses 13 aldeamentos. Tentaram de organizar para nós 250 aldeamentos, então nós com 250 aldeamentos ficava satisfeitos. Mas não quiseram. Aí, a gente vai lá na delegacia, em Baladares, conversa com o delegado: "Mas, pra que que índio quer terra? Índio é preguiçoso, índio não trabalha, esse índio Krenak não é índio nenhum que trabalha, pra que quer terra, índio come peixe e caça!" Bom, antigamente o índio tinha caça pra comer, tinha muito peixe, que lá no nosso território dá muito peixe, o que o índio comia era caratinga, era caça, era o peixe, tinha muito. Agora, hoje em dia, como é que o índio convive, 80 pessoas dentro de 13 aldeamentos de terra? O que que tem pra comer? Tem que comer do fruto da terra e tem que trabalhar. Aí, eu peço a todos vocês, todos os irmãos aí, o que puder comparecer pra gente aí, a gente agradece e fica muito satisfeito. E peço a todos os irmãos que estavam dizendo aí, que não enfraqueçam, não. Consigam a batalha de frente, porque o sapo que pára, a cobra come ele. O sapo sempre mais um pulinho à frente. Nunca se pára não, porque tem 22 anos que eu venho sofrendo, mas agora, se Deus quiser, eu vou em frente, nem que seja pulando um metro, amanhã eu pulo dois e se Deus quiser, eu chego lá. Mesmo pra deixar pros meus filhos, meus sobrinhos, meu primos, pra minha comunidade, eu quero deixar alguma coisa. Mas, muito obrigado pra vocês...

Ligia Simonian: Eu gostaria de colocar aqui a questão da emancipação nos dois grupos indígenas que já a pediram formalmente, o caso de Guarita (RS) e os Xokleng de Ibirama. Os índios de Guarita estão sendo pressionados e manipulados pela elite econômica e política regional e eles já encaminharam o pedido de emancipação. A questão é que os índios continuam bastante desinformados a respeito disso e nós temos que ter um compromisso em esclarecer não só a sociedade envolvente, mas principalmente os grupos indígenas, aqueles que ficaram nas reservas, pressionados pelos chefes de Posto e totalmente impedidos de aqui estarem.

Manuela: Para finalizar acho que há uma questão fundamental a ser lembrada, que o direito dos índios é parte dos direitos do povo brasileiro.

Invasão de terras

Primeiro os Carajá moravam em Luciara, Estado de Mato Grosso, que era só Carajá. Depois um branco chegou, chamado senhor Lucio. Chegou e chamou a presença de todos os índios. Todos ficaram de acordo de vender o lugar, a própria mata onde faziam a roça a troco de farinha e rapadura. Assim ficaram e foi aumentando. Aí eles viram São Domingos que era muito bom para botar roça, aí pediram para o capitão ceder um pedaço pra botar a roça. Como Carajá era besta, cedia. Você é meu amigo, eu teu vizinho. O dia que você precisar de teu amigo, eu estou aqui mesmo, encos-

tado de você, então o que você precisar eu estou aqui. Bom, então fica, isso aí é seu, pode botar uma roça e algum gadinho. Mas porque ele fazia isso? Ele não sabia de nada. Ele pensava que ficava em aquilo mesmo. Mas o outro não pensa assim. Ele entrou e ficou. Ele pegou doado e depois vendeu. Outro entrou e pediu também. Que ele era pobre, que era isso e aquilo. Que ele não podia ficar perto da cidade, que a cidade com esse negócio de imposto ele não podia, que ele ficava no sertão mesmo, que ele não podia pagar nada. Então conversou com o chefe. Foi indo. Se você me agrada um pedaço de terreno, eu também te agrado, eu dou uma vaca procê. Isso eu não estou comprando, eu estou te dando um presente, como você vai me dar também. E assim o velho foi nisso: "tá aqui, tem aí um pedaço procê, como ocê está me fornecendo, também vou te fornecer". Por que? Porque, o velho não sabia. Não sabia o que ia dar no fim. Mas quando ele entrou, que deu uma cabeça de vaca para o velho, aí que o trem começou a aumentar: "é, vou começar a comprar meu gadinho que aqui é tão bom da gente criar". Aí foi começando, eu era pequeno e não sabia de nada. Os outros perguntavam: como você está fazendo para entrar? "Não, você conversa com ele, vai indo na conversa e você entra também." E assim foi indo e o outro entrou também. E assim foi indo, e outro entrou e a gente vai piorando cada vez mais.

Cachaça

Meu pai também é muito errado. Ele era danado para fazer confusão. Bebia e fazia briga com seu próprio irmão, com seu próprio cunhado e com seu sogro que era capitão. Ele não respeitava ninguém nessa aldeia Luciara e assim todo mundo ia saindo com medo dele. Não era o medo. A cachaça enfraquece o homem. Mas o homem que bebe a cachaça diz: eu sou isso, eu sou aquilo, eu faço isso. Porque que eu falo isso? Porque ele está tonto da cachaça.

PEDRO TIKUNA

Onde vai o dinheiro

Se eles fossem responsáveis, eles ajudariam, demarcariam as terras dos índios. Eu vou marcar as terras de vocês? E o dinheiro? Governo não tem, nem o Governo, nem a Funai, nem o Presidente não tem dinheiro. Mas como houve a notícia de que agora, ano de 80, haviam mandado 17 milhões e meio para o Alto Solimões, lá para os Tikuna,



8 — MARIO JURUNA E ANICETO XAVANTE

para a demarcação e a escola. Mas lá ninguém viu, nem se sabe de notícia de dinheiro. Para onde que foi? Eles têm a fama da promessa, eles prometem, mas as coisas nunca seguem.

Parece que eu vou morrer no meio da luta de meu povo Tikuna. Até meus filhos também vão morrer como meus avós e bisavós e tataravós, que já tinham morrido nas mãos dos escravos. Que nossos pais é índio, que é verdadeiramente índio verdadeiro. Temos 37 aldeias Tikuna e temos 15.150 habitantes. Só falam a língua Tikuna. Então por isso que eu estou aqui representando, falando de cada aldeia. Agora eu quero saber porque é que o governo brasileiro prometeu de dizer que ele é responsável dos índios. O governo não está nem sabendo o que está acontecendo em área dos Tikuna e de todos os nossos irmãos. Porque nunca anda nas terras deles. Nunca dá um chego e nunca dá um passo. Um dia chega lá, é como vento, olha lá, dá uma rapidinha e nem sabe o que acontece. Nem conversa, nem sabe se está morrendo ou se está bem.

WAPIXANA

O problema da terra

É pela primeira vez que venho assistir a reunião e estou com dois meses que sou tuxaua. Mas o que eu sinto na minha aldeia é o problema de terra. Nós queremos procurar uma solução para nossas terras, porque é de nossa terra que tiramos tudo o que precisamos. Então vim à procura de uma força para, quando voltar, orientar os que estão lá.

Os conflitos no Acre

“Olha, se vocês quiserem brigar com os colonos a gente vai meter a polícia aqui e acabar com vocês”. Olha, não, a gente não vai brigar com os colonos, a gente vai ser contra vocês e a Funai. É a Funai que põe os colonos a brigar com nós. Fazer medo para nós acalmar e largar nossas terras. E o fazendeiro Cabeça Branca sempre orientando os colonos lá pra não largar que ele garantia para o lado deles.

Aí veio a polícia acalmar a gente mas a gente não acalmou. Expulsaram o Chefe de Posto que sempre ajudou a gente e a gente gosta dele. Agora Chefe de Posto a gente não aceita mais. Tá com um ano e estamos dirigindo bem a nossa mercadoria, sem a Funai, e de hoje em diante vamos viver assim.

LINO PEREIRA CORDEIRO

Como se defender: Educação

Sou da nação dos Miranha, município de Tefé, do Amazonas. O problema da maioria dos índios do Brasil, acredito que os Miranha também tenham. Não têm terra demarcada e a questão da saúde fica no Deus nos acuda pro que der e vier, porque não têm a quem apelar. Quanto à parte de educação, nessa parte defendo a questão da civilização pelo seguinte, porque na minha opinião o índio precisa se confrontar com o branco, ele precisa mesmo entrar na escola, pegar o primeiro e segundo grau, até o nível superior. O índio precisa aprender para se defender. Agora uma coisa que eu acho meio difícil, mas que vai na consciência de cada um. Porque uns pegam uma cultura e têm vergonha de ser índios e não querem mais voltar no meio da comunidade, é um negócio meio russo. Mas se a gente fica sem saber ler e escrever é pior. A educação vai dar margem para a própria defesa do índio.

O comércio e a autonomia da aldeia

Comércio é aquele negócio de intermediário, o comerciante e o índio. Ultimamente tem melhorado muito porque a gente bolou um plano. A gente conseguiu por a mercadoria nossa no mercado de Manaus, direto. A gente conseguiu um barco. Porque se a gente for esperar pela Funai, praticamente todo o Brasil vai acabar na falência. Pelo que eu vejo, o que a Funai faz mesmo direito é acabar com os índios. Nós precisamos é partir por cima, discutir juntos na aldeia mesmo e tomar uma decisão para a gente mesmo própria. Então tudo o que tem na comunidade são os próprios Miranha que decidiram juntar um por um e pagar a prestação.

A Funai

Uma coisa que me deixa meio arretado é que a Funai existe para dar assistência ao índio. O problema maior não é a Funai, mas o pessoal que está já lá dentro. Os que têm culpa são esses coronéis implantados entre os administradores, porque, lá dentro, tenho certeza, tem gente interessada na causa indígena, também.

Mobilidade: os encontros

Nós somos 720, fora os que estão fora. Outra coisa é essa coisa da Funai proibir sair para participar de encontros e saber da situação de cada um e aprender alguma coisa ou ainda ensinar para os outros. Porque cada vez que eu venho e participo

eu tenho novidades pra levar e uma ordem a pregar na minha comunidade. E acredito também que cada vez que eu venho, eu deixo alguma coisa para os outros também. Então, a participação vai depender do próprio índio, porque se ele sente necessidade é ele que tem que dar um jeito de sair e procurar melhoria. A Funai não tem nada a ver com ele. As lideranças das comunidades são responsáveis pelos outros. Se estiver sentindo necessidade, é a que tem que dar o jeito, não esperar que a Funai autorize, porque ela não vai fazer isso nunca.

União das Nações Indígenas: Nos líderes do Brasil, confio

O que a UNI precisa é de uma estruturação indígena; pegar as lideranças de cada Estado, fazer as bases para estruturar o alicerce da UNI. Se a gente esperar pela Funai a gente nunca vai conseguir nada. Acredito que no Brasil, e não só na minha região do norte, existem indígenas que são capazes de fazer uma boa liderança, uma boa administração. Nos líderes do Brasil, confio.

MILTON KRAHÓ — Chefe Krahó

Apóio a UNI

Eu sou caciquê de minha aldeia. Lá eu não sou desprezado, mas garantido e por isso eu tenho força e liberdade de dar garantia a quem vai ser presidente das tribos indígenas, o Marcos Terena. Estou apoiando os três candidatos de hoje. Fiz minha viagem da tribo só para apoiar, dando força para a tribo.

JOSE AUGUSTO DA SILVA, Potiguara da Paraíba

Sou Potiguara da Paraíba, a minha aldeia está localizada na cidade de Bahia da Traição, ou melhor, a cidade de Bahia da Traição é localizada na aldeia Potiguara. A situação do nosso povo Potiguara está muito ruim no momento. Existe uma divisão. É a Funai e o governo do Estado que promoveram esta divisão.

Os projetos de desenvolvimento da Funai

Para acabar com a luta entre invasores e o grupo indígena, o governo do Estado estudou rapidamente um projeto às pressas. Elaborou no sentido de parar a nossa luta pela demarcação, e contra as invasões da área, influenciando com uma esmola grande, implantando um projeto agrícola na área,

botando trator para desmatar e fazer roçado no tamanho de dois hectares por família, dando semente grátis, segundo eles falam, e material para combater as pragas; depois financiaram um barco pesqueiro para quem queira pescar, estrada e saneamento. Esta é a promessa do projeto Prodeco, chamado projeto integrado Potiguara. Esse projeto foi para acabar com a luta pela demarcação da terra. Não é outra coisa. É uma esmola grande dada à força.



9 — JOSÉ AUGUSTO DA SILVA/POTIGUARA

Os operários Potiguara no Rio de Janeiro na Ilha do Governador (1975)

Estive na Ilha do Governador o ano passado para ter contato com o nosso grupo. Eles prometeram voltar à área. Estão voltando aos pouquinhos. A influência que os encaminhou ao Rio para trabalhar como operários nos estaleiros da Ima-

queé — e eu estive no meio de tudo isso — é, não sei, a elegância de passear, de beber cerveja, entre outras coisas. Aquela onda que o Rio é lugar de se ganhar muito dinheiro. Embora eles não estejam tendo resultado financeiro como deveria ser porque hoje a situação do brasileiro de classe baixa não tem resultado. Tem apenas sacrifício efetivo.

Educação e recuperação da língua

Nos anos trinta ainda restava a língua Potiguara, como apelido. Os velhos inclusive, os velhos e as crianças ainda bolavam a língua Potiguara, mas aconteceu o seguinte: os primeiros professores do SPI pregaram a educação em português e não aceitaram que os índios falassem a língua abanhaê, de maneira nenhuma; proibiu. Só ensinou português, por isso venho me queixando, eu aprendi português, agradeço muito por uma parte, mas senti que a educação prejudicou a raça Potiguara.

Hoje a língua está cada vez mais esquecida, está dando um trabalho tremendo para recapturar ela; agora estou conseguindo muitas palavras da Paraíba à Bahia, mas devido a uma luta muito grande para conseguir um dicionário dos antigos Tupi, que hoje se transformaram em Potiguara, que chamam a língua abanhaê. Então nós temos muitas palavras já recapturadas da língua de origem Potiguara...

LINO MIRANHA

É o dinheiro o culpado?

Esse negócio de dizer que o branco é o culpado de todo aí, nesse ponto aí também defendo o branco, porque se for atacar todos os brancos, meus irmãos teriam que atacar toda essa gente, interessados na causa do índio. A gente tem que pensar que o responsável de tudo isso é o capitalismo. É o dinheiro que faz isso aí. Não é dizer que é branco. Esse é o meu ponto de vista.

Índios e Posseiros

Eu acredito que a situação do posseiro seja a mesma que a do índio. O posseiro precisa do apoio do índio e o índio precisa do apoio do posseiro. Temos que juntar as forças. Não sei se os outros companheiros estão de acordo com isso que declarei, mas em Boca do Acre foi solucionado assim: a Funai jogava fazendeiro contra posseiro, depois jogava o posseiro contra o índio e jogava ele

contra o fazendeiro e resultava aquela bagunça. No final ficava de braços cruzados, vendo o pessoal brigar fora e ela lá dentro numa boa, como se nada tivesse a ver com isso.

Índios Assassinados

Os Tikuna e Kulina e Canamari também estão sendo vítimas — sempre desaparecem um ou dois indígenas quando estes começam a brigar pelos seus direitos e até hoje fica tudo no esquecimento. Até hoje nunca vi pelos jornais, nunca vi em canto nenhum dizer que foram escondidas uma ou mais vítimas que foram encontradas assassinadas, mortos por aí, como já vi.

O problema da terra

Estou esperando até agora. Funai falou que tinha liberado três milhões e meio para criação de posto e de cantina-cooperativa e a compra de um banco e uma série de coisas. Eu falei para ele que isso não ia nem adiantar enquanto não tinha o que é necessário para nós: a terra. Porque do jeito que as empresas estão entrando na Amazônia agora!

Onde faria eu minha casa se eles chegassem botando máquinas para cá, gado para lá, máquinas para transporte, máquinas agrícolas. Tudo isso. Porque tudo isso de Funai, como vão fazer. Colocar na cabeça e para onde que eu vou? A única coisa que eu exijo mesmo é a terra; delimitasse e me entregasse documento. Não vai adiantar ter o bolso cheio de dinheiro sem terra.

FRANCISCO LUIS DOS SANTOS

Kaingang de Mangueirinha

Temos o problema da terra. Nossas terras lá foram vendidas pelo governador do Estado, em 1949, foram vendidas para a firma Slaviero, e hoje estão em litígio; então viemos pedindo para que sejam devolvidas nossas terras, e até hoje não tivemos uma solução de umas autoridades responsáveis por nós.

Este Encontro foi muito bom porque os índios ficaram sabendo da situação de nós Kaingang do Sul e Guaraní, assim como nós também ficamos sabendo dos índios do Norte. É a mesma situação: terra, terra, terra. O índio sem terra pode ser mendigo, como tem muitos caboclos, hoje, mendigando por aí pela estrada. Organizando a UNI, esperamos ser unidos e fortes.

Sou índio Terena e um dos fundadores da União das Nações Indígenas. Foi difícil no começo, porque pela primeira vez depois do descobrimento do Brasil, a primeira vez que foi organizada esta entidade dos próprios índios, cujo objetivo é defender os direitos dos índios, conforme a legislação brasileira, conforme está escrito no próprio Estatuto do Índio. O índio se levantou e conscientizou, e sem lutar não consegue nada. Então o valor dessa organização está aí. Aqui em São Paulo foi também eleita a nova diretoria. Entregamos nas mãos dos jovens, Terena Marcos, o Tukano Sampaio e Lino da Tribo Miranha. Então está aí o resultado do esforço dos velhos para que os índios lutem para o seu próprio interesse e para a sua própria sobrevivência. Mas não ficar nisso. Lutamos também para não acabar a nossa identidade, no caso a nossa cultura, a tradição, os costumes.

PAULO ACÁCIO DOS SANTOS

Xocó da Ilha de São Pedro

O Encontro para mim foi uma maravilha porque me achei no direito de contar o sofrimento que nós temos. Encontrei condições de falar a verdade com toda a cobertura da Comissão Pró-Índio. Foi mais um ano de estudo que ganhei. Mas não posso falar muito, sou muito visado, enquadrado na lei de segurança, não do Brasil, mas do revólver lá dos grandes da margem lá do Rio São Francisco.

ÁLVARO FERNANDES SAMPAIO — Tukano

Eu sou Tukano, meu nome de cerimônia é Doethiro. Acabamos de eleger a nova diretoria da UNI, que visa trabalhar melhor, porque nós somos um povo etnicamente diferente, sentimos nossas dificuldades e vamos procurar resolver nossos problemas dentro do contexto da política nacional e internacional. A idéia é difundir uma nova política, para ter uma vitória, recuperar aquilo que perdemos durante 400 e poucos anos de derrota. O índio brasileiro, pela primeira vez, consegue uma vitória. Como etnicamente diferente, procura se organizar para entrar no contexto da vida política nacional. E visa também este movimento para o bem-estar de toda a comunidade brasileira, não somente do índio mas de todo brasileiro.

O Encontro foi fantástico, saiu totalmente dos trilhos, e entrou por um ritmo que a gente não es-

perava. Fortaleceu incrivelmente o direito dos índios a se organizarem livremente. Devemos conseguir que esta emancipação compulsória não passe. Tivemos audiência para isso, os índios deram um exemplo fantástico.

A venda de artesanato

O pessoal indígena faz artesanato, embora a pessoa saiba que a missão está monopolizando o artesanato indígena, muita gente não sabe. "Não, é freira, é boa, vamos dar para a freira." E a freira dá aquele conto, é bem mais barato, né? E quando chega em Manaus é aquele preço!

ANTONIO TIRIÓ

A importância da UNI

Sou do Parque Nacional do Tumucumaque, sou do lado do rio Paru do Oeste, na fronteira do Surinam e do Brasil. Eu acho que esta organização que está criada, a organização da Federação Indígena, é muito importante, porque essa Federação não vai ser negócio da Funai, nem da Missão, nem mistura, mas vai ser independente; só índio, fora de qualquer política, nem Arena, nem comunismo. Aí não tem política. Só todo índio para defender o nosso direito, nossa bandeira como índio brasileiro é morrer sempre em nossa terra, não é verdade?

LINO MIRANHA

Índios na administração

A Funai está com uma verba de dois milhões de cruzeiros. É claro que não vou rejeitar a doação que de toda maneira vai servir. Mas sempre que isso seja administrado pelos próprios índios e não vou aceitar interferência de branco na administração. Eu não sei se em todas as regiões existe índios que estejam capacitados para uma boa administração. Mas estou seguro que em muitas regiões existe gente que está capacitada e que pode fazer uma boa administração também. Então, quanto a essa parte de doações da Funai, eu não sou contra. O problema é quando recebe a doação e fica sendo manipulado pelo homens da Funai, ou por outra pessoa como intermediário...

PEDRO TIKUNA

A população cresce, precisamos de terra demarcada

A floresta está diminuindo cada vez mais, como está acontecendo com as nossas terras. Não

tem ninguém que ajude muito, sempre tem fazendeiro tirando a madeira, a borracha e todas essas coisas e mesmo o peixe está se acabando com esses pesqueiros que vêm de Manaus, por lá em volta tudo está terminando. Então a gente precisa a demarcação da terra antes que invada muito ainda, porque mais uns anos e não vai ter mais terra; então os seus filhos que cada vez estão reproduzindo, está aumentando a tribo mesmo, não tem onde ir pescar, não tem onde ir trabalhar, não tem onde ir e fazer roça.

Pode ser que o índio não sabe de nada, mas os brancos não sabem o que os índios têm; e também como índio não sabe o que os brancos têm, o índio também tem o seu direito igualmente como os outros. O cacique, como uma autoridade, tem que cuidar de seus problemas.

TERÊNCIO MAKUXI

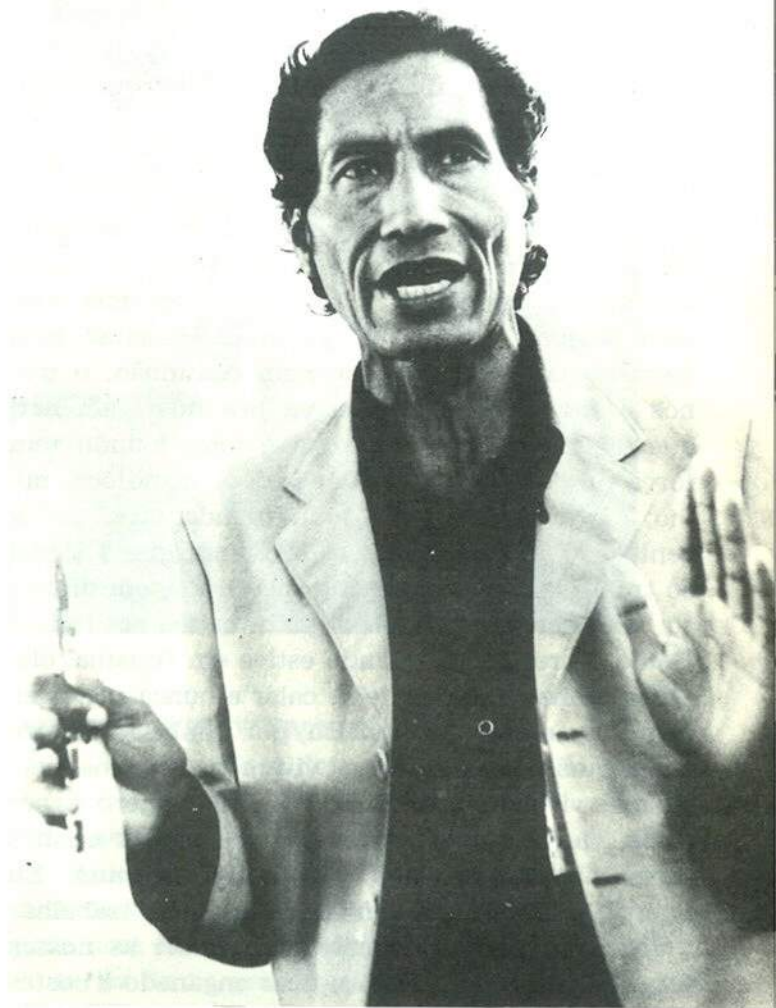
Os projetos do Governo

Essa hidrelétrica está no meio dessas malocas, mas está mesmo no meio. Tem duas aldeias, uma com 300 e outra com 200 pessoas. Então eles sentem que vai ter um grande prejuízo para essas comunidades. Essa hidrelétrica de Tamanduá é um negócio muito acelerado para o povo... Ouvi falar que são 5.000 operários que vão trabalhar lá, então estão vendo uma coisa que vai acontecer muito triste: ...em vez de crescer a comunidade, vão acabar dispersando por aí no mundo. Porque há vários exemplos, todos com trabalhos que estão fazendo nas nossas áreas, como aconteceu no Roberto Costa com uma ponte no Rio Cutingo que prejudicou muita gente, porque a ponte atravessou mesmo no meio de um grupo de 300 pessoas que estavam assim, inclusive onde tem uma escola. Quer dizer que deu mais ou menos 60 trabalhadores. Que aconteceu? Era festa todos dias, toda noite, bem dizer, todo sábado; prejudicou até o encarregado, andaram até com a mulher dos próprios parentes. Foi uma notícia muito triste. As filhas, os rapazes, tudo diminui. Quanto mais a Cachoeira do Tamanduá.

JOSÉ MIRANDA OLIVEIRA DE ARAÚJO - Apurinã

A terra, a omissão e a violência

...então que ele foi e enganou a gente, disse que nossa área ia sair demarcação e só fez prometer e não fez, e daí nós exigimos de novo, aí ele



10 — ANTONIO TIRIO

foi, trouxe a polícia, foi contra a gente lá, veio a polícia, o exército e a polícia, as outras polícias, mas ninguém fechou das nossas terras pra largar e deixar para eles não, então veio pra amedrontar e o pessoal ficar calado e pra eles invadirem as terras da gente.

Meu pai morreu, meu vô morreu, minha mãe morreu, todos sepultados lá, nascimos e criamos lá; hoje em dia nós têm direito, nós está botando força lá ainda, não é pra fazendeiro me botar, me forçar. Vai buscar outros cantos, sem terra, sem

nada. Lá é meu lugar, é meu. Até agora nós estamos esperando perguntar terra, até agora parece que está me enganando nós, nós está esperando... até agora. Hoje em dia, eu perdi minha vontade de eu trabalhar. Hoje estou falando nessa reunião hoje. Estou discutindo nessa reunião. Primeiro nunca discuti isso, mas hoje estou discutindo porque é vontade. Eu estou esperando, agora se desta vez ele me enganar vou meter bala em fazendeiro lá.

Suborno?

Então a Funai, ela promete lá, com mercadorias, com dinheiro, com trator, caminhão e nunca nós aceitamos, nem é de aceitar. Combinei com meu pessoal todinho, da gente não aceitar nem mercadoria, nem dinheiro, nem caminhão, o que nós aceitamos é só as terras pra nós trabalhar, que o dinheiro está na terra e todo mundo tem força pra trabalhar, plantar feijão, mandioca, milho, arroz pra comer e todo mundo vive, que a gente não precisa o que é da Funai, que a Funai só trata de enganar a gente, eles prometem dinheiro, dar mercadoria, mas a gente nunca aceitou... Então o presidente, quando estive em Brasília, ofereceu dinheiro pra gente se calar e nunca me calei, nem vou trocar por dinheiro, por minha terra, pra viver que nem os outros vivem aí jogados pela cidade, vivendo pelo campo, eu não quero saber disso, viu? Eu quero viver trabalhando as minhas terras e não dou gosto a fazendeiro nenhum. Eu quero fazer esforço com a comunidade, trabalhar e viver nas nossas terras e não vender as nossas terras à costas de dinheiro, ficar enganado à costas de dinheiro, à costa de mercadorias.

HIBES MENINO

Os Projetos da FUNAI

Qual seria o nosso ponto de vista? Primeiro a demarcação das terras: porque implantar um projeto sem demarcação das terras, e depois suprimir todas aquelas terras? Qual é a sua opinião?

JOSÉ AUGUSTO DA SILVA

A opinião minha e dos índios que estão nas aldeias de São Francisco, Itaqueira, Santa Rita e Laranjeiras é que estamos lutando pela demarcação da área, desde 34 tem documento provando a nossa terra, e depois desenvolver o interesse nosso, mas sendo projetado e elaborado por nós mesmos. Nós é que sabe o que precisamos, onde precisa-

mos e como precisamos, e não que venha uma pessoa de fora a elaborar, sem consultar totalmente todos e sem tempo suficiente.

HIBES MENINO

A Funai comprou um trator de 400.000 cruzeiros, um trator daqueles. E eu, em conversa com o funcionário, provei que o multicultor sendo implantado na área ia trazer muito mais recursos para o índio porque seria puxado por dois burros e é um trabalho quase artesanal como a gente faz e fazia antigamente. E que a implantação deste trator seria um desperdício, um gasto que a Funai estava fazendo mas através de empresas interessadas em faturar através do projeto da Funai e que não atenderia às necessidades da gente.

Pró-Alcool

As nossas tribos vêm sendo descaracterizadas pelo poderio econômico, pela imposição e interesse dos capitalistas, com a implantação de um projeto nos estados do Nordeste, chamado Pró-Alcool, que vem usurpando as terras indígenas, plantando cana inclusive dentro dos cemitérios indígenas. E a gente vem lutando, eu pelo menos tenho lutado, ameaçado de morte, ameaçado pelos jagunços; tenho lutado constantemente para que se possa fazer alguma coisa, que se faça a demarcação das terras indígenas, para que se crie um sistema para a preservação das nossas florestas no Nordeste.

CIPRIANO XAVANTE

Invasão de terras

Estamos aqui em S. Paulo, este é o primeiro Encontro que estou assistindo. Meu nome? Cacique Cipriano. Nós não podemos fazer segredo, esconder nosso sentimento, porque existem alguns na Funai que querem morder e ferrar o interesse do índio, de todas as tribos de toda região, porque os nossos irmãos não se interessam em olhar a vida dos índios. Eu percebo, estou vendo alguns brancos como bichos ferozes, como sucuri, que, desde século passado, quando nossos bisavós enchiam essa região da beira do mar ao Mato Grosso, roubavam nossas terras. Os nossos bisavós, os nossos pais, quando os brancos iam em cima deles, se afastavam e fugiam, e até hoje existe esse problema. Onde que nós vamos aumentar nossa nação? Onde que nós vamos dar vida aos nossos filhos, aos nossos netos?.



11 — CIPRIANO XAVANTE

A nossa reserva é São Marcos. No tempo de 1953, por aí, não havia posseiros, não havia fazendeiros, e com muita liberdade os nossos pais andavam por aquela região. Agora até bicho do mato não tem mais vaga. É isso que é nossa vida, apertando até esmagar. Vocês são muito complicados, levam aparelhos e procuram as coisas como ouro, diamante. Isso que mata, isso que é a matança do índio. Por isso onde nós vamos viver dentro de dez anos?

Vocês ainda pensam que o governo está trabalhando para apoiar a vida do índio? Não. Desde 1959 defendemos os nossos costumes, pedimos condução para poder levar os doentes para o hospital. E o nosso povo fica triste porque o projeto agrícola não foi para a frente, ele parou. Não tem óleo diesel, não tem Toyota para doente, e falta medicamento para as pessoas e o gado nos prejudica. Rodolfo é o Chefe de Ajudância e não quer fazer nada para nós, ele tenta dividir pela ameaça. Nós todos da reserva de São Marcos, não atendemos às mentiras dessas pessoas da Funai que lá estão entre os missionários, que não respeitam os nossos costumes, que não deixam a gente ir para Brasília para falar com o presidente da Funai. Nós queremos que eles sejam retirados. Só isso, muito obrigado.

ANICETO TSUDZAWÉRÉ

Cacique da aldeia Xavante de São Marcos

Um apelo:

Aniceto Tsudzawéré, cacique Xavante da aldeia de São Marcos, no Estado de Mato Grosso, pede uma escola de nível ginásial com 5.^a, 6.^a, 7.^a e 8.^a séries do 1.^o grau a ser construída na aldeia de São Marcos para os jovens índios Xavante das diversas aldeias Xavante.

Esse pedido ou apelo é dirigido ao Sr. Ministro da Educação, coronel Ludwig, ao Sr. Ministro do Interior, coronel Andreazza, ao Presidente da Funai, coronel João Carlos Nobre da Veiga, aos Salesianos, ao Conselho Indigenista Missionário, aos antropólogos, aos doutores, às Comissões de defesa dos interesses dos índios, às pessoas de bem, aos políticos e dirigentes.

Solicito a construção da escola ginásial em São Marcos, equipada com salas para aulas, cadeiras e material escolar, a vinda de professores salesianos dos diversos colégios que a Ordem, voltada para a educação, mantém no país. Os jovens índios estão terminando o curso primário em escolas reconhecidas pelo governo em São Marcos e Sangradouro, e desejam prosseguir os estudos com a aprovação das comunidades Xavante que desejam

estar mais preparadas no futuro e menos dependentes da sociedade envolvente.

Eu, Aniceto, vejo como solução, aos que desejam prosseguir os estudos, uma escola ginásial com sede em São Marcos, donde os jovens não percam contato com suas famílias, continuem respeitosos como Xavante e não corram o risco de aprender maus costumes ou mau comportamento nas cidades.

O trabalho atual dos salesianos com o primário ou até a 4.^a série do 1.^o grau é muito intenso e absorvente, devido ao número crescente de crianças. Para tanto, temos necessidade da construção da futura escola ginásial, com a vinda de mais professores. Desejamos o mais breve possível o início da 5.^a série em São Marcos com a criação em seqüência da 6.^a, 7.^a e 8.^a séries. Queremos os nossos filhos nas aldeias, ajudando-nos, trabalhando e estudando, longe dos vícios e maus costumes das cidades.

Temos que nos preparar para sobrevivermos no futuro e não continuar ou tornarmo-nos dependentes.

ANÍSIO TUPÁ MIRIM

Garani — S. Paulo

O problema do índio Guarani da aldeia de M'Boi Mirim de São Paulo é o seguinte: um grupo de índios Guarani vieram do Posto Indígena de Mangueirinha, Estado do Paraná, por causa da Funai, porque a Funai judiava muito do índio. A Funai dava serviço para os índios e todos os índios trabalhavam para a Funai, que prometia que ia pagar a dinheiro, e prometia também dar roupa,

sapato, alimento e assistência. Mas no fim os índios não receberam nenhum cruzeiro, nem um pedaço de roupa, não recebeu nada. A Funai fazia também outras coisas com o índio brasileiro: ela mandava os índios fazerem roça de vinte a trinta alqueires e dizia que aquela roça, que tudo que os índios fizessem, ia ser para o próprio índio. Depois, quando chegava o tempo da colheita, a Funai falava: "vamos colher tudo que depois eu vou vender para vocês e o dinheiro que vai vir é de vocês". Aí os índios ficavam feliz, contente e alegre esperando seu dinheiro. No fim, cadê aquele dinheiro que a Funai prometeu? Até agora o índio não recebeu aquele dinheirinho e assim os índios passaram o tempo sofrendo, completamente sem nada na vida.

Por falta de proteção da Funai, porque a Funai não ajudava em nada, só maltratava, então por causa de tudo isso que nós viemos do Paraná para S. Paulo.

Alí onde eu moro chama-se aldeia do índio de M'Boi Mirim, o padre José mandou fazer três casas para os índios, então é por isso que eu estou morando lá com minha família.

UETAGUI

Eu estou dizendo para vocês que estou aqui em S. Paulo. Muitas vezes venho aqui em S. Paulo, todo ano venho aqui em S. Paulo. Eu passei um ano aqui em S. Paulo, fiz tratamento de saúde. Porque vou falar para vocês, vou cantar para vocês minhas canções em Suiá, eu sou índio Suiá, Uetagui, do Parque do Xingu.

ADALBERTO FERREIRA DA SILVA — Tingui

Falta de terra (índios do Nordeste)

Povo paulista e meus irmãos índios, eu falei no meu idioma, estou nesta grande cidade, S. Paulo, e meu nome é Adalberto Ferreira da Silva, da tribo Tingui, do Estado de Alagoas.

O meu problema é terra, que não tem para minha comunidade. A minha comunidade são quinhentos índios; nós só temos dois hectares de terra, não dá para nós índios trabalhar, não podemos desmatar esses dois hectares. Os índios da minha tribo trabalham fora, para os fazendeiros. Vão até à usina, ganham uma diária de cem cruzeiros e se chupar uma cana é cortada a diária. Meus amigos, a coisa está pesada para o indígena.



12 — UETAGUI CANTANDO MÚSICA SUIÁ

O meu interesse é pronunciar aquilo que não está escrito. Nosso sofrimento foi bastante também, igual ao de todos os índios, de sul a norte de todo o Brasil, e que estou vendo sofrer, o mesmo clamor.

Índios e Posseiros

O nosso problema não é a demarcação. O problema são os posseiros dentro da área. Tem muita gente que pode viver mais do que outros e tem outros que são iguais aos índios. Este problema é um problema sério entre posseiro e índio, porque aqueles que podem, eles usam os pequenos para lutar contra os índios. Entonce, eu acho que isso é um assunto que cabe à entidade da justiça, preparar uma coisa a este respeito. Porque nós trabalha em roça comunitária — roça comunitária que eu chamo é junto, todas as famílias junto. Nós somos cerca de 325 famílias e este povo vive só da lavoura, de plantar milho, feijão e mandioca, apesar de que planta algum arrozinho, mas é pouco, só para uso, e também caju e outras coisas, mas o necessário é mandioca e feijão. Entonce nós fizemos esta roça comunitária, todo mundo trabalhando junto. No dia que terminamos de cercar, ajuntou os pequenos posseiros e os grandes, tiveram uma reunião no dia 17 de março à noite. Entonce, foram lá na roça comunitária e cortaram todo o arame. E este arame não se aproveitou para nada, apesar de que os índios estão tomando uma atitude por conta própria e estão entrando também na roça de grandes fazendeiros e pequenos fazendeiros, fazendo a mesma coisa. E isto é uma coisa que não cabe entre nós, entre os pobres.

Eu acho que assim como tem a justiça pública, eu acho que tem também um interesse. E a justiça pública tem o dever de entender e defender os interesses, porque ninguém pode tocar um contra outro. Tem que limitar as coisas para que todo mundo possa sobreviver, entre o seu mundo e pessoas unidas e honestas como nós somos. Isto é uma coisa que tem que ser assumida, que tem que ser cuidada. Este povo denunciaram no jornal, não sei quando, mas eu vi a história do jornal, que ninguém podia tirar posseiros de dentro da área porque tinha 8.000 habitantes dentro. Mas isto não é correto, porque em 76, no tempo em que o presidente, General Ismarth, esteve lá, o prefeito de Ribeirão do Pombal pegou aquele pessoal de todos os lugares e levou carros cheios para despejar dentro

do povoado para impressionar o general presidente, para que achasse que aquele povo seria tudo de aquela área. Então isso aí, essa denúncia de 8.000 habitantes dentro da área não é possível.

MANOEL PEREIRA XAVIER — Pankararé

Hoje o que acontece é que a gente nem caçar não pode mais. Quando tinha verão, seca, a gente vivia da caçada. Hoje a companhia (SEMA) foi e é proibida a caçada.

Logo que chegou lá um engenheiro, um pessoal do Interba, entrou lá em casa falando pra gente se reunir com os posseiros para dar um tipo de documento que era muito garantido. Eu disse: eu não sei se esse documento é garantido, eu não conheço, apenas nós não precisamos desse documento, não. Mas ele disse, se vocês não assinarem para pegar esse documento, quando for amanhã ou depois, o Interba, o Governo vem e põe vocês para fora. Aí eu falei que mesmo assim a gente não assina não, pode a gente ser tirado, mas ninguém vai assinar. Aí ele foi em casa três vez. Aí eu não dei decisão a ele, só dei decisão que não assinava. Depois desse mês de março saiu no jornal dizendo assim — acho que ele é coordenador do Interba —: que tinha estado lá no grupo Pankararé, conversando pessoalmente e a gente tinha assinado pra receber esse documento. Então com esse documento assinado, ele pediu ao governador do Estado da Bahia para dar uma ajuda para demarcar essas terras e com esse documento o governador mandou ele para lá. Depois veio pessoal da Funai, a Dolores e um advogado falando da tutela, falando para a gente aceitar esse tipo de coisa que assim o assunto era mais fácil. Porque se a gente aceitava esse documento, logo depois era instalado um posto indígena com assistência médica. Aí eu falei: mas como é esse documento? Quer dizer que a gente tem, está trabalhando seis tarefas de terra, eu como sou casado tenho cinco filhos, aí quando esse filho crescer, então vai dar outro tipo de documento para meu filho? Que tipo de documento vai fazer? Aí ele disse: “Não, esses cinco filhos seus têm que trabalhar, que eles são herdeiros seus.” Mas, como é que seis famílias de gente vai trabalhar em seis tarefas de terra? E depois que a gente quer um pau de madeira para fazer cerca, de onde vai tirar? Tira de sua roça. Mas, e se não tem? Minha roça está toda cultivada. Está cheia de milho e feijão que precisa de cozinhar pra comer, aí vou ter que torar um pé de milho ou feijão pra por no fogo pra

cozinhar uma panela. Isso a gente não vai aceitar não. Aí ele ficou parado assim, e quando foi na hora da saída ele foi pedir minha decisão. Bom, a minha decisão é demarcar e um posto médico para dar assistência para o pessoal que está sofrendo, inclusive há duas pessoas que estão doentes; eu posso levar vocês agora e mostrar qual é a situação deles e não tem apoio do governo do Estado. Aí ele falou: "Vocês têm direito a esse posto e essa reserva, mas isso vai demorar muito". Aí eu disse: vai demorar muito mas o senhor vai ajudar num ponto assim; até esta semana um índio foi fazer uma cerca no que era dele, aí um posseiro lhe proibiu, que não era pra fazer. Ai chamaram na delegacia e o índio foi lá. O índio falou que era dele, aí o delegado falou: "Não, você vai derrubar a cerca, você fez, você derruba, o terreno vai ficar para ele e você não vai falar..." Aí ele foi lá pegou a palmatória, aí disse: "Aqui tem uma palmatória, para alguma coisa você fica aqui. E se eu lhe prender, nem Funai vai soltar, porque a Funai pra soltar vai ter que trazer a chave, vai ter que trazer uma serra pra serrar o cadeado porque a chave eu não dou."



13 — DURANTE A SESSÃO PÚBLICA OS TERENA APRESENTARAM SUA DANÇA

Esse conselheiro aí é também Pankararé, ele está numa situação que os posseiros cercaram a casa dele assim, em redor, e em aquele meio ele não pode criar um porco, criar uma galinha, porque até há poucos dias ele tinha uns porquinhos lá, daqui a pouco chega um com a perna quebrada. Depois, como você falou, se ele não prendesse, aí iam matar. Logo no outro dia aconteceu de matar um porco, aí falou assim: "Agora você dê queixa à Funai, que é pra ela vir resolver".

E o homem da cerca? O índio mesmo derrubou a cerca e entregou para o outro, aí bem perto da casa dele.

PEDRO AGOSTINHO (UNB)

Se vocês me dão licença, eu tenho uma informação a colocar.

Estão querendo dar títulos individuais de terras Pankararé e a Funai está tomando conhecimento da questão porque ela disse que eles não são índios, e eu sei disso através de um colega meu que trabalha no Museu Nacional, não é antropólogo, ele é naturalista, trabalha no estudo de animais e plantas e é o responsável pela orientação científica da Estação Ecológica do Raso da Catarina. E ele tem consciência do problema indígena e vem me procurar e me disse: "como é isso, tem índio no Raso?" Então vamos saber como é que é. Então ele me explicou que do Ministério do Interior, na certa na Secretaria do Meio Ambiente, há um documento da Funai dizendo que podem montar a estação ecológica à vontade, porque os índios, os habitantes do Raso não são índios. Quer dizer, então a idéia era botar todo o pessoal que estava no Raso, inclusive o pessoal da Serra do Chi, pra fora. Mas a gente discutiu o problema com o rapaz, resolveu passar a divisa da reserva para abaixo do Chi, no sul do Chi, para deixar o Chi de fora. E aí a gente conversou da idéia que era o pessoal do Chi que ia ficar com pouca casa etc. E então serem contratados pela Secretaria do Meio Ambiente para serem os guardas da reserva, para trabalharem para a reserva. A Funai não se importou com isso e a Sema não deu bola. Resultado: hoje está a reserva do sul, e pro norte tem um tanto de terra do Raso, até lá no Brejo, segundo o Manoel me informou que tem caça nenhuma.

— Tem não.

— Não tem a caça que é necessária para o pessoal do Chi e que é necessária para o pessoal do Brejo. De maneira que nisso está a responsabilidade da Funai... Ela está fazendo uma coisa que

ela não tem o direito legal de fazer. Porque a lei disse que índio é quem acha que é índio e é considerado índio pelos outros. A Funai não tem direito legal de dizer que fulano e ciclano é índio ou não é índio. O índio está aí, é índio, e acabou-se. Isso dela estar dizendo que é índio e não é índio é ilegal.

JOSE AUGUSTO DA SILVA — Potiguara

Está me sangrando lá no peito.

...está me doendo muito, para mim está me sangrando lá no peito, porque um senhor de aqui de Brasília, assessor da Funai, chegou lá e mandou os tratoristas pra arrasar em cima dos babaçu, mangabeira e cajueiro, toda a fruteira natural que existia lá. O babaçu levou direito tudo, não sei porque tantos índios lá aceitaram uma coisa dessa, uma desgraça dessa...

HIBES MENINO

Um pé de manga é um pai de família

Agora há pouco, lá na minha reserva, um posseiro enganou um caboclo índio, enganou porque o índio ele se considera menor até os 94 anos, de acordo com o decreto federal. Então ele não tem condições de fazer negócios legalmente. Porque o índio é menor quando ele quer fazer crítica à Funai. Então não estamos fazendo crítica, estamos fazendo denúncias e pedimos que o pessoal vá fazer averiguação de perto, já que o índio é de menor e não podemos fazer crítica, então estamos denunciando, porque um dos posseiros, Amaro Batista, enganou um índio, comprou um pedacinho de terra por Cr\$ 100.000,00. Já demarcou tanta terra, que não cabe mais. É a coisa mais constrangedora, que revoltou todo mundo da região, foi que existia pé de jaca, pé de mangueira, fruteiras de estimação que vinham sendo preservadas há mais de 100 anos; dentro de uma semana ele colocou os jagunços com os lavradores lá dentro, e, para você ter uma idéia, derrubou tanta fruteira, elas em plena época de desfrutar, mas derrubou tanta jaqueira, mangueira, coqueiro, cafezal, laranja, tudo, mas derrubou tudo e ali ele vendeu. Quando a gente procurou ele pra indagar, ele disse: "A terra é minha, eu não quero fruteira, quando eu quero fruta eu compro. Isso aqui é pra plantar cana". Quer dizer, isso pra mim doeu, doeu pra tudo mundo antigo, porque um pé de jaca para uma aldeia é um pai de família.

Um pé de laranja, um pé de manga é um pai de família que dá o sustento dos nossos filhos.

Outro negócio que eu venho combatendo constantemente lá. Pela gente não ter um policiamento que defenda os nossos direitos, os nossos rios são constantemente bombardeados, vem gente da cidade, amigo de prefeito, amigo de político e tal e solta bomba nos nossos rios. Isso é uma coisa... isso é um crime, não só contra a aldeia mas contra a própria natureza. E isso, as autoridades não verem! É bom que se veja isso. Não verem. Se a gente for denunciar dizem: "Ah! mas porque você não veio na hora?" E a gente mostra, foi fulano. Eles simplesmente se omitem a apurar os fatos. Pra gente o que interessa é a preservação da mata, da natureza, das coisas que existem, porque é a nossa sobrevivência. Ninguém precisa de nada para vender, mas sim pra que nossos irmãos utilizem aquilo ali como a gente utiliza.

Vamos acabar chupando só cana?

Uma tristeza que eu tenho quando eu chego na aldeia, é ver que no meu tempo de garoto, aos 12 anos, existia mata que a gente passava de dia por dentro da mata e parecia que era de noite, onde homens e mulheres não tinham coragem de passar, porque existia onças, existia gato do mato, existia bicho. E hoje eu vejo isso com uma tristeza imensa que você chega e só vê o escampado. As madeiras foram exploradas pelos madeireiros e a terra infértil, improdutiva, e a corrosão acabando a cada dia mais com aquelas terras, serve simplesmente para o plantio da cana de açúcar e que pra gente não vai trazer benefício nenhum, porque o índio, ou seja, o pobre, o caboclo, ele não vai comer cana de manhã, ele não vai se alimentar de manhã de um pedaço de cana, ao meio-dia ele não vai chupar uma cana, de noite ele não vai chupar outra cana; ao contrário, ele precisa de aquelas matas onde ele possa ter subsistência, da caça, do inhame, do cará, que dá muito no mato sem precisar ser plantado. E hoje eu vejo com muita raridade... as variedades de pássaros que a gente tinha, hoje não tem mais. É uma luta que a gente... eu mesmo cumpro constantemente isso... o governo poderia ficar também não só pela demarcação de terra, mas para a preservação disso aí. O índio não quer a terra simplesmente para status, mas, como eu já falei, para que isso possa ser preservado, para que a gente possa ter a alegria de dizer para nossos filhos: "aquilo ali é um bicho, é uma onça pintada criada na própria reserva indígena..."



14 — O PLENARIO OUVI AS PROPOSTAS DA CHAPA CANDIDATA A ELEIÇÃO



15 — ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA DA UNI

A União das Nações Indígenas

I — Reunião e discussões anteriores à votação da atual diretoria da U.N.I. pelas lideranças indígenas presentes ao “Encontro” de 4-81 em São Paulo (Reunião fechada aos não-índios).

DOMINGOS VERÍSSIMO TERENA

“É uma sociedade humana o que estamos fazendo, cada um tem sua idéia, é mais difícil de atingir. Que não é uma mercadoria que deixa lá, fica lá. Cada um de nós tem sua idéia e opinião. Então é mais difícil de você conseguir essa união. Para atingir nós temos que explicar, nós temos que conscientizar todo mundo. Então parece que essa união, a UNI não está funcionando por motivos dessa mobilização de todo mundo. Mas vamos tratar assessorar os índios e as suas comunidades e as suas nações ao reconhecimento de seu direito. Qual é o direito do índio? Está aqui no próprio Estatuto. Está tudo aqui. Pode reclamar. Pode exigir demarcação da terra. Pode exigir a escola, pode exigir saúde.”

MARIANO MARCOS TERENA

“Nós estamos vendo o que é dividir cabeça. Tão sentindo como é que é dividir cabeça? Então é isso que a Funai procura fazer entre os índios, como fez com os Xavantes, com Aniceto, com Cipriano, dividir, aí cada um fala uma coisa, outro fala outra coisa. Então quando um começa a puxar pra lá, outro puxa pra cá, outro puxa pra cá, aí fica fraco, tá vendo como é a divisão, o que está fazendo? (...)”

Mas nós estamos aqui procurando entendimento, para a gente ficar forte. Para a gente ter força pra lutar contra a Funai, porque a Funai é forte. Ela tem técnico, tem economista, tem advogado, tem antropólogo. Então a gente está fraco ainda. Então nem começamos ainda. Ainda nem começamos a lutar e já estamos começando a brigar. E é nos mesmos, sabe? Então vamos procurar agora, vamos reunir, unir”. (...)”

“A cada reunião que passa é a mesma palavra, o mesmo problema e nunca está resolvido nada, então parece que vocês estão querendo uma nova idéia, um novo pensamento pra gente resolver de uma vez. Então, como é que nós vamos fazer? Os brancos estão tudo aí fora vendo a gente. Talvez eles estão lá rindo da gente. Olha lá os índios “bobos” estão brigando entre eles mesmos, sabe?”

(...) “Agora vamos falar em decisão. Primeira coisa o nome União de Nações Indígenas — Federação Nacional de Índios — Confederação Nacional de Índios. Vai ser que nem eles. Porque eles têm Comissão Pró-Índio, Associação Nacional de Apoio ao Índio, CTI, bastante. Mesma coisa, não resolve nada. Então nós temos que fazer um só. Uma cabeça só, pra gente lutar junto”.

— “Mas o pessoal já está preocupado. O Conselho de Segurança já está preocupado. A Funai já está preocupada. Falando, os índios já estão ficando sabidos, os índios estão se unindo. A Funai não quer isso. Ninguém quer isso, porque nós somos fortes, nós somos donos da terra. Nós temos direitos. Nós temos que fazer a Funai andar direitinho. Se o presidente não presta, tira. Quando a gente tiver organização forte a gente vai chegar no Presidente da República e falar ‘não queremos aquele na presidência da Funai, então sai’. O índio pode decidir. Mas para que isso aconteça, a gente tem que começar a juntar sabedoria”.

— “Então não interessa o nome. Não interessa se é de Mato Grosso do Sul, se é do Nordeste, do Pará, o que interessa é que seja um. Porque o branco não fala assim: o Terena, o Xavante, ele fala o índio, porque eles falam em geral. Então tem que ser um povo só. O índio. Para a gente brigar junto.

A gente quer mostrar para o povo branco que está junto e está com o mesmo pensamento.”

“Então nós temos que olhar para frente. Porque já passou o tempo em que o índio guerreava com outra tribo. Mas isso não existe. Hoje nós temos que lutar por nossos direitos, buscar que a criança tenha escola, buscar que os velhos tenham saúde, buscar casa, aldeia, roça pra gente. Porque se a gente não trabalhar, o branco vai tomar e o índio vai acabar.”

"Como foi organizada a UNI? Foi criada em Campo Grande, no dia 19 de abril do ano passado, justamente no Dia do Índio. Por que que nasceu a UNI? A UNI nasceu, como ele disse, justamente como consequência da opressão dos povos indígenas, que vinham sofrendo não só deste tempo, mas durante quatro séculos. Quatro séculos. E agora, até o momento, não tem uma organização como a UNI. Creio que a UNI é tão forte que preocupa o SNI. Entre dezembro e janeiro passaram nas aldeias de vocês o Projeto Rondon. Para que que foi o Projeto Rondon lá? Eles foram cobiadas da Funai. Foram pedir informações de vocês mesmos e depois levá-las em plenário aí desses grandes donos que querem ultimamente mexer aí com o Estatuto do Índio. E por isso nós vemos que a UNI nunca foi fraca. Ultrapassando os limites. (...) eu acho impossível fazer uma confederação federativa, pelo seguinte: porque nós temos vários inimigos. Nós índios não sabemos trabalhar com lei. Nunca fizemos uma lei como as pessoas brancas e nunca vamos fazer. Qual é a questão agora? Questão que eu digo é assim: não adianta fazer um golpe assim de nós mesmos, para tudo recomeçar de novo para nunca mais fazer como um fogo assim. Acho bom a gente prosseguir somente como UNI. Tem que ser assim."

II — Apresentação dos candidatos à diretoria da União das Nações Indígenas — S. Paulo, 28-04-81

MARIO JURUNA — Xavante

"Então nós indicamos quatro candidatos à diretoria da UNI pra poder procurar, pra fazer constar com todo índio de comunidade de brasileiro. Então nós quer recorrer todo o Brasil pra poder ver o nosso problema da comunidade indígena. Então nós apoiamos e todos nós indicamos, toda tribo que estava assistindo nosso debate. Então perguntei todo mundo: será que o pessoal tem confiança de mim? Então pessoal que me respondeu, todo mundo: nós tem confiança em você. Bem, então se vocês têm confiança de mim, então nós vamos indicar o Marcos como presidente da Federação Indígena Nacional. Então todo mundo apoiou. En-

tão é hoje que a gente quer assumir responsabilidade com FIN. Aí que esse documento tem que ser aprovado, tem que ser mandado, e todo mundo nós vamos discutir sobre a associação de apoio ao índio, pessoal está aí para apoiar o índio, o CIMI está aí também para apoiar o índio. Há muita gente, há senador, deputado, vereador e todo esse pessoal que quer apoiar essa FIN. Está na hora de nós aproveitar o nosso debate e nós não deve esperar ninguém, esse documento tem que ser aprovado e encaminhado ao Presidente da República, pra poder ajudar a comunidade indígena. E nós não deve esperar que Estado vai resolver, que Funai vai resolver. Então estes quatro candidatos têm que assumir hoje com responsabilidade e têm que começar a batalhar o problema do índio (...)."

ALVARO SAMPAIO TUKANO

"Não é a primeira vez que estou seguindo este problema aqui, já desde 1979, mas em relação aos outros que já lutaram mais do que eu, sou muito novo ainda aí. Eu acho interessante fazer esta escolha porque nunca houve na nossa história semelhante reunião como esta."

MARIANO MARCOS TERENA

"Meu nome é Marcos, assim para as pessoas brancas, mas o meu nome é Mariano, mas todos vocês já me chamam de Marcos, então eu sou Terena, do sul de Mato Grosso e moro lá na Casa do Ceará, em Brasília. Mas, desde 1977 estou conhecendo índios de várias tribos e a Funai, e estou estudando. Ainda não me formei. O ano que vem, em 1982, eu vou me formar. Então eu estou concorrendo e vamos ver o que é possível para a gente fazer. Eu não vou fazer tudo, mas vou fazer força para fazer alguma coisa. Obrigado."

LINO MIRANHA

"Me chamo Lino Pereira Cordeiro, mas na minha língua de Miranha, chamam-me Oiumé. Sou da nação dos Miranha que fica situada no lago de Uarini, município de Tefé, Estado de Amazonas.

“Eu só queria fazer uma ressalva, é importante que a gente temos três candidatos, não existe oposição, os três candidatos são apresentados pelas próprias lideranças indígenas e daqui não sairá nem o vencedor nem o vencido, daqui sairá mais um representante legítimo das nações indígenas do Brasil, (...) mesmo após a eleição, nenhum candidato ficará triste porque irá se engajar na nossa luta, ganhando ou não.”

PAULO PATAXÓ

“O mais votado será o presidente; o segundo, o vice-presidente e o terceiro será o secretário.”

III. Votação a portas fechadas



16 — RESULTADOS DA ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA DA UNI

IV. Depois da votação:

DOMINGOS VERÍSSIMO TERENA

Mas a gente, graças a Deus conseguiu superar, que o mais importante agora, nessa etapa da organização, que vai partir para a segunda etapa que é a mobilização, que é mais difícil, já conseguimos o fruto dessa. Já conseguimos, os senhores estão vendo aí, então essa nova diretoria, aliás o nosso estatuto provisório reza também que em abril de 81 seria a eleição de nova diretoria. Taí o resultado,

foi tudo cumprido, está tudo dentro de um programa que foi planejado. Foi eleita a nova diretoria aí. Graças a vocês também, que compreenderam, entenderam a nossa posição. Não é querer ser presidente pra toda a vida, isso é coisa que não existe. Nós... vocês viram o resultado dessa luta que nós estamos aqui ô! Três moços jovens, é o futuro da comunidade do povo indígena. Conscientizou da responsabilidade que assumiu. Não é fácil não. Quando forem atingir a etapa... atingir o objetivo deles, eles mesmos vão sentir, vão cansar, vão esgotar, que a luta não é fácil. É mais difícil do que qualquer organização da sociedade nacional. A nossa luta é desigual, porque a nossa cultura é diferente da de vocês. Um tá lá, outro está aqui, outro está lá em cima. Então todas essas pressões por parte das sociedades indígenas, essa diferença de cultura, de educação, de orientação, porque cada tribo tem a sua cultura, tradição e costume. Então torna mais difícil ainda equiparar o caso do Terena e o caso do Miranha e de outras tribos que estão mais acima.

APRESENTAÇÃO PÚBLICA

28/04/81



17 — A NOVA DIRETORIA

HIBES MENINO

Eleição UNI

“Estamos hoje, aqui em S. Paulo, participando do I Encontro Indígena do Brasil, no qual estão presentes representantes de todas as tribos do Brasil. A nossa reunião foi precisamente para que



18 — MARIANO MARCOS TERENA, O PRESIDENTE ELEITO

a gente pudesse conhecer as nações indígenas de todo o Brasil e juntos ouvir o sofrimento de cada irmão índio, e dentro da nossa capacidade de luta, formar uma estratégia de ação para defender os interesses da comunidade indígena do Brasil.

Então nós nos reunimos e surgiu uma proposta: vamos criar a UNI? Vamos. São os líderes indígenas de todo o Brasil que estão solicitando isso. Por isso foi eleita, agora de tarde, a diretoria que representará os indígenas em todo o território nacional e possivelmente no exterior, e aonde mais se fizer direito, demonstrando que não somos mais aqueles que são empurrados. Demonstramos hoje, em união fraternal entre as nações, que o índio sabe falar, ele sabe resolver seus problemas. E ninguém veio aqui contra A, nem contra B, viemos aqui a favor dos nossos interesses e hoje com alegria e participação exclusiva dos índios, estamos com nossa União das Nações Indígenas criada.

Foram eleitos para a diretoria três rapazes que achamos que têm competência, como qualquer branco que se ache intelectual, para resolver os problemas do índio. Para presidir a nossa entidade foi escolhido o nosso amigo, que é índio e estu-

dante de administração em Brasília e nós achamos que ele é uma pessoa altamente competente. Por isso, agradecendo a todos os senhores que nos apoiaram, a todos vocês que deram força para que nós chegássemos aqui, quero apresentar aos senhores o nosso presidente nacional, o nosso irmão Marcos Terena”.

MARCOS TERENA

Eleição UNI

“O que eu poderia falar nesta noite? O que eu poderia contar para vocês, brancos e índios? Todos vocês estão aqui para ver alguma coisa nova, alguma coisa que seja útil para seu dia a dia, para sua vida. Vocês, pode ser que estejam aqui para ver o índio como pessoa diferente, para assistir uma dança, ouvir uma música indígena. Muitos de vocês estão aqui, quem sabe, porque estão com dó do índio ou talvez alguns estejam aqui para registrar alguma coisa que lhes vai ser útil, para seu dia a dia, ou até mesmo para a entidade que vocês

estão defendendo. Quando digo entidade que vocês estão defendendo, eu estou me referindo a toda e qualquer entidade que exista no Brasil, porque acho que o princípio da humanidade é que o indivíduo deve trabalhar para si e para sua coletividade. A sociedade que não trabalha assim, é uma sociedade em fase de destruição. Eu acho que a sociedade branca está buscando algo de novo; quantas mulheres, quantos homens estão aqui, esta noite, buscando uma nova experiência de vida?

Muitas vezes eu penso que o problema do branco é particular do branco, o problema do índio é problema particular do índio, mas enquanto não houver uma troca de pensamentos, uma troca de informações entre o índio e a sociedade envolvente, jamais iremos encontrar o caminho ideal. Hoje, desde cedo, desde cinco horas da manhã os índios já estavam de pé, buscando alguma coisa que satisfizesse sua vontade, as suas necessidades, os seus anseios. Estamos cansados de ouvir falar que estão matando o índio, que estão tomando a terra do índio, que o índio está morrendo culturalmente. Por outro lado, também estamos cansados de ouvir pessoas falarem do ponto de vista teórico sobre os direitos dos povos indígenas, sobre a pessoa do índio, sobre a sociedade indígena, sem jamais atingir aquilo que o índio está buscando: a solução dos seus problemas. Quantos de vocês estão aqui porque estão na "onda", na "onda do índio"? Seria conveniente que cada um buscasse, primeiramente dentro de si, qual tem sido realmente sua participação na luta dos povos indígenas. Porque no início do Brasil, no descobrimento do Brasil, o índio já estava aqui, nos litorais brasileiros, e o índio recebeu de braços abertos aquelas novas pessoas, dando a sua terra para que o branco pudesse crescer, porque ele queria crescer junto. Foi aí então que iniciou o fim do índio, ele não sabia que o povo branco que estava colonizando esse novo continente, era um povo indesejável na sua terra.

Hoje o índio ainda insiste em sobreviver — 200.000 aproximadamente. E hoje o índio pode contar com o apoio do governo federal através da Fundação Nacional do Índio, o órgão tutor do índio brasileiro. Mas o índio continua na mesma situação; ultimamente têm-se ouvido falar muito, pelo menos durante a Semana do Índio foi pregado, propagado, que a Funai está demarcando as terras indígenas. No entanto, ao mesmo tempo que isso está acontecendo, descobriu-se que a Funai estava elaborando às escondidas, um projeto de emancipação para acabar com as lideranças indi-

genas. Se o projeto de emancipação vingar, o índio estará automaticamente arrasado e irá sumir do mapa, será marginalizado, quem sabe mendigo, como muitos dos brasileiros que estão mendigando na rua, estão favelados, como quantos, quem sabe, que no Nordeste estão passando fome. Nós não queríamos que essa outra parte da sociedade brasileira passasse por essas experiências, porque elas são trágicas. Enquanto vocês estão aqui já jantados, quem sabe quantos brasileiros ainda não tiveram a oportunidade de se alimentar hoje. No entanto, o Brasil é grande, o Brasil é rico, por isso nós estamos querendo contar com vocês, cada um com um pouquinho poderá ajudar o índio, que poderá futuramente ajudá-los também. Porque o índio não está economicamente preparado para competir com vocês, mas ele tem suas capacidades. Se ele treina, se ele estuda, ele poderá ser uma grande potência que vai ajudar o Brasil a ser maior ainda.

Hoje de tarde, aqui, as pessoas indígenas decidiram que era conveniente eleger uma comissão, uma diretoria formada por índios, para tratar de assuntos relativos a índios. Uma grande responsabilidade, eles me escolheram, eu sou muito novo e ainda preciso aprender muita coisa. Mas estou certo que nos momentos difíceis, porque esses momentos não de vir, poderei contar com as lideranças indígenas que aqui estão presentes. E essa organização dos índios, a União das Nações Indígenas, pioneira no Brasil, buscará acima de tudo tratar dos problemas dos índios com base na lei existente e cobrar tudo aquilo que está previsto em lei e que a Funai e qualquer outro órgão têm a obrigação de realizar. Não queremos mais ver a Funai comprometida com outra coisa que não a política indigenista, que não assuntos indígenas. Não estamos com isto querendo dizer que o povo indígena é uma facção, mas acima de tudo queremos que a população indígena possa compartilhar futuramente, com o restante da sociedade brasileira do bem-estar, daquilo que se chama o bem-estar da nação. Queremos isso, estamos buscando isso, não é fácil, mas não é impossível que se realize. Queríamos que vocês compartilhassem de alguma forma dessa luta e que pudéssemos estender a mão para vocês no sentido de dizer amizade mútua, respeito mútuo. Gostaria que todos vocês levassem em seus corações esta mensagem de que também estamos preocupados com a situação do Brasil. Não podemos resolver o problema do Brasil porque não nos compete, mas também não podemos compartilhar os erros que têm sido cometidos, principalmente com a sofrida nação indígena. Obrigado."



19 — DOMINGOS VERÍSSIMO, PRIMEIRO PRESIDENTE DA UNI



20 — LUÍS IGNÁCIO DA SILVA (LULA), CONVIDADO PELOS ÍNDIOS DIRIGE-SE AO PLENÁRIO

Eleição UNI

"Eu sou Domingos Veríssimo Marcos, da tribo Terena. Terena sai da presidência, outro Terena assume. Não vamos pensar que o Terena está se promovendo, não. Nunca na vida o índio pensa em desunião. A mentalidade do índio Terena conserva essa mentalidade de união que é o mais importante, é o principal na vida não só do índio, mas dos brasileiros também. Transmito assim nossa alegria em ver a nossa organização para a frente, nas mãos dos jovens, três jovens. Saiu da mão do velho, da experiência, da coragem, está sendo entregue nas mãos dos jovens. Esta é uma posição dos índios muito importante atualmente, na defesa de seu direito."

LULA

"Companheiros, companheiras: hoje tive a satisfação de receber, no sindicato de São Bernardo do Campo, o Cacique Mário Juruna e um representante da tribo Carajá, o Olair. Eu acredito que para mim foi uma grande lição. Uma lição porque eu imaginava encontrar um cacique falando uma língua que eu não conhecia. Sem brincadeira, às vezes chegava a imaginar um homem de arco e flecha na minha frente. Afinal de contas, eu não posso ter culpa disso, e acredito que ninguém do plenário poderia ter culpa disso, porque a formação que nós recebemos sobre o índio nas grandes cidades é uma formação deturpada, recebemos a informação de que o índio é selvagem. As nossas crianças quando entram numa escola, recebem essa informação de que os índios são selvagens e a coisa não pára por aí; quem liga a televisão, assiste um filme de bang-bang americano, com os brancos matando os índios como forma de garantir a sobrevivência da raça supostamente tida como maravilhosa e bondosa, a raça branca. Esse quadro foi desmistificado a partir do momento que Juruna demonstrou que o índio, em primeiro lugar, é o único ser vivo deste país, é o único destes 8 milhões de quilômetros quadrados que teria o direito de reivindicar não um espaço de terra para sobreviver, mas toda a terra, porque estava aqui antes do que nós.

Em segundo lugar, me marcou profundamente a sabedoria com que o Olair e o Juruna trataram do problema do índio, hoje. Sempre existem aqueles que tentam dizer que o problema do índio é

um e o problema do trabalhador é outro, mas é mentira, o problema é um só, é a fome, é a exploração, é a miséria. É tudo igual! É a multinacional comprando ou roubando a terra do índio, é a multinacional roubando o sangue e o suor do trabalhador em São Bernardo do Campo.

Alguns companheiros me questionavam se eu tinha alguma proposta para a questão do índio. Eu sinceramente não quero pintar de herói aqui na frente e dizer que na minha cabeça está o problema do índio, eu dizia aos companheiros que me perguntavam qual solução que eu tinha para o índio, que o máximo que posso fazer para a questão indígena no Brasil é permitir, lutar para que o índio possa falar, possa gritar e mostrar ao mundo, e ao Brasil, à sociedade branca, que ele é gente, que ele precisa viver, precisa de terra para trabalhar e precisa de paz para poder cuidar de sua família.

Eu gostaria de dizer ao Juruna e aos demais caciques que estão aqui, que é necessário que os trabalhadores conheçam mais sobre os índios para se motivarem mais. O que eu poderia me comprometer com vocês, aqui neste encerramento, é que colocarei a minha vida em jogo pela liberdade de vocês, como coloco em jogo minha vida pela liberdade da classe trabalhadora. É isso que eu queria falar para vocês."

HIBES MENINO

"Eu queria deixar bem claro uma coisa, uma luta, com vitória ou sem vitória foi uma luta. Um homem só se realiza quando ele luta pelos seus direitos. Lutar pelos seus direitos não é atrofiar os direitos dos outros, é dar um grito para que se possa ouvir a sua clemência e para que se possa fazer alguma coisa por aquelas classes sofredoras.

Com a eleição da União das Nações Indígenas, nós tivemos aqui em São Paulo, uma coisa muito importante. Os senhores já assistiram ontem, o discurso do nosso presidente, Marcos Terena, no qual ele fala do direito do índio, que está sendo cada dia mais massacrado. E não é só o direito do índio, é o direito de todos aqueles que se acovardaram no canto de uma parede ou por detrás de um móvel, com medo de gritar para não ser humilhado e massacrado. Ouse ser pobre, seja humilde, um coitado, mas nunca seja um covarde porque aí então você será uma pessoa morta.

Representando esse Encontro estiveram lideranças de 17 Estados do Brasil, a totalidade máxima de todas as lideranças brasileiras. E todas essas



21 — ASPECTOS DA PLATEIA DURANTE A APRESENTAÇÃO PÚBLICA

lideranças tiveram algo em comum, quer dizer, não é só um problema de Alagoas, não é só um problema do Rio Grande do Sul, não é só um problema do Amazonas, mas é um problema de todo o Brasil. É lutar pelo direito sagrado que nos pertence, pois o índio é dono verdadeiro da terra, por fato e por direito. Não queremos terra para status, queremos terra para que nossa raça indígena não morra, para que o nosso povo possa crescer e ter força, para que nossos filhos, filhos daqueles que hoje estão lutando pelos seus direitos, possam ter amanhã um lugar onde viver.

Queremos participar como índios, como brasileiros e como pessoas humanas, e que vocês também participem, e que vocês sofredores também sejam ouvidos. Hoje em dia se criou uma coisa diferente: se você defende os seus direitos, você é agitador.

Eu queria deixar aqui uma mensagem de nordestino sofredor. Uma classe que, só por ser nordestino, já sofre a marginalização das autoridades competentes de todo o país. Não é só índio, pode dizer é Nordeste, é nordestino, é "o pau do burro". Então minha gente é preciso que se forme uma consciência nacional para lutar por esse povo. Olhe gente, se vocês conheceram o Nordeste há dez anos atrás, não iriam reconhecê-lo agora. Está descaracterizado. O que existe no Nordeste é a miséria, é a implantação de um programa multimilionário que não atende, de jeito nenhum, às necessidades do povo nordestino, principalmente dos pobres. Olhe, o Brasil depende do que? Depende da agricultura; no entanto, um país como o nosso tem que importar alimentos. Isso não é interesse nosso."

D. TOMÁS BALDUINO

Explica o significado da apresentação pública

"Gente, eu não queria destoar desta palavra que está sendo proferida para nós pelos índios; eu acho que é hora deles tomarem a palavra, mas é pedido deles mesmos, da coordenação. Então, atendendo ao pedido deles, eu queria dizer a vocês que aquilo que foi apresentado aqui, não foi com a intenção de fazer um show para branco, mas um sinal de amizade e um sinal de confiança porque, como foi dito por Marcos Terena, sem a colaboração dos outros aliados não se chega a nada, nem por parte dos índios, nem por parte dos não-índios. Ele, certamente, fez alusão à luta do povo oprimido procurando sua libertação. Aliás, estas apresentações têm um significado muito profundo na hora atual para os diversos grupos indígenas que estão recuperando a sua cultura como forma de fortalecimento do grupo. Não se trata do índio folclórico; essa recuperação, que vemos em vários grupos que a foram perdendo e agora estão retomando-a, é a emergência do índio político. Eu acho que da parte de muitos que não entendem a problemática indigenista, o índio interessa na medida em que é folclórico e rejeitam totalmente esse índio político. Eu digo político, na medida em que busca os meios de se afirmar como povo, com seus direitos à terra, à cultura e à autodeterminação. E hoje, neste local, os índios constituíram a sua primeira diretoria e isso foi uma surpresa para todos nós, para toda a coordenação do seminário. Eles estavam numa reunião privativa, e, dentro desse espaço de liberdade que lhes foi dado, sem nenhuma interferência de não-índios,

tomaram essa decisão, isso é algo sagrado porque é um direito deles.

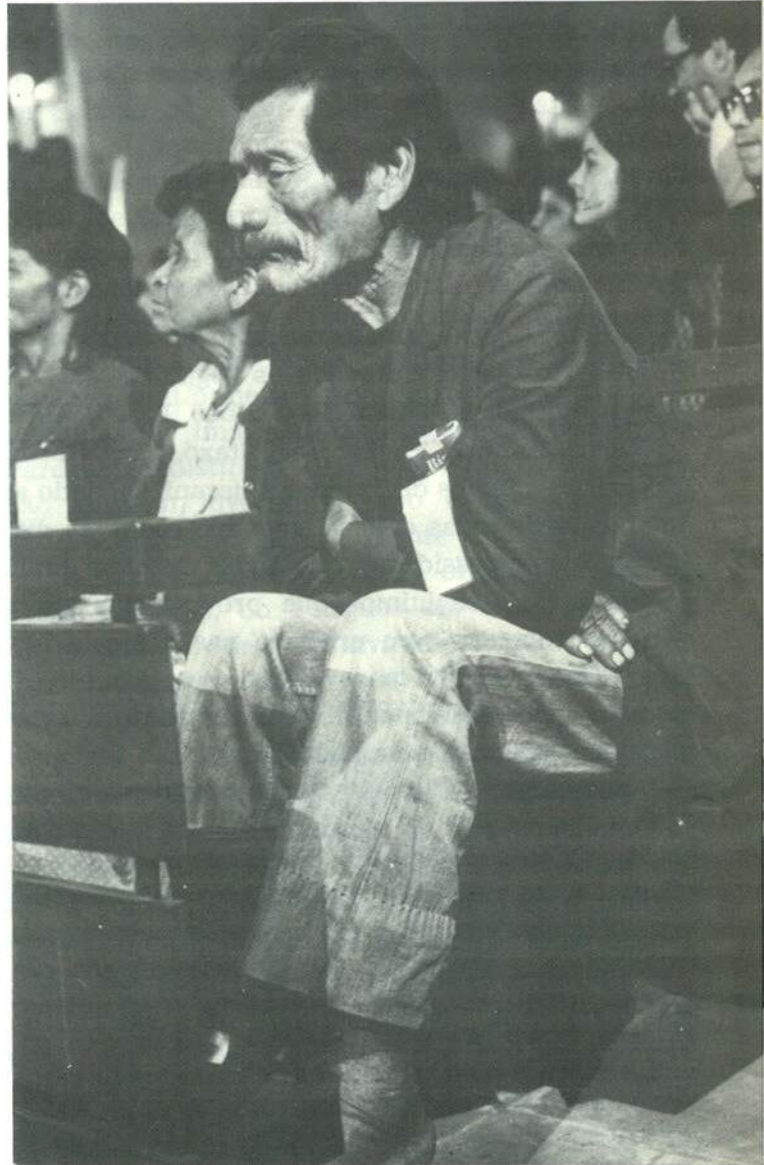
E acho, para terminar, que num seminário como este, não devemos apenas encher nossos olhos e nossos ouvidos de coisas exóticas, mas olhar com seriedade aquilo que se processa aqui como injustiça institucionalizada contra os índios."

Direito à organização e repressão às lideranças

"Há uma repressão montada contra os índios, contra as lideranças que ousaram, ou que ousam, constituir uma espécie de confederação nacional dos índios. A repressão é por parte do governo, via Funai, e nós precisamos nos unir em apoio a esse povo, que além de perder tudo, a cultura, a terra, a vida —, perderam o próprio direito de se unir, o que é fundamental na vida deles. Então eu acho que é hora de entendermos o que eles estão nos propondo e nos unir seriamente e mais engajadamente a esses grupos indígenas."

O índio como problema de segurança nacional

"Devemos nos lembrar que para a Funai, dentro desse modelo desenvolvimentista, os índios foram sempre considerados estorvos, empecilhos ao desenvolvimento, a esse progresso que nós sabemos a quem beneficia. Atualmente há um outro dado, eles estão sendo considerados, imaginem, um risco ou um perigo para a segurança nacional. Eu acho que é o máximo de má-fé, o máximo de má-vontade, que um governo possa definir essa política com relação aos índios. E nós sabemos com que fidalguia, com que educação, com que abertura e sensibilidade eles têm acolhido os brancos e têm-se dirigido a nós brancos. E as soluções que os índios propõem nesse relacionamento são as soluções mais sábias e as mais pacíficas. Esse governo não tem autoridade para enquadrar nossos índios na Segurança Nacional, de forma alguma."



22 — ASPECTO DA PLATEIA DURANTE A APRESENTAÇÃO PÚBLICA. EM DESTAQUE, SR. JOSÉ GRANDE, GUARANI DE SÃO PAULO

Plenária Final

RELATÓRIO CONCLUSIVO ÁREA NORDESTE-LESTE

"Bem, eu vou fazer o relatório da região Nordeste-Oeste que compreende os seguintes grupos: Wassu, Potiguará, Tingui-Botó, Xocó, Kiriri, Xucuru-Kariri, Kaimbé, Pankararé, Pataxó, Xoco-Kariri, Krenak e os índios da Fazenda Guarani. Ouvindo as lideranças de todas essas nações indígenas, as dificuldades e necessidades que todos sentiam eram as mesmas. Concluímos que providências precisavam ser tomadas com urgência nas nossas áreas, nas nossas aldeias, para evitar o extermínio de nossa região. Então eu vou ler os pontos principais que foram determinados:

Solicitação ao Ministro do Interior que mande a Funai demarcar as terras indígenas com urgência, para evitar a ação de grileiros, que no momento expulsam os índios das suas terras, usando a violência para exterminar as lideranças que lutam pelos direitos da classe sofrida e oprimida. Caso não haja uma posição urgente das autoridades competentes em defesa deste povo, este será mais uma classe em extinção, massacrada em nome dos interesses de uma política capitalista desumana, que, não tendo amor pelo próximo, só reconhece o direito da força. É necessário que essa demarcação tenha a participação de todas as lideranças indígenas.

Solicitamos às autoridades competentes na região, garantia de vida para os líderes indígenas que são constantemente ameaçados de repressão pelos posseiros, que têm recursos para andarem armados e contratarem jagunços, que rondam constantemente a aldeia, procurando, através da

pressão moral e até física, calar a luta da comunidade em benefício dos posseiros.

Defendemos, todas essas aldeias defendem, uma assistência médica integral, uma assistência educacional, um programa de apoio através do INAMPS para a alimentação dessas comunidades que são carentes. Que se dê uma assistência realmente correta.

Necessidade de dar liberdade para que líderes do Conselho Tribal possam indicar os funcionários que a Funai emprega para trabalhar na área, tais como chefe de Posto, assistente administrativo, enfermeiros, professores etc. Pois os mesmos, uma vez que são colocados pela Funai, só atendem os interesses da mesma, provocando divisões dentro da tribo, para poderem agir livremente em interesse próprio e em muitos casos sonhando a ajuda que chega a ser distribuída aos índios, procurando descaracterizar e desmoralizar a ordem do cacique, do pajé e do conselho tribal.

Outro ponto é a necessidade de fazer saber que o conselho tribal é a entidade máxima, o mesmo com pajé, cacique e vice-cacique, e que têm direito de impor as regras da aldeia que respeitadas, têm que ser cumpridas para serem respeitados os costumes indígenas. Deve-se evitar a intromissão do chefe de posto, que quer dar ordens e ter mais autoridade que o cacique e o pajé. Assim, as demarcações das terras indígenas, que devem ser feitas com a máxima urgência e devem contar com a participação dos povos indígenas."

Relator: HIBES MENINO DE FREITAS,

Wassu de Alagoas

POTIGUARA - Baía da Traição-PB. População: 3.500 hab.

Representante: José Augusto da Silva

Território de posse imemorial. Documentos de concessão de terras emitidos por D. Pedro II (27-12-1859) com uma extensão total de 57.600 hectares, ou 4 (quatro) léguas em quadra. Esta área tradicionalmente divide-se em duas vilas, Monte-mor e São Miguel, com marcos antigos que a delimitam ao sul pelo rio Mamanguape, ao norte pelo rio Camaratuba, a leste pela costa atlântica, e a oeste por uma linha seca.

Encontra-se atualmente invadida por grupos econômicos poderosos (Lundgren e Pessoa de Mello). O primeiro chegou a apossar-se de toda a área da vila de Monte-mor, enquanto que o segundo obteve, em 1977, uma certidão negativa da Funai que lhe permitiu a instalação de uma destilaria dentro dos limites da reserva, que passou a incentivar o plantio de cana de açúcar por parte dos índios e dos invasores de suas terras. Ao lado destes grupos particulares, também o INCRA desenvolveu uma ação expropriatória sobre os Potiguara, tendo invadido uma área de 3.000 hectares. Atualmente, os Potiguara têm oficialmente demarcada uma extensão de 29.000 hectares que inclui toda a área da vila de São Miguel. No momento, orientam todos os esforços no sentido de obter a retomada integral do seu território, tendo obtido alguns sucessos significativos, como a retomada de 1 légua de matas às margens do Camaratuba (11.80), e de uma plantação de cocos junto à cidade de Baía da Traição. Esta cidade, incluída na reserva, está ameaçada de ser desmembrada pelo prefeito.

A partir de fevereiro de 1981, a implantação de um projeto de desenvolvimento agrícola (Projeto Integrado Potiguara) fez agravar as tensões na área. Este Projeto, que conta com o apoio técnico-institucional do Prodecor (Projeto de Desenvolvimento Comunitário Rural do Estado da Paraíba), veio aumentar as divisões entre os Potiguara, ao tempo que funciona como mecanismo enfraquecedor da luta pela retomada das terras. Tem se implantado sem a participação dos índios, e sem estar referido às suas expectativas e necessidades, com a presença de grandes tratores ao custo de Cr\$ 1.600,00/he e a destinação de 2 hectares por família, criando uma situação em que se sentem mais como "moradores", assalariados pela Funai e usinas, e não como índios aldeados.

As reivindicações básicas dos Potiguara são hoje, a completa retomada das suas terras e o controle do Projeto Integrado Potiguara, de modo a adequá-lo às suas reais necessidades.

WASSU - Aldeia de Cocal, município de Joaquim Gomes-AL. População: 1.200 hab.

Representante: Hibes Menino de Freitas, vice-cacique.

Território de posse imemorial, com documentos de doação emitidos por D. Pedro II após a Guerra do Paraguai, e entregues à guarda dos chefes Salazar de Souza e João Tomás Marques Flores que, juntamente com outros Wassu, participaram daquela guerra. Este documento caiu no poder de uma família de usineiros, Goes de Barros, que tem decididamente se negado a devolvê-lo e a reconhecer a sua existência. Há também um documento datado de 1904 e que se presume estar no cartório de Passo do Camaragibe, ocorrendo também aqui o mesmo tipo de recusa. Outros testemunhos — uma espada utilizada na Guerra do Paraguai e distintivos de infantaria existentes — são também invocados como confirmadores da doação de terras anteriormente referida.

A área considerada como original (cerca de 57.000 hectares, ou 4 léguas em quadra) sofreu um violento processo de invasão por parte de grandes plantadores de cana, estando hoje reduzidas as posses dos Wassu a 300 hectares de terrenos pedregosos e largamente devastados, privando-os de madeira e cipó, necessários às suas atividades tradicionais.

Nos últimos meses, a iniciativa dos Wassu, de realizar a limpeza de seu cemitério em Torre do Camaragibe-Wassu, deparou-se com violenta reação dos grileiros que a impediram e ameaçaram uma invasão armada à Aldeia de Cocal. Diante desta ameaça, decidiram-se pela derrubada da ponte que dá acesso à Aldeia, o que impediu a iminente ocorrência de invasão. Tal ação repressiva foi incentivada pelos proprietários e políticos locais, destacando-se Amaro Galdino, Amaro Batista e o próprio prefeito do município de Joaquim Gomes, Gendivaldo Cícero dos Santos, os quais contaram com o apoio da polícia local.

Mais recentemente, a presença do Pró-Alcool na área tem agravado a situação face ao avanço do plantio de cana, que ameaça o que resta do seu território e os submete a uma relação de dependência, marcada pela exploração. Dada a

inexistência de terras para o desenvolvimento de seus cultivos de subsistência, enfrentam uma situação em que são, inevitavelmente, levados a trabalhar como assalariados nos canaviais, remunerados à base de Cr\$ 240,00 por tonelada de cana colhida, ou Cr\$ 120,00 por dia.

Têm no momento, os Wassu, problemas de saúde ligados à grande ocorrência de escorbuto, devido à desnutrição que atinge sobretudo as crianças, conforme constatou recentemente a Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Há também limitações impostas à prática do Toré, que os obrigam a realizá-lo às escondidas nas capoeiras, e toda uma carga de preconceitos que os define como bêbedos e preguiçosos junto à população regional.

As maiores reivindicações dos Wassu são: a metade da terra a que têm direito; o seu reconhecimento pela Funai e pela sociedade brasileira como um povo indígena com direito à assistência prevista em lei e à autodeterminação; apoio médico e educacional atualmente inexistentes, e efetivas medidas com vistas à preservação do seu meio-ambiente.

XUKURU-KARIRI - Palmeira dos Índios-AL. População: 900 hab.

Representantes:

Manuel Celestino, Presidente do Conselho Estadual dos Índios de Alagoas

Milton Celestino, representando Miguel Celestino, pajé.

O território demarcado Xukuru-Kariri restringe-se à Mata de Cafurna, reserva destinada apenas à realização dos rituais (segredos) indígenas, com 389 tarefas, e a denominada Fazenda Canto com 750 tarefas (aproximadamente 117 hectares), área insuficiente para as suas necessidades. Os Xukuru-Kariri estão a exigir a demarcação de uma légua em quadra, a que têm direito, atualmente invadida por posseiros.

A insuficiência da área já demarcada tem implicado no assentamento de várias famílias indígenas fora dos seus limites, as quais se vêem obrigadas ao pagamento de impostos sobre estas terras.

Um projeto instalado pela Funai, a partir de abril de 1981, no valor de Cr\$ 2.100.000,00, tem diversos campos de aplicação, incluindo, entre outros, reforma de prédios escolares, construção de casa de farinha, abertura de poços; aquisição de instrumentos agrícolas e construção de um reser-

vatório para água. Este projeto é gerido exclusivamente pela Funai, o que tem provocado desagrado e desconfiança por parte dos índios.

Desde 1967, os Xukuru-Kariri têm fornecimento gratuito de energia elétrica que lhes foi concedido num acordo, a título de indenização por terem as linhas de transmissão cortado o seu território, ocupando o espaço de algumas roças. Recentemente, ocorreu interrupção neste fornecimento sob justificativa de falta de pagamento.

Além da retomada definitiva das terras a que têm direito, reivindicam a sua participação na gerência dos projetos desenvolvidos pela Funai, colocando presentemente como necessidade básica, o apoio às atividades agrícolas. Ao lado disso, exigem o cumprimento do acordo firmado para fornecimento de água e luz.

TINGUI-BOTÓ - Olho D'Água do Meio, Feira Grande-AL. População: 800 habitantes.

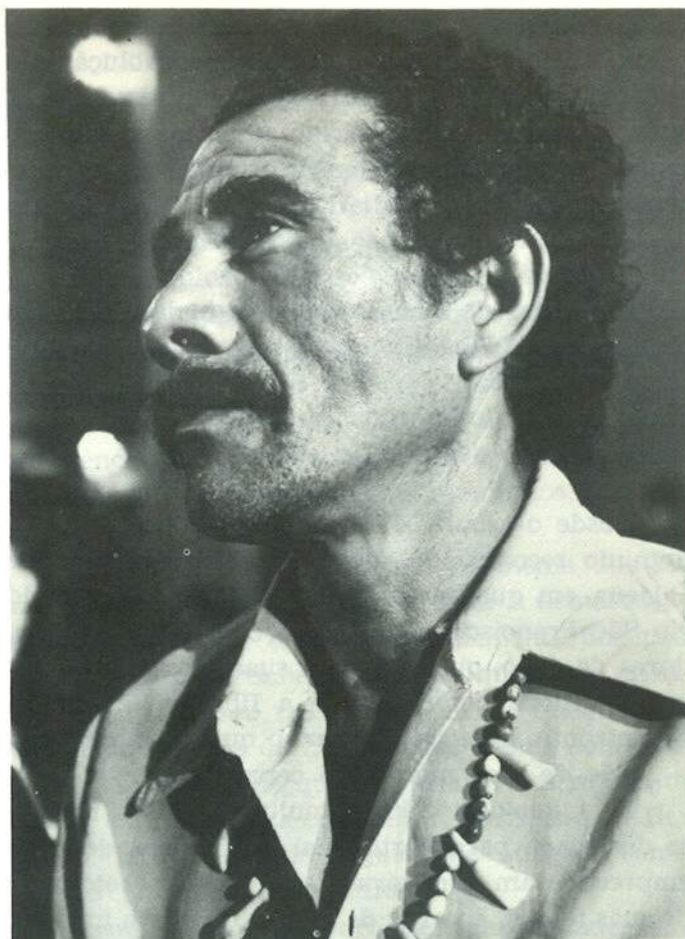
Representante: Adalberto da Silva, cacique.

Os Tingui-Botó deslocaram-se há cerca de 70 ou 80 anos da área do atual Posto Indígena Real do Colégio, fixando-se desde então no local onde hoje se encontram. A área aí originalmente ocupada, foi sendo progressivamente invadida até a perda total do seu território agrícola, conservando hoje apenas 2 hectares que correspondem ao espaço reservado à prática do seu principal ritual, o Ouricuri. Para sobreviver, vêm-se obrigados à utilização de uma parcela desta limitada área para agricultura. As outras alternativas de sobrevivência reduzem-se ao trabalho assalariado, no corte de cana à base de Cr\$ 100,00 por dia, nas fazendas que circundam seus 2 hectares, deslocando-se outros para usinas mais distantes. O cultivo de roças nas fazendas vizinhas, indispensável ao provimento de sua subsistência, só lhes é permitido mediante devolução das terras ao prazo de um ano, com pasto para o gado. Tal condição limita-os a cultivos de rápida maturação (feijão e algodão). Este ano, a situação se agravou com a perda quase total de toda a lavoura, provocando a saída de grande número de pessoas.

As mulheres Tingui-Botó trabalham com artesanato, utilizando o ouricuri, e atualmente são obrigadas a comprar nas fazendas vizinhas este produto, bem como a lenha para cozinha. Comprando a dúzia de palha a Cr\$ 70,00, produzem com esta quantidade cerca de 3 chapéus por semana, que são vendidos a Cr\$ 40,00 a unidade.

Desde 1962 existe na Funai um processo relativo à comprovação da existência dos Tingui-Botó, seguido de um relatório completo, em 1979, feito pelo antropólogo Célio Horst, da Funai, e mais recentemente de uma carta-relatório do professor Clóvis Antunes, da Comissão Pró-Índio e Universidade Federal de Alagoas. Até o momento, não se tem conhecimento de qualquer encaminhamento por parte daquele órgão. Por outro lado, na medida em que buscam o apoio da Funai, sofrem, por parte desta, restrições à sua liberdade e capacidade de decisão, como, por exemplo, tentativas de impedir a sua participação em assembleias indígenas.

A reivindicação básica dos Tingui-Botó é o direito à porção de terra originalmente ocupada quando do seu assentamento no local, pois só assim poderão manter a sua unidade, preservando as práticas culturais e mantendo, fortalecida, a sua identidade étnica. O não atendimento desta reivindicação básica em curto espaço de tempo, poderá implicar em prejuízos ainda mais sérios, na medida em que presentemente, a exigüidade territorial é ameaçada por tentativas de fazendeiros vizinhos de destruir a faixa de matas que delimita e preserva o território Tingui. Esta reivindicação combina-se com a exigência do seu reconhecimento pelo órgão tutelar como povo indígena, com pleno acesso a todas as garantias disto decorrentes.



23 — ADALBERTO FERREIRA DA SILVA, TINGUI-BOTÓ DE ALAGOAS

KARIRI-XOKÓ - Porto Real do Colégio-AL. População: 700 hab.

Representantes:

Antonio Celestino, cacique

Francisco Queiroz, pajé.

O território historicamente ocupado pelos Kariri-Xokó correspondia a uma área de 2 léguas em quadra, da qual hoje, apenas 860 hectares lhes são reconhecidos. Desta porção, viram-se durante muito tempo reduzidos à ocupação de apenas 250 hectares correspondentes à denominada "Sementeira", estando o restante sob o controle de invasores, o maior dos quais, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), ocupava 480 hectares. Mais recentemente, um movimento de exclusiva iniciativa dos Kariri-Xokó permitiu a retomada daqueles 480 hectares, dos quais, entretanto, apenas 200 hectares foram garantidos pela Funai, que restituiu ao controle da Codevasf a área restante. Nos limites da área

retomada foi implantado um programa agrícola, ocupando 40 famílias indígenas voltadas para o plantio de arroz, cultivo básico atualmente. A aplicação deste programa é limitada pela não incorporação do total da área retomada, o que continua gerando insatisfação.

Contando com um cacique e um pajé, além de um conselho tribal de 10 membros, têm os Kariri-Xokó enfrentado nos últimos tempos, certas pressões e interferências por parte de estranhos e da própria Funai, no sentido de dificultar a ação de suas lideranças, buscando com isso, criar divisões entre os índios, em proveito próprio. Deste modo, a autoridade mais reconhecida dos últimos tempos vem sendo a de um vereador, nascido no local, que disto tem se utilizado para beneficiar parentes. Ao lado disso, ocorre ainda o fato de que toda iniciativa de produção econômica por parte dos índios, sofre limitações e controle da Funai, que, ao contrário, permite a livre ação dos invasores, sempre prejudicial aos primeiros.

As duas reivindicações atualmente defendidas pelos Kariri-Xokó são a completa devolução do território a que têm direito, e o reconhecimento das suas lideranças, com o devido respeito às suas tradições e capacidade de gerir seus próprios interesses.

XOKÓ - Ilha de São Pedro, Porto da Folha-SE.
População: 170 habitantes.

Representantes:

Paulo Acácio dos Santos, conselheiro

José Apolônio dos Santos, conselheiro.

Desde o século XVII os Xokó conseguiram o domínio reconhecido sobre terras na extensão de 1 légua em quadra (a "Caiçara"), às margens do rio São Francisco. Constantes conflitos com criadores de gado, que invadiam suas terras, levaram-nos a utilizar como refúgio a Ilha de São Pedro — defronte à légua de terra que lhes pertence —, sede de uma missão de capuchinhos.

No início deste século, muitos Xokós já tinham se deslocado para Porto Real do Colégio, de onde empreenderam sucessivas tentativas de retomada de suas terras. A partir da década de trinta inicia-se a forte influência da família Brito que disputa aos índios a posse da "Caiçara", comprando-a finalmente à Prefeitura de Porto da Folha em 1963. Não satisfeitos com isso, empreendem, nos anos setenta, um avanço sobre as terras não incluídas na compra anteriormente feita, área de refúgio das famílias indígenas que ainda aí permaneciam, obrigando-as desde então, a trabalhar como assalariados ou meeiros.

Em 1978, cansados de todas as perseguições movidas pelos Brito, decidem não apoiar eleitoralmente candidatos destes, dando início a um intenso trabalho de mobilização pelo completo reconhecimento de seus direitos às terras. Neste sentido, decidem-se a tomar posse da Ilha de São Pedro, então desocupada, cercando-a, de 13 a 15 de setembro daquele ano. A reação dos Brito faz-se sob a forma de uma queixa judicial de invasão de terras, acompanhada de ação policial. Após viverem um período de fortes pressões, deslocam-se os Xokó, em setembro de 1979, para a Ilha de São Pedro, como única forma de se manterem em segurança e garantir a posse da Ilha.

Diante dessa situação, a Funai propõe ficar a Ilha sob a posse dos índios, enquanto a "Caiçara" permaneceria sob controle dos Brito. Rejeitada esta proposta, intervém o governo do Estado de

Sergipe "desapropriando" a Ilha de São Pedro, pela qual receberam os Brito a quantia de Cr\$ 2.400.000,00 referente a 600 tarefas de terras, quando na realidade a Ilha tem apenas 319 tarefas.

Estabilizada a permanência dos índios na Ilha, enfrentam contudo, ainda hoje, restrições por parte dos Brito que os impedem de sair da Ilha através da "Caiçara", e de se locomoverem nesta, colocando pistoleiros ao longo das estradas.

Prosseguindo na luta pela reconquista plena dos seus direitos, os Xokó exigem hoje a superação de todas as ameaças e a completa retirada dos Brito da área da "Caiçara".

PANKARARÉ - Brejo do Burgo, Nova Glória-BA.
População: 1.200 habitantes.

Representantes:

Manoel Pereira Xavier, cacique

Menezes Celestino de Barros, conselheiro.

Procedentes da extinta missão de Curral dos Bois (Santo Antonio da Glória), às margens do São Francisco, fixaram-se os Pankararé, desde o século XVIII, na área de Brejo do Burgo, onde descobriram uma fonte perene, a "Fonte Grande". O território que estão ocuparam tinha aproximadamente 2 léguas no sentido de "nascente" a "poente" e estendia-se, no sentido norte-sul, desde as proximidades do Brejo até os limites de Raso da Catarina.

Ao longo do tempo, esta área passou a ser ocupada por não-índios, ocorrendo hoje uma grande penetração das áreas de ocupação, indígena e não-indígena. Tal quadro tem estimulado uma situação permanente de tensão, com grande prejuízo para os índios, agravada por constantes interferências de políticos com interesses na localidade, os quais procuram negar a identidade dos Pankararé, incentivando as disputas. Até o presente, a participação da Funai tem sido de completa omissão, limitando-se à apresentação de propostas em desacordo com os interesses dos índios.

Nos últimos dois anos, foi implantada, pela Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), a Reserva Ecológica do Raso da Catarina que restringiu quase que totalmente o território de caça dos Pankararé, prejudicando sobretudo, o núcleo do "Chico", que tem nesta a sua atividade mais importante.

Já no corrente ano, o Instituto de Terras da Bahia (Interba) propõe como solução a titulação das terras ocupadas, no que é apoiado pela

Funai que também promete a instalação de um Posto Indígena. A proposta de titulação foi firmemente recusada pelas lideranças indígenas, embora bem recebida por muitos não-índios. Diante desta atitude e do propósito dos Pankararé de lutar pela criação de uma reserva indígena, um funcionário da Funai teria afirmado "você têm direito a esta reserva mas vai demorar muito", insistindo na vantagem de aceitação dos títulos individuais.

A criação de uma reserva indígena compreendendo todo o território sem ocupação permanente entre o povoado de "Salgadinho", ao norte, e os limites da Reserva Ecológica, ao sul, e os antigos marcos indígenas do "nascente" e do "poente"; a implantação imediata de um Posto Indígena que venha a garantir a segurança dos índios, bem como assistência médico-sanitária, educacional e agrícola da qual se encontram hoje extremamente carentes, são as reivindicações fundamentais do povo Pankararé.

KAIMBÉ - Massacará, Euclides da Cunha-BA. População: 950 habitantes.

Representante: Silvino Pereira de Santana, conselheiro.

Aldeados na missão de Massacará desde o século XVII, os Kaimbé têm direito a uma área de 12.320 hectares (uma légua em quadra), correspondente ao território original daquela missão e que se encontra hoje em grande parte ocupado por invasores, dispersando-se os índios pelas faixas menos férteis do terreno.

Ultimamente os Kaimbé empenham-se bastante na luta pela demarcação e retomada de suas terras, agindo de forma enérgica diante das tentativas de expansão dos invasores, sobretudo dos grandes fazendeiros Severino Francisco dos Santos, Ari Almeida e Oliveira Brito, ao tempo em que aguardam o início dos trabalhos de demarcação ainda no corrente ano, conforme promessa da Funai.

A reivindicação básica dos Kaimbé é que a demarcação se faça acompanhada de um trabalho de esclarecimento junto à população não indígena, de modo a garantir a segurança dos trabalhos e dos próprios índios, e de uma definição clara quanto ao reassentamento dos posseiros. Ao lado disso, reivindicam a presença de funcionários e material que permitam o funcionamento da escola e do posto de saúde.

KIRIRI - Mirandela, Ribeira do Pombal-BA. População: 1.800 habitantes.

Representante: Lázaro Gonzaga de Souza, cacique.

Foram também aldeados numa missão jesuíta no século XVII, com direito a 12.320 hectares de território, amplamente invadido ao longo dos últimos dois séculos, e que se encontra atualmente em demarcação, após intensa campanha neste sentido realizada pelas lideranças Kiriri, desde inícios da década de setenta. No decorrer desta luta tiveram que enfrentar, além do descaso da Funai, forte resistência por parte dos invasores que chegaram a promover, em determinados momentos, levantes armados.

Presentemente, o principal problema dos Kiriri relaciona-se com o fato de estar a demarcação sendo feita sem o devido esclarecimento aos posseiros, e sem o conhecimento de quaisquer medidas quanto ao seu reassentamento, o que tem incentivado reações de hostilidades destes contra os índios, a última das quais causou a destruição de toda a cerca da roça comunitária indígena da Baixa da Catuaba, sendo seguida de atitudes semelhantes por parte dos índios.

Apesar deste quadro de intranquilidade, têm trabalhado intensamente no sentido de fortalecer a sua unidade, incentivando a prática regular do "Toré" e a implantação de roças comunitárias em todos os núcleos indígenas, acompanhada da abertura de poços artesianos.

A grande reivindicação dos Kiriri é a tomada de medidas urgentes para solucionar o problema dos posseiros, permitindo-lhes, deste modo o completo controle sobre o território. Junto a isto, tentam obter os meios para uma efetiva ocupação deste território, reivindicando principalmente um bom programa de apoio agrícola. Tal necessidade tem aumentado por força de recente período de estiagem.

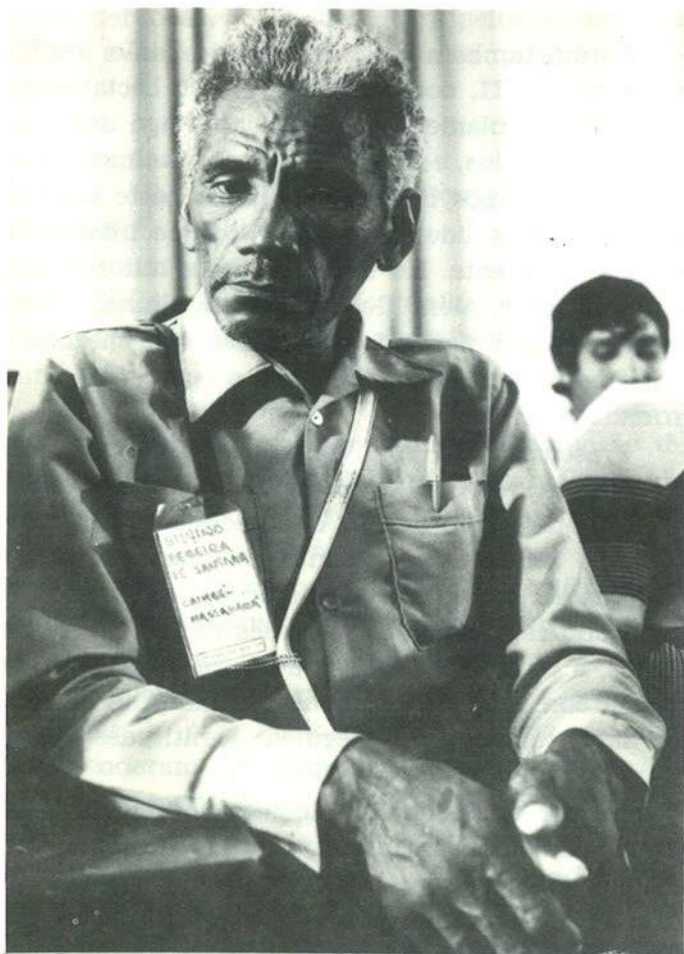
PATAXÓ - Barra Velha, Porto Seguro-BA. População: 1.800 habitantes.

Representantes:

José Farias do Nascimento

Benedito Braz Ferreira

Estabelecidos no sítio de Barra Velha desde meados do século XIX, por iniciativa do governo da Província à época, os Pataxó reconhecem como seu território toda a área compreendida entre a costa e o Monte Pascoal, no sentido leste-oeste, e



24 — SILVINO PEREIRA DE SANTANA, KARIMBÉ DA BAHIA

o curso dos rios Caraiva, ao norte, e Corumbau, ao sul. Exatamente nesta área foi criado em 1962, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), o Parque Nacional do Monte Pascoal. A partir daí, iniciaram-se fortes pressões sobre os índios, impedidos pela guarda do Parque de caçar e estabelecer roças.

A intervenção da Funai no sentido de diminuir as tensões, levou a um longo período de negociações com o IBDF, tendo em vista a definição de uma área para a criação de uma reserva indígena. Durante todo esse período esteve bem clara a disposição do povo Pataxó de exigir toda a área do Parque, já que esta correspondia ao seu território tradicional. O acordo firmado entre a Funai e o IBDF, em julho de 1980, desrespeitou tal disposição, destinando à reserva indígena apenas 8.720 hectares dos 22.500 do Parque, sem qualquer consulta mais ampla à população Pataxó.

Tal medida é agravada pelo fato de o território destinado à reserva corresponder às faixas mais estéreis, brejos e areões em sua maior parte. Por outro lado, a Funai valeu-se do recurso ilegal de indenizar individualmente, mediante dinheiro, os índios estabelecidos fora dos limites definidos para a reserva.

A revolta dos Pataxó diante destes fatos tem aumentado em face das atitudes tomadas pelo chefe do Posto Indígena, Moacir Cordeiro de Melo, e pelo Delegado Regional Carlos Roberto Grossi, que não apenas criaram as condições para a realização da demarcação, como têm pressionado os índios a aceitá-la sem reclamações, mediante ameaças de expulsão da área e intervenção policial.

Ao lado disso, a má gerência do "Projeto de Desenvolvimento Comunitário", com a utilização de verbas cuja aplicação não é conhecida pelos Pataxó, tem estimulado um permanente clima de



25 — LAZARO GONZAGA DE SOUZA, KIRIRI DE MIRANDELA/BAHIA

desconfiança para com os principais administradores.

Reivindicam, acima de tudo, a anulação da área presentemente demarcada, continuando a insistir no seu direito sobre toda a área do Parque. Exigem também a saída do atual chefe do P.I. e sua substituição por alguém que venha a defender seus interesses, medidas indispensáveis ao restabelecimento do equilíbrio das relações sociais na área.

ÍNDIOS DA FAZENDA GUARANI - Carmésia, MG.
População: 130 habitantes.

Representantes:

Manuel Ferreira da Silva (pataxó)

Babiano Xerente

Criada pela Funai com o objetivo de servir como colônia penal indígena, a Fazenda Guarani é hoje ocupada por índios de diversas origens, sobretudo Pataxó, Krenak e Xerente, que vivem em péssimas condições e sob a dependência de maus administradores.

Recentemente a Funai suspendeu a compra de artesanato indígena, de cuja comercialização se encarregava, retirando, sem qualquer prévia comunicação, um dos principais meios de subsistência dos índios. Do mesmo modo, foi suspenso o fornecimento de alimentação pelo INAM, devido à interferência do administrador que o considerou desnecessário. A educação na área é extremamente precária, estando a cargo de duas professoras despreparadas para a função, o que agrava as más condições materiais.

Os índios da Fazenda Guarani estão exigindo o reinício da compra pela Funai do seu artesanato, bem como do fornecimento da alimentação do INAM. Reivindicam também apoio ao trabalho nas roças comunitárias, manutenção da cantina, e ampliação e melhoria da assistência educacional que atinge atualmente a 2.ª série do primeiro grau. Outras necessidades apontadas são a reforma das casas, todas elas em más condições, e o fornecimento de roupas e cobertores, indispensáveis nos períodos de inverno.

Os Krenak que ainda hoje permanecem na Fazenda, encontram-se impedidos de deixá-la, sob severa vigilância dos funcionários da Funai, e reclamam seu direito de se juntarem aos Krenak que conseguiram voltar ao seu território de origem, às margens do Rio Doce.

KRENAK - Resplendor-MG. População: 50 habitantes.

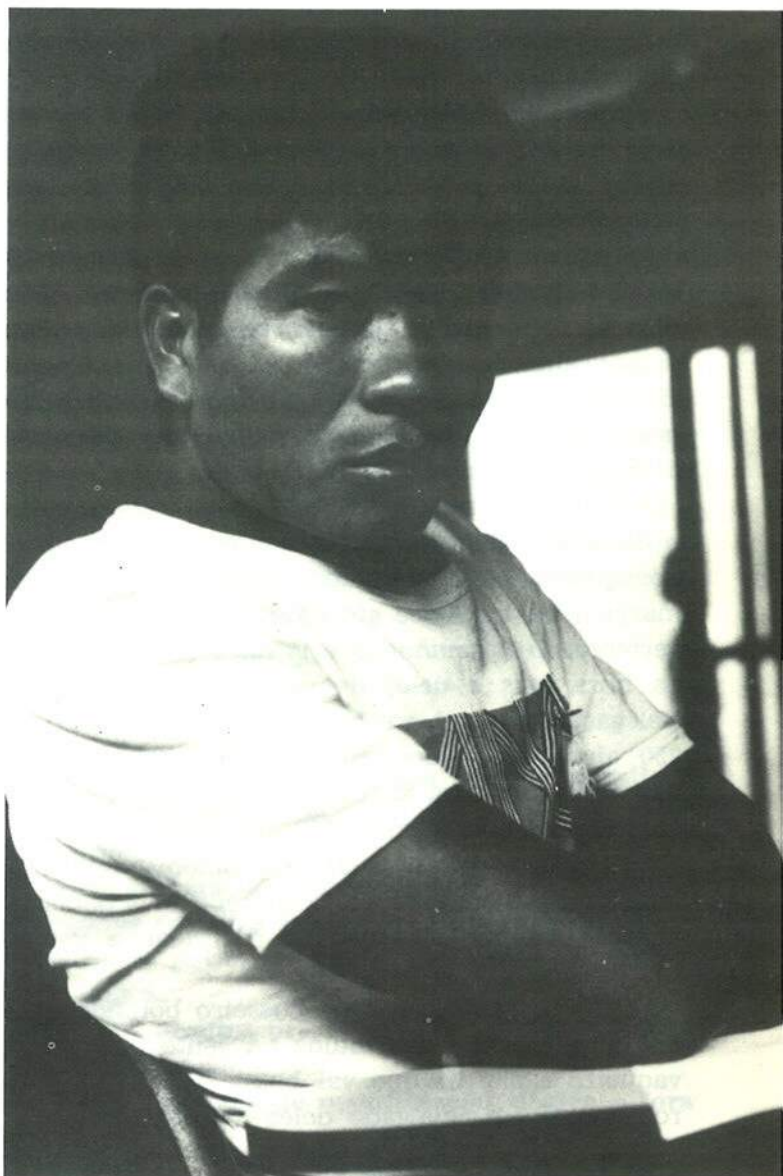
Representantes:

Augusto Paulino

Adão Luís Viana

(relato apresentado, por escrito, pelos representantes).

Há sete anos atrás nós fomos transferidos pelo Capitão Pinheiro para a Fazenda Guarani. Ele levou nós enganados. Tirou a comunidade da área, levando até índio preso. Então na Guarani não foi cumprido o que prometeram. Tinham garantido dois anos de comida e só levaram um caminhão de mantimentos. Não foi mais.



26 — REPRESENTANTE DOS PATAXÓ DA BAHIA

Nós não tinha recurso pra manter a família. Lá não tem serviço. Era na base de banana cozida com sal. As famílias doentes e o chefe não se incomodava.

Quando levava o doente para a cidade, o enfermeiro da Funai cobrava. Nós não tinha dinheiro e ficava em precisão. Como viver lá?

Dr. Adhemar apoiou nós voltar pro Krenak. A Guarani não era nossa. Nós se combinamos e decidimos voltar pro nosso lugar.

Quando foi no dia pra nós vir, os outros amoleceu com medo da Funai. Aí, Adão, o cacique José Alfredo e Manoel, nós fomos pro Krenak com as famílias.

Ocupamos a área do patronato. Queriam mandar a polícia contra nós. Aí veio muito apoio e nós ficamos na área com 13 alqueires.

Começamos a trabalhar nessa área. Logo veio o delegado da Funai querendo levar nós de volta para a Guarani. Aí nós dissemos que só voltava morto. Aí ele ameaçou até de expulsão. Proibia de trabalhar.

Mas nós vimos que a terra era pouca e pegamos mais 2 hectares que estava na mão do fazendeiro. O delegado proibiu. Ele queria que nós ficasse com os 13 alqueires.

Pagava até o serviço que a gente tinha feito nos 2 alqueires. Deu 2 mil pro Manoel, sem combinação com o grupo. Quando nós soube, nós mandamos uma carta pro presidente da Funai como ele tinha proibido o nosso serviço. Não teve resposta da carta. Nós demos prazo para demarcar a terra, senão nós entrava na área.

Veio o Raimundo, secretário do presidente, e o delegado. Juntou o grupo e perguntou quanto nós queria. Aí combinamos de 250 alqueires, da margem do rio Doce até na Barra do Eme, água vertente. O Raimundo queria fazer um documento na hora mas o delegado não quis. Só fazia na Delegacia Regional, em Valadares. Em vez de fazer 250 alqueires, o delegado fez 250 hectares. Nós não aceitamos essa história. A terra toda são 1.950 alqueires, e nós só quer 250 alqueires.

O delegado está criando problema com nós. Nós quer a medição logo. Pra frente nós podemos querer mais, se eles não fizerem logo a demarcação.

Hoje o problema é de posseiro botando gado em cima da roça dos índios. A gente fala com o vaqueiro e ele diz que vai botar o gado todo na roça porque o advogado deles diz isso.

Já começamos a prender o gado e só solta depois que pagar o estrago. Se não resolver esse

problema de terra o mais breve, nós vai começar a comer o gado.

Nós quer enfermeiro, professora. Umas meninas estão estudando fora. Na Delegacia de Valadares os doentes são mandados de volta, sem atendimento. Em Resplendor é o foco dos fazendeiros e não gostam de nós. Por isso nós não vai lá.

A gente pede ao delegado a terra e ele chama nós de preguiçoso e beerrão. O delegado chama Adão de agitador.

O delegado quer cobrar a semente de planta que a Funai quer mandar. Ele disse que era pra devolver a semente que receber e disse que não era pra Funai, era pra União. Aí nós dissemos que a União era no meio de nós mesmos. Por isso a semente vai ficar com nós mesmos. Aí ele disse que nós não ia mais receber semente.

Nós estamos morando no tempo, no que restou da enchente. Estamos precisando de casa.

Observação:

Após a entrega do relatório, os representantes lembraram a questão criada em torno da renda da partida de futebol realizada em Belo Horizonte, entre artistas e jogadores profissionais, 40% da qual seria destinada aos Krenak, para que estes adquirissem ferramentas e sementes e atendessem a outras necessidades. A entrega da importância (Cr\$ 379.105,68) ao Grupo de Estudos da Questão Indígena (Grequi) — co-promotor do evento —, foi embargada pelo delegado regional da Funai, estando a sua entrega aos Krenak dependendo, no momento, de decisão judicial).

Lembraram também a situação de dispersão a que eles foram levados, referindo-se à presença, hoje, de índios além da Fazenda Guarani, na Ilha do Bananal, em Goiás, nos Postos Indígenas em Cachoeirinha (MS), Vanuire (SP), Maxakali (MG) e Fulniô (PE).

XAKRIABÁ - Missões Itacarambi - MG.

Relato apresentado pelo indigenista José Porfírio dos Santos Neto - MG).

O grosso da população está fixada nas localidades denominadas Sumaré e Brejo do Mata-Fome, no município de Itacarambi, norte de Minas Gerais. São, aproximadamente, 3.500 pessoas, entre índios e mestiços.

Em fins do século XIX, os Xakriabá receberam uma área de terra que ia do Morro Pintada até São João dos Índios (atualmente São João das Missões), limitada ao norte pelo rio Carinhonha.

Esta área foi doada pelo Imperador D. Pedro II e registrada na localidade de Ouro Preto.

Na década de sessenta intensificou-se a invasão e grilagem da terra dos índios sob alegação geral de que "terras tão boas não podem ficar nas mãos de preguiçosos sem ambição". Em 1968, já com a maior parte de suas terras invadidas, um grupo de índios foi até Brasília, procurar seus direitos. Após muita andança e insistência, conseguiram a criação de um P.I. na área, que só foi implantado em 1974. Foi feita nova demarcação, desta vez abrangendo 46.800 hectares, menos da metade da área original, e foram colocadas placas do Ministério do Interior nos limites (MINTER-FUNAI/Área Indígena. Proibida a entrada de pessoas estranhas). Nada foi feito para retirar da área os grileiros e invasores que lá permanecem, utilizando mão-de-obra indígena a troco de roupa e cachaça.

Em 1977, um fazendeiro colocou uma grande cerca dentro da área, cerca que fechava a estrada que dava acesso a São João das Missões. Os índios, que necessitam ir sempre a esta localidade realizar suas trocas, denunciaram o fato ao chefe de Posto, que imediatamente mandou que jogassem a cerca ao chão, no trecho que impedia a estrada. A cerca foi refeita com reforços e novamente jogada ao chão. Por causa disso, uma equipe do DOPS (Departamento de Ordem Pública e Social), acrescida de jagunços bem armados, invadiu a área, prendendo o chefe do Posto, revistando a sede do Posto e as casas dos índios, sob alegação de que ali estava havendo preparação para luta armada contra os fazendeiros. Encontraram apenas facões e enxadadas. Foram embora, não sem antes dispararem muitos tiros e amedrontarem bastante os índios. O chefe de Posto foi transferido e substituído.

Atualmente, 95% da terra dos Xakriabá está invadida. Os índios mais jovens trabalham para os invasores, por absoluta falta de terra. O prédio onde deveria funcionar a escola está sem cobertura e com duas paredes ao chão. Não existe posto de saúde.

Rodrigão, um dos líderes, nos disse ter sido várias vezes chamado para que aceitasse a divisão das terras restantes em glebas individuais, divisão essa que seria levada a efeito pela EMATER, mediante o pagamento de Cr\$ 60.000,00. Declara Rodrigão que o Delegado Regional afirmou que esta seria a melhor saída para eles, pois de posse da escritura das glebas poderiam pedir financiamento bancário para agricultura e assim ganharem muito dinheiro.

TUXÁ - Rodelas-BA. População: 600 habitantes.

A situação dos Tuxá foi referida pelo representante Kiriri, Lázaro Gonzaga de Souza, que solicitou o seu registro neste relatório.

Os índios Tuxá, historicamente localizados às margens do rio São Francisco, encontram-se hoje ameaçados pela construção da Barragem de Itaparica, que inundará o seu território. As obras já foram iniciadas e têm conclusão prevista para 1995. Até o momento não têm os Tuxá, conhecimento de quaisquer medidas referentes à garantia dos seus direitos, temendo que possam vir a ser transferidos para um local que não corresponda às características da área onde hoje estão estabelecidos, propícia à agricultura de várzea e apoiada no cultivo de cebola para mercado. Temem sobretudo que venham a ser pressionados a receber indenização em dinheiro, o que fatalmente provocaria sua desintegração.

Resumo das reivindicações básicas:

- Garantia à posse e plena utilização das terras a que têm direito e que são necessárias à sua sobrevivência.
- Demarcação destas terras.
- Participação integral na elaboração, acompanhamento e execução dos projetos desenvolvidos em suas áreas.
- Reconhecimento oficial dos povos indígenas que têm hoje contada a sua identidade étnica.
- Garantia a estes povos dos direitos previstos pela Lei 6001 — Estatuto do Índio e pela Constituição.
- Respeito e garantia à sua liberdade de manifestação, dentro e fora das áreas indígenas.
- Reconhecimento e respeito às suas lideranças.

Representantes de Entidades Participantes da Reunião

Clóvis Antunes Albuquerque — CPI-AL
Beatriz Góes Dantas — CPI-SE
Fábio Alves dos Santos — CIMI-NE
Clélia Neri Cortes — ANAÍ-BA
Edwin Reesink — ANAÍ-BA
José Augusto Laranjeiras Sampaio — ANAÍ-BA
(relator)
Ma. Rosário G. de Carvalho — ANAÍ-BA (relator)
Rosella de Oliveira Santos — ANAÍ-BA
José Porfírio dos Santos Neto — MG
Sônia Lausky — AMDA-MG
Thais Christófaro — GREQUI-MG
Willer Araújo Barbosa — GREQUI-MG
Pedro Agostinho da Silva — CEAI-ABA

RELATÓRIO CONCLUSIVO

REGIÃO NORTE

Invasão do território:

“Nós, o pessoal da região Norte, éramos compostos por 11 líderes indígenas, alguns voluntários da Comissão Pró-Índio de S. Paulo e alguns antropólogos, provavelmente. Nós debatemos questões muito importantes. A primeira foi sempre a questão da terra; a invasão do território de Roraima pelos posseiros, fazendeiros, grileiros e garimpeiros; acontecendo a mesma coisa no Pará, aonde há garimpeiros e aqueles invasores de castanhais, principalmente na área dos Tirió, onde ultimamente vêm surgindo invasões de pequenos comerciantes estrangeiros que vêm ultrapassando os limites, entregando aos indígenas uns objetos de valor muito baixo, isso que nós debatemos.”

Educação e religião:

“Nós fizemos um debate sobre a questão de educação, educação e religião, quando, como ocorre muitas vezes, o filho indígena aprende só coisas do branco. Com esse processo de ensino adotado pelas missões religiosas, ele perde ou tem vergonha de se manifestar como ser indígena. Provavelmente isso se vê em todas as áreas onde não existe uma conscientização a nível nacional, promovida pela igreja, que é o CIMI. Isso dificulta a vida da sociedade tribal indígena, quero dizer, uma religião católica ou protestante desconcentra a união dos povos indígenas.”



27 — DOIS REPRESENTANTES DOS TIKUNA DO AMAZONAS

Usinas Hidrelétricas:

“Na discussão do grupo Norte surgiu uma questão importante, a usina hidrelétrica no rio Utinga. Isso foi uma questão importantíssima, mesmo porque é um projeto que não beneficia as populações Wapixana, Macuxi e outras circunvizinhas; porque ela vai trazer problemas seríssimos à comunidade indígena daquela região, como crime, doenças desconhecidas pelos grupos indígenas e, ainda por cima, as filhas indígenas correm o risco de se prostituírem, como sempre acontece aonde há invasão de tal progresso.

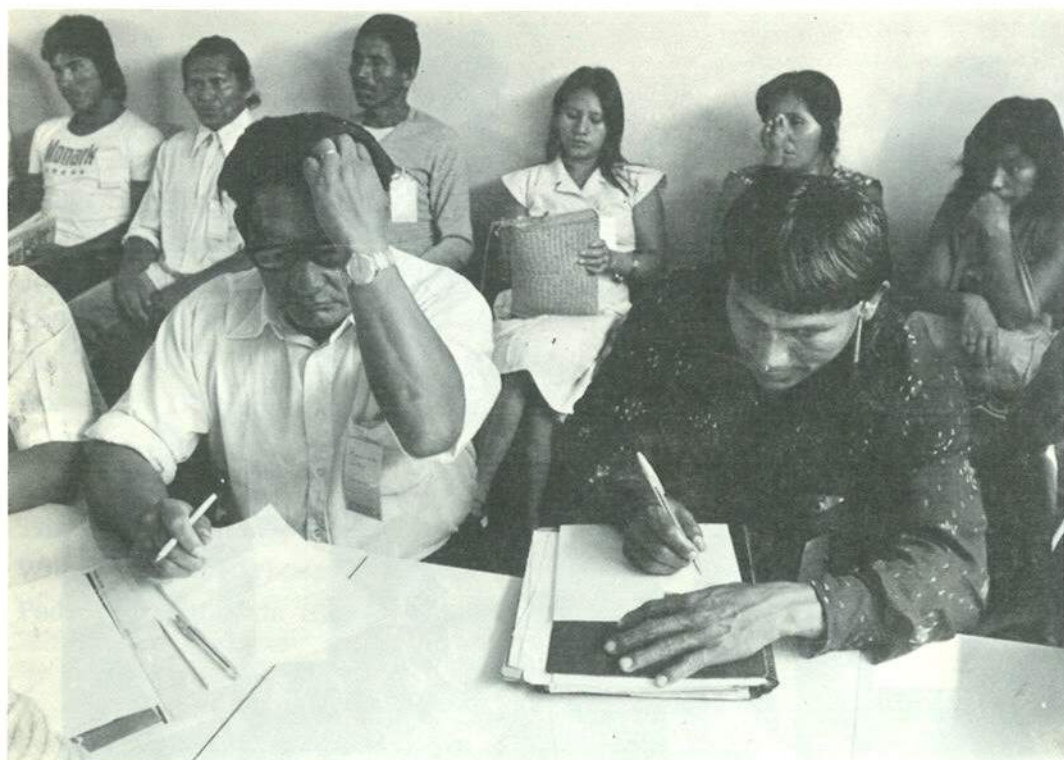
A hidrelétrica Parakanã, de Tucuruí, mesma coisa. Abordamos também o caso Waimiri Atroari, onde a hidrelétrica de Balduína vai inundar toda aquela área. São coisas que parecem ser boas somente para as comunidades brancas. Um líder Macuxi falou assim: ‘coisa do branco é do branco, nunca é do índio’. Por isso é que o índio nunca se deu bem, e por isso que nós não vamos aceitar também, vamos fazer alguma coisa, nem que seja moderada. Só isso.”

Desvio de verbas da Funai:

“Outra coisa que criticamos foi a Funai, por estar sobrevivendo às custas dos índios. No Pará, cada posto indígena recebeu dois milhões de cruzeiros para fazer um trabalho que beneficiasse as comunidades indígenas. Entretanto, até hoje não houve esse tipo de trabalho. Para os Tikuna, no Alto Amazonas, foram liberados 17 milhões e meio de cruzeiros, mas muito pouca coisa foi para a comunidade: 30 terçados, 30 enxadas, 30 machados, um motor de 9HP e uma máquina de ralar macaxeira; só isso, o resto do dinheiro sumiu, então são coisas sérias que nós denunciemos.”

Compra de lideranças e ameaças feitas aos líderes:

“No território do Amapá, os funcionários da Funai, ou delegados, compram algumas comunidades indígenas, quer dizer, compram justamente o cacique, para quê? Para facilitar a invasão de fazendeiros nas comunidades.



Vários não-caciques sofrem ameaças quando defendem seus direitos, é sempre aquela represália, promessas de cadeia, foi o que aconteceu com Paulo Honorato da tribo Tikuna, mesmo comigo, depois da minha participação no Tribunal Russel."

Relator: Álvaro Tukano

Invasão, barragens e indenização em terras:

"A gente está pedindo o apoio das comunidades indígenas e de todas as entidades que aqui se encontram, para que ajude-nos a retomar aquela nossa área, que foi vendida por Moisés Lupión à firma Slaviero. São 6.000 alqueires povoados de floresta ainda. Nós queremos o apoio das entidades e dos irmãos índios para que nós criemos um parque nacional indígena.

Outro problema que temos é aquela barragem de Santiago que inundou mais ou menos duzentos alqueires de terra na margem do rio Iguaçu, e até agora não fomos indenizados de coisa alguma. Eu pediria uma indenização em terra. Só isso aí que eu posso dizer. Obrigado."

Relator: Francisco Kaingang.
(vide relatório sobre Mangueirinha)

RELATÓRIO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

Parque Araguaia/Invasões:

"Vamos começar pela região do Araguaia, nações Carajá, Javaé e Tapirapé. O Parque Indígena do Araguaia, que abriga os índios Javaé e Carajá, está totalmente invadido por posseiros e fazendeiros — cerca de 15.000 pessoas. A Funai está cobrando imposto dos posseiros e está criando gado do DGPI nas terras do parque. Além do problema dos posseiros, que estão acabando com as matas nativas da Ilha do Bananal e do gado da Funai, que invade as roças dos Carajá de Santa Isabel, existem outros problemas, como os mariscadores, barcos de comércio que comprem peixe a preços muito baratos e vendem mercadorias muito caras. Além disso, os mariscadores vendem pinga aos Carajá da Barra do Tapirapé e Macaúba. Outro problema ainda são os turistas que invadem o rio Araguaia e o rio Tapirapé no verão, acabando com

a pesca e a caça e deixando os peixes e tartarugas pescados apodrecendo nas praias.

Agravando ainda mais a situação, a BR-262 vai cortar o Parque do Araguaia, trazendo mais turistas, posseiros e fazendeiros."

Tapirapé/Invasão de fazendeiros:

"Os Tapirapé já estão há oito anos brigando com a fazenda Tapiraguaia, na tentativa de demarcar suas terras; estão irritados com as frequentes promessas da Funai de demarcar o terreno, que nunca se cumprem.

Os Tapirapé perderam a paciência e no mês de janeiro atacaram a flechadas e mataram vinte vacas da Tapiraguaia. Isso porque os fazendeiros insistiram em invadir um pasto que há muito os Tapirapé avisaram que era seu. A Funai, com medo que algum fazendeiro ou Tapirapé morresse, fez uma última promessa, que os índios Tapirapé exigem que seja cumprida. Até julho a Funai vai demarcar a terra pedida pelos Tapirapé e vai retirar treze famílias de posseiros que vivem nas suas terras, perto do morro do Cadete."

Carajá de Luciara/Invasão:

"Os Carajá de Luciara estão com um lote de São Domingos, que lhes foi doado depois dos índios terem sido enganados pelos fundadores da cidade, totalmente invadido por posseiros e fazendeiros. Os índios estão exigindo a imediata expulsão dos fazendeiros e a demarcação de suas terras pela Funai. Os índios exigem também o fim das pressões, pela própria presidência da Funai, para retirá-los das suas terras no Mato Grosso, e jogá-los dentro do Parque Indígena do Araguaia.

Os índios exigem também que a Funai reconheça os direitos da comunidade Carajá de Luciara, de viverem nas suas terras, onde vivem desde antes da chegada dos brancos."

Bakairi / Invasões:

"As terras dos Bakairi estão invadidas por fazendeiros que soltam gado na reserva e que forçam os índios a matarem o gado. E quando os índios matam o gado, começam os conflitos. Os fazendeiros pressionam os índios rondando a aldeia de madrugada, armados, para não demarca-

rem sua área. A Funai, por sua vez, não toma providências sobre o problema da terra. Os índios exigem a demarcação de suas terras, fim das presões e expulsões dos fazendeiros invasores."

Pareci / Invasões:

"Os Pareci colocam que quando as terras forem demarcadas, terão que ser demarcadas de acordo com as necessidades do grupo, e sem a redução da área. Os fazendeiros que estão ocupando ilegalmente a reserva não demarcada, estão expandindo a área invadida com a ampliação do rebanho de gado. Os fazendeiros, no passado, já entraram nas aldeias, armados, para intimidá-los a entregar a terra. Devido à inoperância da Funai, os Pareci temem que o episódio se repita, e os índios venham a sofrer novas ameaças de fazendeiros armados. Precisam de assistência da Funai nas áreas de saúde e educação."



30 — ATAMÓSIO IRANTXE DE MATO GROSSO

Terena/Falta de assistência médica e educacional:

"O cacique do posto indígena Toné, Reginaldo Miguel, colocou que um dos problemas principais do grupo é a saúde: não existe enfermaria e faltam medicamentos. Outro problema é que não existem instalações para o funcionamento das escolas. A alimentação do grupo também é problemática, pois o que o grupo produz não é suficiente para as necessidades da comunidade."

Xavante / Invasões:

"Na aldeia de Parabubure existem terras tomadas por fazendeiros há muitos anos; a Funai prometeu devolver as terras, mas até hoje nada foi feito. Os índios querem todas benfeitorias da fazenda Xavantina para eles, e a Funai quer devolver as terras e ficar com as benfeitorias. Os índios querem a casa da fazenda para transformá-la em hospital e escola, assim poderão ter menos contato com a Funai. Os índios acusam a Funai de defender seus próprios interesses e não as necessidades dos índios."

Os Xavante da aldeia de Nossa Senhora Auxiliadora demonstraram grande preocupação com a continuidade dos projetos de educação e os projetos agrícolas. A comunidade quer autonomia para desenvolver os projetos e não quer que estes fiquem na dependência do Chefe da Ajudância do Barra do Garça."

Irantxe/Necessidade da demarcação das terras:

"Nós lutamos com a Funai, sempre a gente foi e veio e a Funai sempre prometeu demarcar as terras, isso há questão de anos. A gente esperou, esperou, e nunca houve demarcação, a gente quer mesmo que sejam demarcadas as terras, porque têm esses proprietários por perto, nossos vizinhos, que estão sempre loteando, devagar por devagar. Aí a preocupação de nós, Irantxe, é que as autoridades tomem providências para que sejam demarcadas as terras."

Depoimento de Atanásio Irantxe.

Krahó/Projetos agrícolas e educacionais:

"Os Krahó falaram que eles estão precisando muito de gente que queira trabalhar nas aldeias,

de gente que tenha interesse mesmo em resolver o problema do índio, e não de funcionário da Funai. Quer dizer, eles precisam de projeto de roça feito por antropólogos, e não estão querendo mais funcionários da Funai. Falaram também que seria importante que se desenvolvesse projetos na área de saúde e na área de educação."

Relator: André Amaral de Toral — CPI-SP.

RESUMO DAS REIVINDICAÇÕES POR REGIÃO:

I — NORDESTE/LESTE

ALAGOAS

Wassu (Joaquim Gomes - AL)

- Reconhecimento urgente por parte da Funai
- Demarcação das terras
- Assistência médica e educacional

Tingui-Botó (Feira Grande-AL)

- Reconhecimento por parte da Funai
- Recuperação de suas terras
- Assistência médica e escolar

Xucuru-Kariri (Palmeira dos Índios-AL)

- Que os posseiros paguem foro aos índios
- Assistência agrícola
- Participação dos índios na aplicação dos recursos destinados ao P.I.

Kariri-Xokó (Porto Real do Colégio-AL)

- Que a Codevasf devolva os lotes aos índios
- Que a Funai não corrompa as lideranças

SERGIPE

Xocó (Porto da Folha-SE)

- Que as terras hoje nas mãos dos Brito lhe sejam devolvidas

PARAÍBA

Potiguara (Baia da Traição - PB)

- Retirada imediata da polícia da área
- Suspensão do Projeto Integrado Potiguara
- Demarcação de suas terras

BAHIA

Pankarará (Nova Glória-BA)

- Reconhecimento imediato por parte da Funai
- Suspensão da titulação de terras dos posseiros por parte do INTERBA
- Criação de Posto Indígena

Kiriri (Ribeira do Pombal-BA)

- Que o dinheiro dos projetos chegue aos índios
- Garantia dos índios ocuparem as terras que são suas
- Término da demarcação

Kaimbé (Euclides da Cunha-BA)

- Demarcação das terras
- Assistência médica, educacional e agrícola

Tuxá (Rodelas-BA)

- Providências da Funai com relação à barragem de Itaparica, que inundará toda área indígena

Pataxó (Porto Seguro-BA)

- Anulação da demarcação
- Mudança do chefe do P.I., Moacir Cordeiro de Melo
- Participação dos índios na aplicação das verbas destinadas ao P.I.

MINAS GERAIS

Fazenda Guarani (Carmésia-MG)

- Assistência médica, educacional e agrícola

Krenak (Resplendor-MG)

- Demarcação de 250 alqueires de suas terras até fins de maio
- Defesa das roças dos índios da invasão do gado das fazendas
- Assistência médica e escolar

II — CENTRO/OESTE

Krahó

- Querem trabalhar com antropólogos e não com funcionários da Funai
- Solicitam auxílio nas áreas da educação e saúde

Bakairi

- Que as terras tomadas pelos fazendeiros lhes sejam devolvidas e demarcadas
- Fim das pressões dos fazendeiros

Pareci

- Não têm e não desejam presença da Funai em suas terras
- Devolução das terras invadidas pelos fazendeiros
- Assistência em educação e saúde

Terena (Aldeia Alagoinha)

- Instalação de enfermaria e fornecimento de medicamentos
- Querem instalações de escolas
- Apoio para melhorar as condições de alimentação que são precárias

Tapirapé, Javaé e Carajá

- Expulsão de posseiros e fazendeiros
- Expulsão de mariscadores e fim da invasão de turistas
- Fim da destruição da fauna (peixes e tartarugas)
- Luta para impedir construção da BR-262 que vai cortar o Parque, com prejuízos para os índios
- Demarcação das terras e pasto ocupados pela fazenda Tapiraguaia
- Querem organizar a produção sem interferência da Funai
- Fim das pressões da Funai que quer transferir os Carajá de Luciara

Xavante

Aldeia Nossa Senhora Auxiliadora

- Querem autonomia para seus projetos e garantia de sua continuidade

Aldeia Parabubure

- Devolução de terras tomadas por fazendeiros
- Fim das promessas da Funai

- Querem benfeitorias da Fazenda Xavantina para instalar hospital e escola
- Querem menos contato com a Funai

III — REGIÃO NORTE

Em 27 de abril do corrente ano de 81, 73 líderes e caciques indígenas reuniram-se em São Paulo-Capital para um debate, quando o SNI havia feito uma conspiração contra a população indígena, tentando alterar o Estatuto do Índio.

Devido ao grande número de participantes no Seminário, foi decidido pela coordenação, a formação de grupos por região. A região Norte foi composta por 11 pessoas, as quais expuseram os seus problemas e manifestaram a coragem de serem filhos da terra. Estes representantes eram: **Galibi** (Amapá), **Apurinã** (Acre), **Wapixana** (Roraima), **Makuxi** (RR), **Miranha** (AM), **Tikuna** (AM), **Tirio** (PA) e **Tukano** (AM).

Os indígenas reconheceram os abusos de alguns funcionários da Funai, quando lhes dizem de que não têm terra ou direito pela posse; são explorados e considerados incapazes. Denunciaram ameaças em que alguns líderes são vistos como não-chefes e, quando se é civilizado só porque se tem documento que fala e escreve em português, os funcionários não lhes reconhecem como indígenas. O roubo em dinheiro que alguns postos indígenas vêm fazendo, por exemplo no Pará e Amapá, onde foram destinados dois milhões para cada posto para que realizasse um trabalho beneficente, e não foi feito. Para os **Tikuna** (AM) vieram 17 milhões e quinhentos cruzeiros e no fim só tinha 30 machados, 30 terçados, 30 enxadas, 3 fornos, 1 motor de ralar mandioca e 1 motor de 9 HP. Povos indígenas do Alto Purus e de Tumukumaque (PA) são explorados em todos os sentidos, quando muitas vezes a Funai facilita a invasão, tem guarda-costas etc.

A educação e religião branca foram temas importantes. Os indígenas sentiram o valor do estudo, que todos precisam disso para melhor defender seus direitos. A decisão deve partir das tribos, isto é, "nunca devemos esperar que a Funai resolva os nossos problemas, coisas que nós mesmos podemos fazer", disseram os indígenas. Isso tanto pela de-

marcação e no desenvolvimento econômico. A escola, quando o povo não está preparado, deixa os jovens abandonarem os velhos só porque aprendem a escrever e falar o português. Devem mudar o sistema de educação, disseram três líderes presentes na reunião — Clóvis (Wapixana-RR), Álvaro (Tukano-AM) e um Tirió (PA). Eles esquecem a nossa história e o povo fica fraco; não pode ficar assim. Concluindo, fez-se um protesto a nível nacional contra a barragem de Tamanduví no rio Utinga (RR), pois afeta o crime de etnocídio, adicionando aos crimes que o povo desconhece. Solicitaram a criação do Parque Yanomami e Waimiri-Atroari com terras contínuas, e que também seja feito para todas as áreas indígenas como diz o Estatuto do Índio.

IV — REGIÃO SUL

Kaingang

Reserva Indígena de Guarita (Tenente Portela-RS)

- Funai deve liberar verbas para roças
- Normas do Banco do Brasil dificultam uso do crédito agrícola pelos índios
- Que haja um contato mais íntimo entre os índios e os caciques

Reserva Indígena de Votouro (São Valentim-RS)

- Funai deve atender aos índios com recursos e tempo de fazerem roça
- Os índios é que devem escolher os chefes de posto

Reserva Indígena de Mangueirinha (PR)

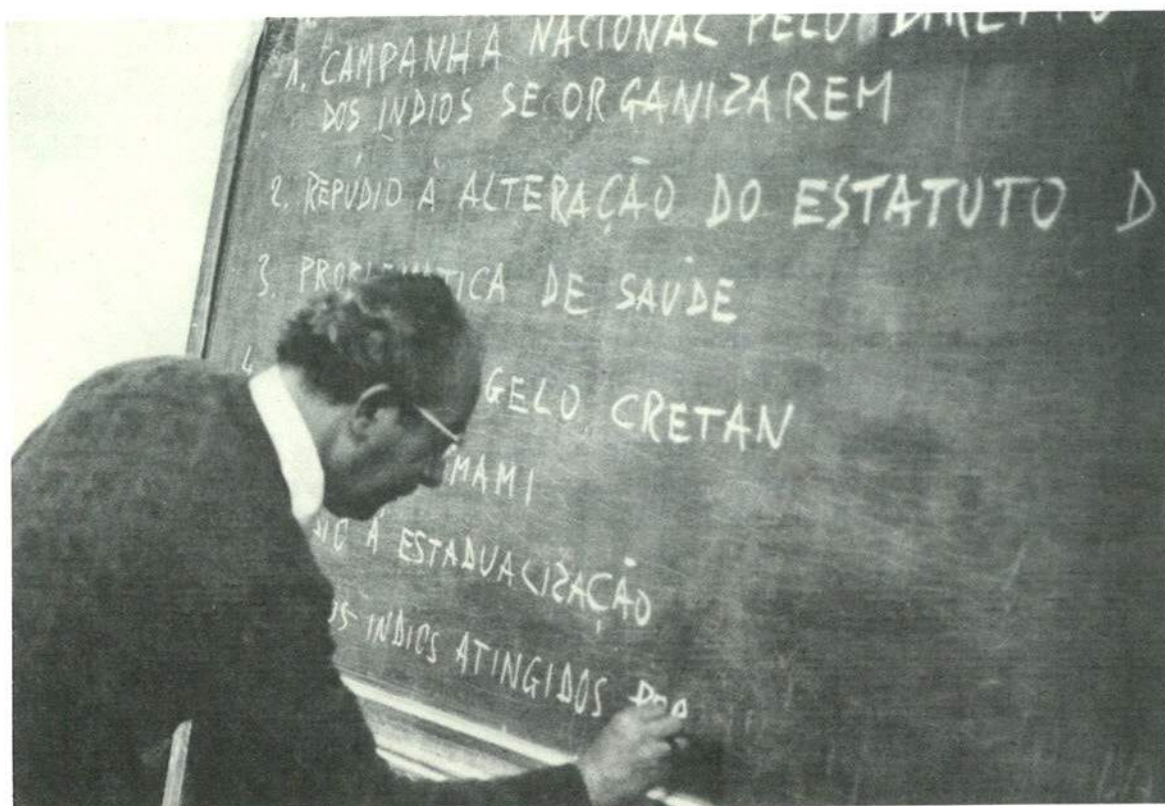
- Que a justiça (Supremo Tribunal) reconheça os direitos históricos dos índios às suas terras
- Pedem apoio a todos os índios e brancos na luta pela defesa de suas terras
- Na luta pela terra, Funai defende os capitalistas
- Querem indenização em terras, pela área que foi invadida por águas da barragem (Saltinho)
- Querem organizar Parque Nacional Indígena em suas terras; querem eles mesmo administrar o Parque

Reserva Indígena de Palmas (PR)

- Exigem fim da repressão, da taxa de carceragem exigida dos presos
- Querem liberdade para se organizar e participar em reuniões
- Devolução das terras antes roubadas

M'Boi Mirim (Aldeia Guarani de S. Paulo)

- Direito de permanecerem nas terras que ocupam.



31 — D. TOMÁS BALDUINO, NA COORDENAÇÃO DA PLENÁRIA FINAL

PROPOSTAS GERAIS APROVADAS NA PLENÁRIA FINAL

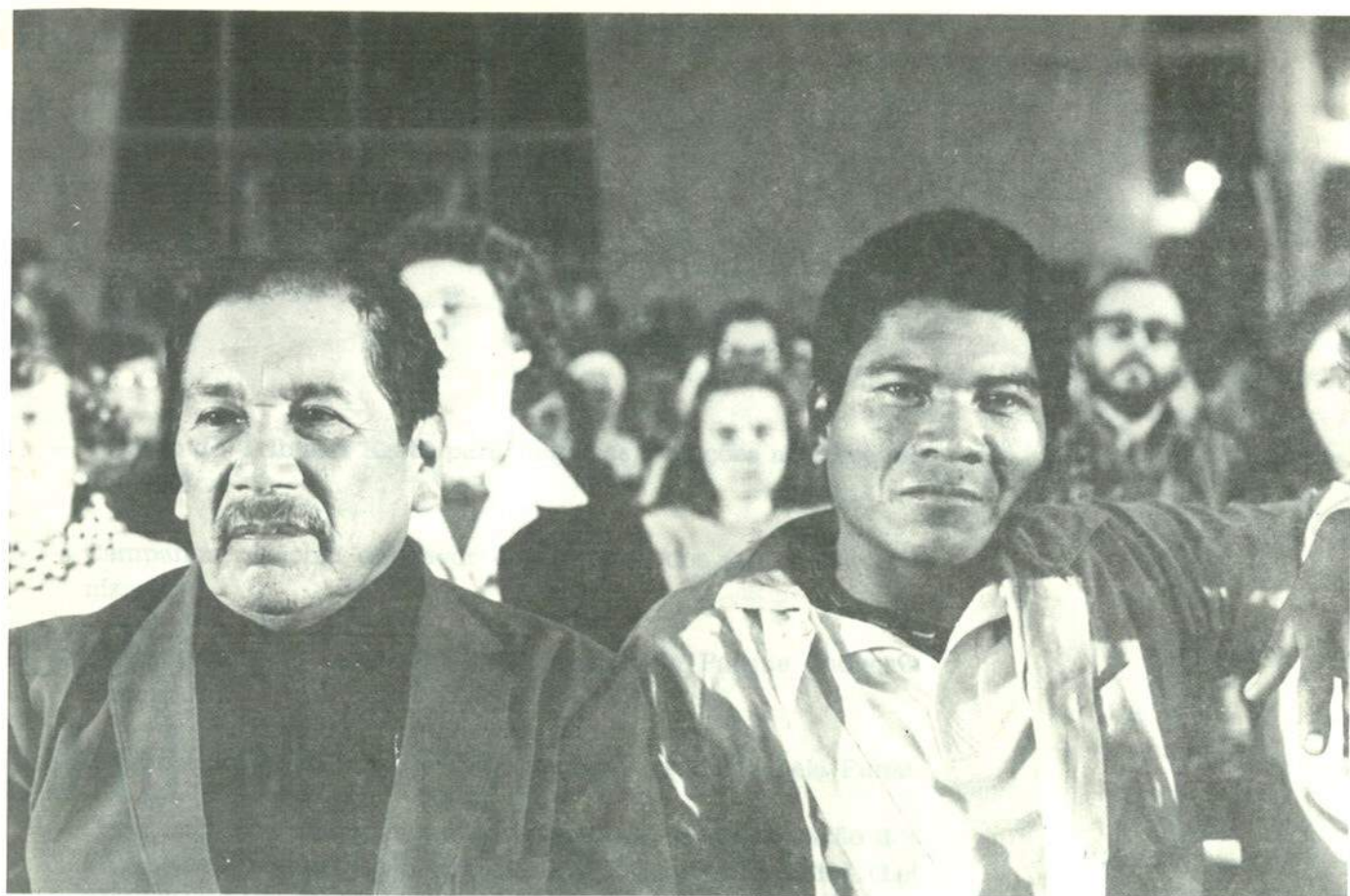
1. — Criação do Tribunal Kretã para julgar as violações aos direitos dos índios.
2. — Campanha nacional em favor dos direitos dos índios se organizarem.
3. — Continuidade da campanha pela criação do Parque Indígena Yanomami.
4. — Condenação da política de estadualização proposta pela Funai.
5. — Condenação de qualquer tentativa imediata de modificação dos critérios de emancipação contidos no Estatuto do Índio (Lei 6001/73).
6. — Apoio às comunidades indígenas atingidas por projetos governamentais de barragem no seu legítimo direito de reivindicarem indenização em terra.
7. — Campanha nacional pela garantia da vida às lideranças indígenas.
9. — Defesa dos direitos dos índios participarem na demarcação de suas terras.
10. — Defesa do direito dos índios dizerem quem é índio e quem não é.
11. — Campanha pela implantação de sistema educacional adequado às especificações culturais de cada povo indígena.
12. — Campanha de conservação do meio ambiente, tendo em vista a preservação cultural dos povos indígenas, ressaltando-se a medicina, os ritos e a própria subsistência.

DOCUMENTO

A Hora do Índio

Manuela Carneiro da Cunha

Presidente da CPI — SP.



ASPECTOS GERAIS DO ENCONTRO

Retomemos uma tradição. Há 50 anos não se fala mais oficialmente nos direitos históricos dos índios. Instalou-se no senso comum a idéia de que os índios gozam de privilégios (e não de direitos) porque — e enquanto — não chegaram (ainda) à civilização. Até lá, outorga-se-lhes uma proteção paternalista, que concede ou reprime conforme as circunstâncias, mas que tenta se substituir à vontade dos índios, a quem não ouve ou, se ouve, não respeita.

Que direitos são esses? Minimamente, direitos históricos a seus territórios, que o Estado tem o dever de garantir, direito a serem reconhecidos como povo, e direito, como todos os seguimentos sociais deste País, à cidadania, isto é, à organização e representação.

SENHORES DAS TERRAS

Os direitos específicos dos índios fundamentam-se numa situação histórica igualmente específica: eles eram os senhores destas terras antes dos colonizadores. Se isto é coisa que pouco se invoca hoje, existe, no entanto, numa sólida tradição jurídica que o sustenta: frei Francisco de Vitória, dominicano espanhol, do século XVI, considerado um fundador do direito internacional, não só argumentava que os índios eram “verdadeiros senhores (de suas terras) pública e privadamente”, mas, até, que o Papa não tinha autoridade para atribuir os territórios da América à Espanha e Portugal. Quanto ao alegado (na época) “direito de descoberta”, ele era tão injustificado, argumentava Vitória com humor seco, quanto se os índios americanos houvessem “descoberto” os espanhóis e se declarassem, por tal razão, senhores destes.

Os reis portugueses reconheceram em várias leis, os direitos dos índios sobre suas terras: o alvará de 10 de abril de 1680, mais tarde incorporado

na lei pombalina de 1755, isentava os índios de “foro ou tributo algum sobre as terras (tanto os índios silvestres quanto dos aldeados) ainda que dadas em sesmarias a pessoas particulares, porque na concessão destas se reserva sempre o prejuízo de terceiro, e quero que se entenda ser reservado o prejuízo e direitos dos índios primários e naturais senhores delas”.

José Bonifácio, em 1823, começa sua proposta para a “civilização dos índios bravos” pedindo “Justiça, não esbulhando mais os índios, pela força, das terras que ainda lhes restam, e de que são legítimos senhores, pois Deus lh’as deu”... E Rondon e Roquette Pinto, no começo deste século, insistem que nossa relação com os índios, é a da “grande dívida, contraída desde o tempo dos nossos maiores, que foram invadindo seu território, devastando sua caça, furtando o mel de suas matas, como ainda agora nós mesmos fazemos”.

Juristas como João Mendes Jr. (1912) e Rodrigo Otávio (1930), este em conferências diante da Academia de Direito Internacional de Haia, sustentam argumentação que vai no mesmo sentido, lembrando o primeiro que o indigenato é um título congênito de posse territorial, não sujeito à legitimação, em contraste com a ocupação que é um título adquirido. É na mesma perspectiva que deve ser entendido o artigo 198 da atual Constituição que garante as terras indígenas: reconhecimento de um direito histórico.

TUTELA: A GRANDE DÚVIDA

A tutela é consequência desse direito: supõe uma espécie de custódia em que o Estado ficaria responsável pela integridade das terras indígenas (que restam) e decorre de imperativos de justiça (aliás, a tutela surge no direito relativo aos índios apenas em 1831, no momento em que eles são defi-

nitivamente libertos da escravidão). Como escreve Rondon: "Longe de ser o índio pesado ao Tesouro Nacional, representa ele uma vítima social do descuido da Nação perante os princípios da Moral e da Razão."

É por isso, prossegue Rondon, que o Estado tem o dever de proteger e de respeitar a organização dos povos indígenas, não procurando transformar o aborígene em trabalhador nacional. Assim, não é (como se pensa atualmente) por serem ignorantes dos usos e costumes da sociedade brasileira que os índios têm direito à proteção especial de Estado, mas em razão da grande dívida histórica.

De onde viria então essa alteração no sentido da tutela? Paradoxalmente, é também a partir da doutrina positivista que a tutela vai assumir o sentido espúrio que faz raízes no senso comum: pois se Comte repudiava julgamentos valorativos sobre outras culturas — que manifestavam passos da "marcha progressiva do espírito humano" — era, no entanto, o dever dos povos que já estavam no "estado positivo ou científico" acelerarem o "desenvolvimento mental e social" dos povos no estado teológico. Havia pois, subentendida, uma missão civilizadora, que hoje aparece estreitamente paralela à ideologia cristianizadora que animava a colônia até Pombal. O valor universal da fé cristã não era questionável como não o era, para Comte, o da civilização ocidental onde desaguiava o "progresso".

É curioso, aliás, seguir-se o diálogo de surdos que, sob a aparência de harmonia de propósitos, se tratava entre Rodolfo Miranda, ministro da Agricultura em 1910, quando da fundação do SPI (que dependia desse ministério) e Rondon, seu primeiro diretor. Enquanto Rondon proclama que sua ação é destinada a "redimir os índios do abandono e integrá-los na posse de seus direitos, respeitando sua organização social fetichica... e aguardando sua evolução", Rodolfo Miranda fala explicitamente em "catequese indígena com feição republicana".

A metáfora de Comte (ou melhor, seu pressuposto), de maior sucesso e mais duráveis consequências foi, creio, a que associava o desenvolvimento da espécie e do indivíduo. Essa metáfora, que serviu de base a argumentos tautológicos, faz povos não ocidentais passarem a "primitivos" e se tornarem, para o Ocidente, testemunhas de estágios históricos anteriores. Adquiriram o status da "infância da humanidade" e seus membros eram, em decorrência, "grandes crianças".

Observe-se que ao ser fundada a sociologia pro-

priamente dita, a discussão das diferenças até então travada no plano da natureza dos homens (o século XVI se pergunta se os índios são homens, os séculos XVIII e XIX se, sendo humanos, eles pertencem à mesma espécie zoológica dos outros povos) desloca-se para o plano da natureza das sociedades, que passam a se dispôr ao longo do gradiente do progresso que desemboca — onde mais? — na nossa sociedade.

INTEGRAÇÃO E CIDADANIA

Dentro dessas premissas, a tutela passa, portanto, a ser o instrumento da missão civilizadora, uma proteção concedida a essas "grandes crianças" até que elas cresçam e venham a ser "como nós". Ou seja, respeita-se o índio enquanto homem, mas exige-se que se despoje de sua condição étnica específica. É esta, mostrava Sartre, a propósito dos judeus, a forma democrática, liberal, do racismo.

É esta a concepção que leva, também, a entender a integração como sinônimo da assimilação. E se há algo nefasto é essa confusão de termos. O homem é um ser social, de início. Ele é dado em sociedade e não é concebível fora dela. Os direitos do homem se aplicam, portanto, a um homem em sociedade: supõem assim direitos das sociedades, direitos dos povos. Ora, um direito essencial de um povo é o de poder ser ele próprio. Querer a integração não é, pois, querer assimilar-se: é querer ser ouvido, ter canais reconhecidos de participação no processo político do país, fazendo valer seus direitos específicos.

Politicamente, os índios foram, no início da Colônia, percebidos como nações autônomas. Numa Provisão de 9 de março de 1718, o rei de Portugal chega a declarar os índios não somente livres, mas isentos de sua jurisdição. Se não foram estabelecidos tratados políticos com eles, como aconteceu nos EUA, foi em grande parte, sustenta João Mendes Jr. pela pouca concorrência dos países europeus pelas terras brasileiras. Realmente, nunca se tratou tanto os índios como nações quanto em épocas de litígios e busca de alianças: no início da Colônia, em momentos de alargamento das fronteiras portuguesas, e na questão do Marquês de Pombal contra os jesuítas.

Enquanto nessas épocas se invocavam os princípios da justiça, no restante, valiam sobretudo as chamadas razões de Estado. E é sabido que o Estado tem razões que a justiça desconhece. Dentro

dessa razão, os índios foram essencialmente tratados como mão-de-obra (escrava na maior parte) e como parceiros comerciais que traziam as "drogas do sertão". Hoje, reduzidos a uns 210 mil indivíduos, sem peso significativo enquanto mão-de-obra, suas terras são o que resta a cobiçar. Trata-se, agora, de substituí-los por gado, construir barragens, explorar minérios. O índio, em suma, é hoje totalmente supérfluo: um luxo.

OS POVOS DO BRASIL

No entanto, a proposta positivista para a 1.^a Constituição Republicana declarava o Brasil constituído pelos seus Estados e pelas "hordas fetichistas empiricamente confederadas". Era o reconhecimento do Brasil como um Estado constituído de povos diversos, sujeitos à supremacia de um Estado único. Ao Brasil cumpria, nas palavras de Rondon, "reconhecer o dever que lhe cabe de respeitar a confederação empírica das hordas fetichistas espalhadas pelo território da República, mantendo com elas as relações amistosas devidas e garantindo a proteção do governo federal contra

qualquer violência, quer em suas pessoas, quer em seus territórios".

Hoje, os índios têm reivindicações concretas: reclamam, entre outros, seus direitos coletivos sobre suas terras, direitos à organização e a canais de representação, direitos individuais, por exemplo o de ir e vir livremente. Ora, as terras são constantemente violadas por particulares, mas sobretudo por obras públicas que não respeitam as garantias do artigo 198 da Constituição e o artigo 20 do Estatuto do Índio; as tentativas de organização são coibidas e o chefe da Casa Civil da Presidência encaminha ao ministro do Interior, parecer do SNI contendo instruções explícitas nesse sentido, conforme consta de documentos divulgados em abril pelo CIMI-Norte; a tutela, enfim, é exercida pela Funai como coação sobre os índios, tidos como "grandes crianças". Quando o Tribunal Federal de Recursos pronuncia-se em julgamento exemplar, em novembro do ano passado, contra essa interpretação coativa da tutela, o governo propõe uma mudança da lei que permite punir os líderes com emancipação compulsória... Em suma, se a lei é aplicada, mude-se a lei.

Para os índios também, está na hora de voltar ao Estado de Direito.

APÊNDICE

DOCUMENTO ESPECIAL:

Mangueirinha

Anaí - Curitiba e
Comitê Pró-Mangueirinha

Em Mangueirinha, no sudoeste paranaense, os índios Kaingang e Guarani lutam há décadas para reaver 8.976 ha. de suas terras tradicionais, expropriadas de forma inconstitucional no ano de 1949. Constitue, esta área, a maior reserva contínua de pinheiros araucária, com mais de 120 mil pés que, juntamente com o grande número de imbuías e outras árvores nobres, representa um patrimônio ecológico de valor incalculável.

A área roubada aos índios, pertencia-lhes por direito histórico, pois constituía parte da Área Cultural Tietê-Uruguaí, habitat imemorial do grupo KAIKANG. Não obstante, a reserva territorial indígena de Mangueirinha foi adquirida como pagamento de serviços prestados pelos índios, ao Governo Imperial, através da Colônia Militar do Chopin, no final do século XIX. No mesmo século, baseando-se no argumento de que a população regional (cerca de 50% indígena) era eminentemente brasileira, o Governo Republicano vence a célebre Questão das Missões (1889), que garantiu ao Brasil o território entre os rios Chopin e Chapecó, cuja posse era contestada pelo governo argentino.

Com o passar dos anos, as terras indígenas foram sendo sistematicamente invadidas por fazendeiros, madeireiros e frentes colonizadoras. No início do século, atendendo à necessidade de regularização de terras, o governo estadual reconhece, através do Decreto n.º 64 de 02/03/1903, uma área de 17.780 ha. como propriedade Kaingang — este espaço físico já apresentava-se bastante reduzido em relação àquele obtido pelos índios, quando estavam sob jurisdição da Colônia Militar do Chopin.

Em 12-05-1949 foi celebrado um acordo entre o Ministério da Agricultura e o governo estadual de Moisés Lupion, mediante o qual foram usurpados 90 mil alqueires em 6 áreas indígenas do Estado, reservando aos índios apenas 1/3 das suas terras. Em seguida ao acordo, as terras expropriadas passaram à Fundação Paranaense de Coloni-

zação e Imigração, cujo objetivo, ao administrar as terras alienadas, era o de colonizar e fixar imigrantes.

Na reserva indígena de Mangueirinha, os Kaingang foram privados da Gleba B da Colônia K de Chopinzinho, ou seja, 8.976 ha., sendo a parte mais valiosa da reserva reconhecida pelo governo do estado em 1903. Com a subdivisão, restou aos índios um total de 7.500 ha., distribuídos em duas glebas: a Gleba A com 3.300 ha., reservada ao grupo Guarani, e a Gleba C com 4.100 ha., como propriedade da tribo Kaingang. A Gleba B, ilegalmente subtraída aos índios, foi, de maneira fraudulenta, comprada em 1961 pelo Grupo Econômico Forte-Khury, representado pelo seu testa de ferro Ayrton Costa Loyola (então advogado da Assembléia Legislativa do Paraná). Encontrava-se na ocasião à presidência da malsinada Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, Libino dos Santos Pacheco, de estreitas ligações com o ex-governador Moisés Lupion. Adquirida pela quantia de 3 milhões de cruzeiros, a Gleba B foi revendida, um mês após a primeira transação, pelo valor de cr\$ 58 milhões a F. Slaviero & Filhos S/A — Indústria e Comércio de Madeiras.

Redemarcada em função da venda, a Gleba B passou a ser ocupada pelo Grupo Slaviero e os índios ali residentes foram forçados a deixá-la, tendo suas casas incendiadas e suas plantações destruídas. Afirmam os próprios índios que aqueles relutantes em deixar a área, foram violentamente retirados. A partir deste instante, os Kaingang iniciam uma luta de reconquista daquelas terras, muito embora ela tenha sido controlada e até mesmo abafada pelo SPI e, posteriormente, pela Funai.

Poucos anos após a aquisição, Carlos Gemin e outros requereram **ação de interdito proibitório** contra F. Slaviero & Filhos S/A, reclamando direitos sobre a Gleba B da Colônia K de Chopinzinho. Por outro lado, a Funai, atendendo a interesses

nitidamente empresariais, decidiu entrar na Justiça com **artigos de oposição** contra Slaviero e Gemin e outros, autores e réus, arguindo ser a Gleba B terra de domínio da União, cuja posse e usufruto pertence aos índios Kaingang e Guarani. Chamados a se manifestarem sobre o caso, o INCRA e a Procuradoria da República colocaram-se contra o direito dos índios, aceitando como válido o acordo constitucional de 1949, afirmando que somente um ato do Executivo Nacional poderia revogar tal acordo. Com base nos pareceres da Procuradoria da República e do INCRA, em setembro de 1979, o Juiz Lício Bley Vieira, da Segunda Vara da Justiça Federal de Curitiba, julgou improcedente a oposição e deu ganho de causa à firma Slaviero & Filhos. Pressionada pelos índios, a Funai recorreu e, atualmente, a questão encontra-se no Tribunal Federal de Recursos, onde brevemente o caso será julgado.

Essenciais à sobrevivência física do grupo, a reserva indígena de Manguaerinha encontra-se grilada, invadida e inundada (em 1979 os Guarani perderam 150 ha. da Gleba A, em função do fechamento das comportas da Hidrelétrica Salto Santiago da Eletrosul e, até hoje, não foram indenizados).

Descrentes da Justiça e da Funai, os Kaingang e Guarani passaram a organizar-se para a recuperação de 8.976 ha., correspondente à área em litígio judicial. Justificam esta luta não apenas pela posse imemorial daquelas terras, mas também pela demanda de espaço para agricultura em face ao crescimento demográfico de ambos os grupos. Esta luta vem lhes custando ameaças constantes e, inclusive, já possuem vítimas: o líder guarani 'Paraguaio' (Norberto Gabriel Poty) e o cacique Kaingang Angelo Cretã, representantes e heróis da re-

sistência indígena na região, emboscados em janeiro de 1980. Os índios são unânimes em afirmar que sua peleja só acabará quando retornarem definitivamente à área em litígio ou então quando tombar o último Kaingang ou Guarani.

Diante disso, sensibilizados com a luta dos Kaingang e Guarani, diversas entidades reunidas por ocasião da XXXIII reunião nacional da SBPC lançaram na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, no dia 13 de julho de 1981, o COMITÊ NACIONAL PRÓ-MANGUEIRINHA INDÍGENA, cujo objetivo é mostrar à sociedade brasileira um caso específico de esbulho do patrimônio indígena, com a conivência oficial, e apresentar às autoridades as razões da legítima reivindicação dos Kaingang e Guarani, pela qual não medem esforços, mesmo que isto lhes custe a própria vida. A importância da solidariedade aos índios de parte de diversos setores da sociedade envolvente é uma necessidade urgente, pois está prevista para o mês de agosto deste ano, a decisão do Tribunal Federal de Recursos sobre as terras em litígio da comunidade indígena de Manguaerinha.

Participar efetivamente do apoio aos índios de Manguaerinha equivale a implementar a luta por princípios democráticos em nosso país, pois as comunidades tribais, embora historicamente privadas dos seus mais dignos direitos à terra, à livre organização, etc., constituem hoje um segmento da população nacional marginalizada e explorada, sem participação nos destinos da nação. Lutar por Manguaerinha significa dizer não ao latifúndio que se expande sobre o território nacional. Manguaerinha simboliza a resistência indígena brasileira que, em toda extensão do país, levanta-se reivindicando o seu direito à terra, autodeterminação e o respeito à cultura.

A LUTA DO POVO KAINGANG E GUARANI
É UMA LUTA DE TODOS NÓS.

ANAÍ - CURITIBA e COMITÊ PRÓ-MANGUEIRINHA

